Vânia de Jesus Dinis Maio

Arquivo da Casa dos Barros (1753-1955)

"Reconstituição da Memória"

Porto, 2009

Vânia de Jesus Dinis Maio

Arquivo da Casa dos Barros (1753-1955)

"Reconstituição da Memória"

Porto, 2009

Universidade do Porto

Faculdade de Letras

Arquivo da Casa dos Barros (1753-1955)

"Reconstituição da Memória"

Por:

Vânia de Jesus Dinis Maio

Dissertação de Mestrado em História e Património

Variante Arquivos Históricos

Orientadora da FLUP: Dr.ª Amélia Polónia

Orientador do AMVR: Dr. Pedro Peixoto

Porto, 2009

A todos que hoje não se encontram presentes fisicamente,

mas que nunca deixaram de ser lembrados.

Resumo

O relatório que estamos a apresentar é o produto final do estágio desenvolvido no âmbito do Mestrado em História e Património – Variante de Arquivos Históricos, realizado no Arquivo Municipal de Vila Real.

De acordo com os interesses da instituição e enquadrando-se nos objectivos do referido mestrado, construímos um plano de trabalho, que tomou a designação de "Arquivo da Casa dos Barros – Reconstituição da Memória (1753-1955)".

O objecto de estudo deste projecto é um arquivo de família – o arquivo da casa de Barros, que se encontra sob custódia do Arquivo Municipal de Vila Real.

O relatório de projecto e de estágio apresentado é constituído por – partes:

1. A abordagem de conceitos de património histórico, arquivo, casa e família.
2. A contextualização da produção da informação, de forma a inserir a documentação e análise com o respectivo contexto de produção, tendo e conta os seus directos autores: os membros da Casa de Barros.
3. A descrição documental (a nível do documento), aplicando as normas internacionais de descrição arquivística (ISAD (G)) e ISSAR (CPF) visando a elaboração de pontos de acesso à informação (Catálogo, índices, tabelas de equivalência) e de uma Base de Dados.

Por último, apontamos um leque de actividades passíveis de ser desenvolvidas em torno deste arquivo e da sua utilização cultural, de forma a expandir para a comunidade os resultados deste trabalho académico, desenvolvido em colaboração da autarquia de Vila Real, através do seu arquivo.

Agradecimentos

Queremos deixar uma palavra de reconhecimento e agradecimento a todos os responsáveis pelos diferentes departamentos da Câmara Municipal de Vila Real que contribuíram para a realização do estágio no AMVR, sem os quais não seria possível a realização desta dissertação.

Ao longo deste trabalho, a forma de encararmos o tema foi evoluindo e ao conversarmos sobre ele e sobre as suas implicações, recebemos informações que levantavam novas questões e nos faziam procurar novas soluções. Foram muitas as dúvidas e as dificuldades que nos faziam pensar que esta investigação não tinha fim.

Mas investigar nunca é um trabalho solitário e por isso, agradecemos a forte motivação dos orientadores, Dr. Pedro de Abreu Peixoto (AMVR) e Professora Doutora Amélia Polónia (FLUP), que com palavras de ânimo e com críticas objectivas e construtivas, nos deram o incentivo necessário para prosseguir a investigação.

A todos os professores do 1º ano do Mestrado, pelo seu empenho e profissionalismo que nos motivaram, e nos "obrigaram" a evoluir, contribuindo para a concretização desta dissertação.

Desejamos agradecer a todos os que no seio das suas vidas atribuladas tiveram disponibilidade para nos receber e colabora. Agradecemos, portanto, aos funcionários do AMVR, ao Sr. Barreira, à Carla, à Emília à Maria José e ao Sr. Vítor.

Uma palavra especial de apreço aos meus pais e irmãos, pelo apoio e disponibilidade na concretização deste projecto, à minha família toda em geral pelas palavras de encorajamento, não esquecendo os amigos, que de forma directa ou indirectamente acompanharam todo este processo.

Por último, mas não menos importante, agradecemos aos herdeiros da Casa dos Barros, na pessoa da Drª Teresa Queirós de Morais, por disponibilizarem o aceso à documentação, pela forma simpática com que nos receberam e pela ajuda prestada.

Para todos um grande OBRIGADO.

Índice

Introdução **9**

1 – Quadro Teórico **14**

1.1 – Gestão Integrada do Património Histórico *14*

1.2. Arquivos e Património Documental *22*

1.3. Arquivos de Família *31*

1.4– Casa e Família *40*

2 – Contextualização da Produção da Informação **49**

2.1 – O Produtor – A Família dos Barros *49*
Reconstituição da família 51

2.2 – Contextos de Produção *62*
2.2.2 – Localização da "Casa / Família" 62

2.2.2 - A casa da "Casa dos Barros" 66

3 - Relatório de Estágio Curricular **80**

3.1 - Introdução *80*

3.2. A instituição de acolhimento: o Arquivo Municipal de Vila Real *81*

3.3 - Actividades Desenvolvidas, resultados e dificuldades *87*

3.4 - Actividades de suporte ao Projecto *100*

3.5. Outras tarefas complementares desenvolvidas *100*

3.6 – Produtos do Estágio *101*

3.7 – Conclusões *101*

4 – Produtos **103**

4.1 – Produtos Finais *103*
4.1.1 – Instrumentos de Acesso à informação 103

4.1.2 – Base de Dados (ver anexo 8) 109

4.2 – Actividades de Extensão Cultural Previstas (propostas de dinamização do ACB). *112*
- Serviço educativo 113
- Divulgação e Reprodução de Documentos 114

- Exposições, debates e conferências 114
- Construção de um arquivo virtual 115

Conclusão **118**

Bibliografia **120**

Introdução

A dissertação que se apresenta é a componente final de um percurso académico de pós-graduação desenvolvido no âmbito do Mestrado de História e Património – Ramo Arquivos Históricos, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP).

Apresenta-se, em simultâneo, como apresentação do projecto e do relatório de estágio curricular de 400 horas, desenvolvido no Arquivo Municipal de Vila Real (AMVR). Este tem como funções em primeiro lugar, pôr em prática um conjunto de conhecimentos adquiridos no decurso da frequência lectiva e, em segundo lugar, permitir a aquisição de competências técnicas e profissionais em ambiente de trabalho.

Após vários contactos, o referido estágio teve lugar no AMVR, sob a orientação do Dr. Pedro de Abreu Peixoto, sendo a componente de seminário orientada, na FLUP pela Professora Drª Amélia Polónia.

A escolha do Arquivo Municipal de Vila Real como local para a realização do estágio prende-se, sobretudo, com o facto de se inserir perto do local de residência e por termos gostado do ambiente da instituição aquando das visitas ao mesmo, para fins de investigação. Para além disso, o arquivo dispõe de um edifício recente, devida e correctamente equipado e informatizado, o qual nos permitiu cumprir os objectivos inerentes a um estágio.

Decidido o local de estágio, o passo seguinte seria, de acordo com os meus interesses e os da instituição e o perfil de formação prática desejada, definir um objecto de trabalho.

A escolha recaiu no tratamento, organização e disponibilização do arquivo da Casa dos Barros (arquivo que foi cedido pelos herdeiros da Casa dos Barros ao AMVR). Daí a intitúlação deste relatório: O Arquivo da Casa dos Barros – Reconstituição da Memória.

Este arquivo pertence ao grupo de arquivos de família, e como tal a sua organização exigiu um tratamento arquivístico de acordo com as exigências impostas por essa tipologia de arquivos, bem como um estudo procedente da história da família como agente de produção da documentação e informação nela contida, uma vez que a compreensão da especificidade da documentação que integra um arquivo de família não pode deixar de ser contextualizada em função dos agentes e dos contextos de produção.

Paralelamente, foi fundamental proceder ao estudo da instituição (AMVR), por forma a sabermos as políticas e medidas que tomam em relação a Arquivos de Família, uma vez que o seu tratamento exige conhecimentos específicos.

Mas porquê a escolha deste arquivo? É importante levar a cabo estudos de arquivos de família, podendo desta forma contribuir para o conhecimento de aspectos de uma comunidade, assim contribuindo para o enriquecimento da história local. Uma vez que é um arquivo que ainda não foi tratado, analisado e descrito, é importante estudá-lo e divulgá-lo.

As recentes preocupações com o conhecimento e preservação do património arquivístico nacional não deixaram de lado os arquivos de família. A sua análise torna-se, portanto, fundamental para o estudo da nossa memória colectiva e torna-se necessária uma urgente intervenção.[1]

Perante esta situação, verifica-se que o AMVR, para além dos seus objectivos principais, entre os quais se encontra o de assegurar as condições ideais para a preservação e acessibilidade ao acervo documental da autarquia, tem como objectivo guardar, por vontade dos seus proprietários, arquivo pessoais e de família. É o caso dos espólios do coleccionador **Achiles de Almeida** e do arquivo da **Casa dos Barros**, propriedade de uma família originária da Freguesia e Concelho de Sabrosa.

Apesar de termos em mente a delimitação do tempo de estágio e de que talvez estaríamos a dar passos maiores que as pernas, optámos por não delimitar o nosso campo de acção e organizar e tratar todo o arquivo da Casa dos Barros, não conhecendo, nesta fase, as balizas temporais da documentação.

Estando o local e o objecto de trabalho definidos, foi essencial delinear um projecto de estágio, que funcionou como organizador e delineador das etapas a prosseguir no AMVR, procurando contribuir para a dinamização do mesmo arquivo, como forma de preservar a memória local. A elaboração e disponibilização de um catálogo informático da documentação, on-line, constitui o produto final deste projecto.

É um trabalho que pretende ter patente, sobretudo três grandes vertentes: Histórica (da Família), Arquivística (organização e tratamento documental) e sobretudo patrimonial (nas suas diferentes visões – Natural (área envolvente), Arquitectónico (casa nobre) e documental (arquivo).

[1]PEIXOTO, Pedro de Abreu – *Os Arquivos de Família.* Lisboa: Instituto Português de Arquivos, s/d. p.33

O acesso, por parte de um historiador a um arquivo, seja ele público, pessoal ou privado, é sempre uma oportunidade que deve ser aproveitada da melhor maneira.

A presente dissertação apresenta-se em dois volumes:

No primeiro volume apresentamos o texto resultante da pesquisa e subsequente análise (corpo de trabalho, onde se inclui o relatório de estágio, efectuado no AMVR) e é composto pelas seguintes partes:

1. **Componente teórica**, através de um perspectiva de Gestão Integrada do Património Histórico, abordando, para o efeito, o conceito de património, nas suas diferentes concepções (natural, arquitectónico e documental) e seguindo para o conceito de arquivo, incluindo o de arquivo de família. No segundo ponto, deste primeiro capítulo, faremos a descrição dos conceitos de Casa e Família, como centrais para as problemáticas envolvidas para o seu estudo.
2. **Contextualização do Produtor da Informação**, assumindo como ponto inicial o estudo de uma família, a FAMILIA DOS BARROS de Sabrosa, uma vez que se trata do produtor da informação, ou seja, num primeiro momento procede-se à história da Família dos Barros de Sabrosa, prosseguindo para um contexto de produção da documentação, onde o objectivo é compreender as actividades do produtor em relação à sua área envolvente.
3. **Relatório de Estágio** onde se pretende:
   - Mencionar os objectivos de estágio;
   - Caracterizar ainda que brevemente, a instituição tutelar deste acervo (AMVR) especificando, em primeiro lugar, que políticas e meios o AMVR adopta em relação a estes arquivos e o modo como estas interferem na sua organização;
   - Demonstrar as actividades desenvolvidas, os resultados e as dificuldades. Apresentar ainda as decisões e critérios que sustentam a descrição arquivística (a nível do documento), aplicando as normas internacionais de descrição arquivística (ISAD (G) e ISAAR (CPF). Apontar as actividades desenvolvidas de suporte ao projecto;
   - Referenciar as tarefas complementares desenvolvidas;
   - Mencionar os produtos alcançados:
4. Apresentação dos produtos finais resultantes do trabalho desenvolvido,

nomeadamente o catálogo produzido e os índices resultantes da indexação da informação, as tabelas de referência e uma base de dados. Por fim, procura-se apontar um conjunto de medidas para dinamizar o arquivo, dando-o a conhecer, concedendo-lhe uma maior visibilidade na comunidade que o rodeia, contribuindo para o conhecimento da História Local, aliada a uma série de medidas para posterior dinamização do arquivo que agora se estuda e descreve, através de exposições, publicações, serviço educativo, disponibilização *online* da documentação, etc.

No segundo volume apresenta-se tudo o que serviu de apoio à investigação, bem como os resultados dessa mesma investigação (catálogo, bases de dados, índices e tabelas).

Para a concretização de todas estas tarefas foi necessário proceder à pesquisa, leitura, selecção e reflexão sistemática de informação bibliográfica, recorrendo, para o efeito, a determinados instrumentos e auxiliares de pesquisa, que considero serem os mais imediato para uma melhor e mais eficiente procura de bibliografia, a saber:

- ✓ Catálogo da Biblioteca da FLUP (http://aleph.letras.up.pt);
- ✓ Catálogo da Biblioteca Digital da FLUP (http://ler.letras.up.pt);
- ✓ Catálogo da Biblioteca Municipal de Vila Real (http://biblioteca.cm-vilareal.pt/);
- ✓ Catálogo da Biblioteca Pública Municipal do Porto (http://opac.porbase.org/);
- ✓ Catálogo da Biblioteca da Universidade de Traz-os-Montes e Alto Douro (http://opac.sde.utad.pt/geral/);
- ✓ Bases de dados (http://sdi.letras.up.pt/default.aspx?pg=bases_dados.ascx&m=21&s=46);
- ✓ Catálogo da Porbase (http://www.porbase.org/);
- ✓ Site do Arquivo Municipal de Vila Real. (http://arquivo.cm-vilareal.pt/);
- ✓ Base de dados do Arquivo Distrital de Vila Real (http://www.advrl.org.pt/documentacao/index_treev2.html);
- ✓ Google (http://www.google.pt/);
- ✓ Dicionário *on-line* Wikipédia (http://pt.wikipedia.org/wiki/P%C3%A1gina_principal).
- ✓ Arquivo de Sabrosa.

A procura nestes catálogos foi feita usando determinadas palavras – chave, tais como: Património; Arquivo; Arquivo de Familia; Casa; Família - História; Vila Real,

Sabrosa; Genealogia e Heráldica, instrumentos de descrição arquivística, ISAD, indexação, etc.

Estes instrumentos permitiram não só ter acesso a informação geral sobre o tema, como endereçar para distintas fontes bibliográficas permitindo caminhar para algo mais concreto. Partindo daqui, tive que proceder a uma selecção de obras, que considero serem as mais importantes para o trabalho. Permitiu-me também referenciar com mais precisão as hipóteses orientadoras da pesquisa, dentro do quadro teórico – conceptual.

1 – Quadro Teórico

1.1 – Gestão Integrada do Património Histórico

A realização de um trabalho desta natureza (no âmbito das ciências da informação) pressupõe a construção de um quadro teórico, que gira em torno do conceito de património e do conceito de arquivo em geral, arquivo público em dicotomia com arquivo privado, onde se inserem os arquivos de família, uma vez que teríamos de obter algumas bases de suporte teórico.

Não pretendemos, contudo, debater de forma minuciosa e aprofundada o conceito de património, apenas sistematizar as diversas vertentes da palavra «património», e nelas integrar o nosso objecto de estudo. De um modo geral, pode-se afirmar que existem dois sentidos para o termo «património»: um sentido mais estrito (bens, riquezas, direitos e obrigações), e um sentido lato (bens materiais e imateriais/ intangíveis).[2]

"O Património é uma herança, é a memória da comunidade e é o que lhe padroniza a qualidade de vida. A ligação do património à comunidade é uma radicalidade mas ele só o é, verdadeiramente, quando esta o assume e toma consciência dele".[3]

O conceito de património ou patrimónios (pois é necessário começar a conjugá-los no plural) só ganha destaque quando a sociedade começa a ter meios para varrer do território tudo quanto o caracteriza.[4] É, por natureza, um conceito histórico, remetendo por isso desde logo para a memória acumulada.[5]

Património é o acervo de uma nação ou povo e não apenas construções e pertences "antigos"[6]. É qualidade e memória. Sem qualidade, intrínseca ou circunstancial, não

---

[2]PALETTA, Fátima Aparecida Colombo e YAMASHITA, Marina Mayumi – *Relato de Experiências. Preservação do Património Documental e Bibliográfico com Ênfase na Higienização de Livros e Documentos Textuais.* Disponicel em www.arquivistica.net.

[3]ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Património. A Autenticidade da Qualidade*. In Espaço e Memória. Revista de Património da Universidade Portucalense, nº 11. 1996, p. 18

[4]JORGE, Vítor Oliveira – *Arqueologia Património e Cultura*. 2ª Edição. Lisbos: Instituto Piaet, 2007. p. 19

[5]LAGE, Maria Otília Pereira – *Abordar o Património Documental: Territórios, práticas e desafios*. S/l: População e Sociedade, Cadernos Meps, s/d. p. 14

[6]PALETTA, Fátima Aparecida Colombo e YAMASHITA, Marina Mayumi – *Relato de Experiências. Preservação do Património Documental e Bibliográfico com Ênfase na Higienização de Livros e Documentos Textuais.* Disponicel em www.arquivistica.net.

haverá fundamento para que um testamento-memória tenha de ser conservado. Portanto, património é o fundamento da consciência e o garante da perspectivação do futuro (o que torna o património classificável). É, como tal, uma herança, um bem de valor indiscutível.[7]

Ao falar em património estamos a referirmo-nos ao património que tem valor histórico (património histórico) , que é entendido como:

- Conjunto de bens móveis, imóveis ou naturais, existentes num país, que possua, valor significativo para uma sociedade, podendo ser estético, artístico, documental, científio, social, espiritual ou ecológico e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a factos memoráveis, quer pelo seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico.[8]
- Direitos e obrigações com expressão económica e que têm qualidade para a vida cultural e física do homem e para a existência e afirmação das diferentes comunidades. Deste modo, património é entendido com um duplo aspecto (Património como valor de identidade e de memória de uma comunidade e como qualidade de vida).[9]
- Testemunho de existências, de crenças, de formas de viver/sentir, e em tudo isso participando da definição da identidade dos povos, das populações.[10]

Assim sendo, património, sempre teve a ver com identidade, com valores não materiais, símbolos e com memória dos indivíduos e da comunidade, e evoca arte, monumentos, coisas belas, sólidas, apesar do tempo que sobre elas passou.[11]

Património é tudo aquilo que nos rodeia e propicia qualidade de vida, contribuindo para a nossa elevação cultural.[12]

---

[7]ALMEIDA, C.A.Ferreira de – *Património-Riegl e Hoje*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1993. p. 412

[8]REZENDE, Darcilene Sena – *Património Documental e Construcção de Identidade em Tempos de Globalização – A Classificação Arquivistica como Garantia da Pluralidade de Memória*. Disponivel em: http://www.asocarchi.cl/DOCS/61.PDF

[9]ALMEIDA, C.A.Ferreira de – *Património-Riegl e Hoje*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1993. p. 406

[10]LAGE, Maria Otília Pereira – *Abordar o Património Documental: Territórios, práticas e desafios*. S/l: População e Sociedade, Cadernos Meps, s/d. p. 16

[11]JORGE, Vítor Oliveira – *Arqueologia Património e Cultura*. 2ª Edição. Lisbos: Instituto Piaet, 2007. p. 20 e 21

Para Ferreira de Almeida património tem que ser encarado como valor de memória e como qualidade de vida, ou seja " é o que tem qualidade para a vida cultural e física do homem e para a existência e afirmação das diferentes comunidades…". É do diálogo intenso e harmonioso em todos os momentos da história que nasce o património.[13]

Em 1903 é publicado um estudo mais reflexivo sobre o património, por Alois Riegl, denominado Der moderne Denkmalkultus Sein Wesen und seine Entstehung (O Culto Moderno dos Monumentos. O seu Carácter e a sua Génese), o qual, apesar da sua excelência, limitava o património aos monumentos históricos e artísticos, desde os escritos aos edificados.[14]

Ao longo de todo o séc. XX, assiste-se a um alargamento do campo e a uma abrangência cada vez maior da noção de património, traduzido designadamente na intensificação e diversificação das expressões de defesa, análise social e ideológica e enquadramento legal do património cultural e do património natural, não só à escala nacional, mas também local, e na realização dos primeiros encontros de associações de defesa do património. [15]

No código de ética para museus, de 2004, está a definição de património como "qualquer bem ou conceito considerado de importância estática, histórica, científica ou espiritual", aliada a uma definição de Património Natural, que viria a ser "qualquer bem natural, fenómeno ou conceito considerado de importância científica ou valor espiritual para uma comunidade". [16]

De acordo com o Código Civil e o Código de Processo Civil, Património é, antes de mais, o conjunto de relações jurídicas (obrigações e direitos) avaliáveis e efectivamente constituídas, de que é titular (activo e passivo) uma certa pessoas, singular ou colectiva. Para além desta noção geral de património, há também um

---

[12]Idem. *Ibidem.* p. 21

[13]ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Património. A Autenticidade da Qualidade*. In Espaço e Memória. Revista de Património da Universidade Portucalense, nº 11. 1996, p. 15

[14]ALMEIDA, C.A.Ferreira de – *Património-Riegl e Hoje*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1993. p 408.

[15]LAGE, Maria Otília Pereira – *Abordar o Património Documental: Territórios, práticas e desafios*. S/l: População e Sociedade, Cadernos Meps, s/d. p 17 a 19

[16]REZENDE, Darcilene Sena – *Património Documental e Construcção de Identidade em Tempos de Globalização – A Classificação Arquivistica como Garantia da Pluralidade de Memória*. Disponivel em: http://www.asocarchi.cl/DOCS/61.PDF

conjunto de relações patrimoniais específicas: patrimónios autónomos ou separados. Exemplo de património autónomo é a herança.

Mas, por outro lado, a noção de património distingue-se da capacidade patrimonial que é a capacidade de quem quer que seja poder adquirir um património; logo, à noção de património associa-se a noção de património em potência , conforme está consignado na Constituição da República Portuguesa (artº78, nº1 e nº 2).[17]

Desde a Antiguidade até quase aos nossos dias a palavra património significava um conjunto de bens materiais, pertencentes a uma pessoa jurídica, indivíduo, casa ou instituição[18], mas o conceito de património, tal como hoje é conhecido, é um conceito recente e moderno, que começa com a Revolução Francesa.[19] O século XIX, romântico, histórico e nacionalista, foi a época dos «monumentos históricos» e dos «monumentos nacionais».[20]

As noções tradicionais de património ligavam-se à ideia da descoberta de uma memória e de uma identidade nacional a ser preservada, ideia ligada à imutabilidade da memória, o que garante a universalidade e permanência dos bens culturais. [21]

No século XX, com os pós-guerra, com todas as destruições de edifícios e monumentos, começou-se a sentir necessidade de preservar o património e os produtos e expressões do passado, e trouxe-se novos conceitos, uma vez que, para além «património nacional», começa-se a abordar os conceitos de «património europeu» e depois de «património mundial», «natural e cultural».[22]

O património alarga-se cada vez mais, e requer vários conceitos, uma vez que, ao falar em património, temos que ter em conta diferentes perspectivas, portanto, é

---

[17]LAGE, Maria Otília Pereira – *Abordar o Património Documental: Territórios, práticas e desafios*. S/l: População e sociedade, cadernos meps, s/d. p 14

[18]ALMEIDA, C.A.Ferreira de – *Património-Riegl e Hoje*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1993. p. 409

[19]JORGE, Vítor Oliveira – *Arqueologia Património e Cultura*. 2ª Edição. Lisbos: Instituto Piaet, 2007. p. 19

[20]ALMEIDA, C.A.Ferreira de – *Património-Riegl e Hoje*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1993. p. 409

[21]REZENDE, Darcilene Sena – *Património Documental e Construcção de Identidade em Tempos de Globalização – A Classificação Arquivistica como Garantia da Pluralidade de Memória*. Disponivel em: http://www.asocarchi.cl/DOCS/61.PDF

[22]ALMEIDA, C.A.Ferreira de – *Património-Riegl e Hoje*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1993. p. 409

benéfico que as classificações sejam mais abrangentes. Assim sendo, pode-se classificar o património histórico em várias vertentes, mas de acordo com o nosso objecto de estudo, apenas vão ser abordadas os seguinte:

- **Património Natural** - Dado o seu valor em termos de biodiversidade, valor económico ou paisagístico, merece ser protegido pela sociedade. [23]

  Ao falar de património natural relativamente ao objecto de trabalho, referimo-nos ao ambiente paisagístico e geográfico onde a casa se insere, nomeadamente, a zona do Douro (aspecto que vai ser abordado num outro capítulo).

- **Património Arquitectónico** - São construções representativas, que por seus estilos, épocas de construção, técnicas construtivas utilizadas, entre outros aspectos, sãos reconhecidas como património arquitectónico. Assume, portanto, um valor inestimável e através dele podemos descobrir e interpretar as vivências da nossa cultura. O património arquitectónico desdobra-se em património civil, militar e religioso.[24] Mas dentro das várias vertentes da arquitectura encontra-se a arquitectura popular e rural, que está ligada à paisagem, aos homens, aos trabalhos agrícolas e aos seus hábitos (valor pitoresco, etnográfico e técnico).[25]

  È na vertente de património arquitectónico civil e rural que se insere o nosso objecto de estudo, uma vez que se trata de uma casa nobre situada em ambiente rural.

- **Património Documental** - A noção de Património Documental partilha e serve a construção das noções de Património Histórico e Património Cultural (conjunto de todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, são ou devem ser considerados de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura nacional)[26], entendidos um e outro na sua complexidade e abrangência actuais e tomando-se cultura na sua acepção mais ampla e concreta: um conjunto de modelos de comportamentos, usos/costumes e

---

[23]ALMEIDA, C.A.Ferreira de – *Património-Riegl e Hoje*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1993. p. 414

[24]LAGE, Maria Otília Pereira – *Abordar o Património Documental: Territórios, práticas e desafios*. S/l: População e Sociedade, Cadernos Meps, s/d. p. 12

[25]ALMEIDA, C.A.Ferreira de – *Património-Riegl e Hoje*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1993. Pag 410

[26]LAGE, Maria Otília Pereira – *Abordar o Património Documental: Territórios, práticas e desafios*. S/l: População e Sociedade, Cadernos Meps, s/d. p. 14

instrumentos /objectos usados por uma população num dado espaço/ tempo; uma realidade concreta de uma população, de um povo, o que constitui a sua identidade em resultado interactivo de um dado processo histórico; um todo coerente de relações mútuas (ex. igrejas, pontes, etc. têm a ver com o universo contexto em que se inserem, como expressão de grupos, pessoas; uma realidade dinâmica (e não fixa nem imóvel) constituída por formas de trabalhar, rezar, cantar, contar, etc. sujeitas a mudanças profundas, como por exemplo as derivadas dos surtos migratórios, níveis diferentes de cultura, etc.[27]

No presente trabalho, ao debruçarmo-nos sobre o património documental em análise, pretendemos reconstruir um pouco da história da família dos Barros e tentar sensibilizar para a importância da salvaguarda do seu património documental – reflexo da sua memória.

Património Documental confere uma diversidade de conteúdos técnicos e, portanto, deve ser considerado sob três perspectivas essenciais:

- 1) a da sua dimensão instrumental, no suporte que pode trazer à investigação, enquanto integrado no vasto campo das Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação;
- 2) a da sua dimensão cultural, enquanto factor e elemento essencial de Turismo Cultural;
- 3) a da sua dimensão científica, enquanto conceito e disciplina em construção, a partir da integração do que se considera património arquivístico e património bibliográfico.[28]

Compreender a noção de Património Documental (recente e em construção) exige abordar esse panorama no campo especializado e em profunda mudança das Ciências da Informação. [29]

Neste enquadramento geral, a noção moderna de património formada por sucessivas e diversas camadas ideológicas e afectivas parece conhecer um desenvolvimento que pode vir a tornar-se num dos traços mais importantes de nossas mentalidades contemporâneas. [30]

---

[27]Idem. Ibidem. p. 16

[28] Idem, *Ibidem*. p. 16

[29] Idem. *Ibidem*. p. 9

[30] Idem. *Ibidem*. p. 9

Existe um património documental diversificado, designadamente de natureza bibliográfica e arquivística, disperso, à escala regional e local, pelas mais variadas instituições e entidades públicas e privadas. Constituído por colecções de documentos de maior ou menor valor e raridade, apresenta, no seu conjunto, um inegável interesse para o estudo da história das nossas populações.[31]

Os conjuntos documentais arquivísticos, sejam documentos públicos ou privados, de instituições, pessoas, famílias, devem ser encarados como produtos culturais[32], e são testemunho do conhecimento do passado e, como tal, podemos compreendê-lo através de uma reflexão sobre o seu produtor, tentar visualizar as funções que o documento cumpre dentro das relações internas e externas do produtor, ou seja, não basta inserir o documento em contexto de produção arquivístico, mas é necessário saber quem produziu o documento e para que finalidades. Portanto, os documentos são alvo de uma política de preservação, classificação e criação de instrumentos de acesso ao património documental.[33]

O Património Documental integra um conjunto diversificado de materiais da memória colectiva e da história, sujeitos a mudanças relacionadas com o triunfo do documento, no séc. XX e a crítica dos documentos numa direcção de sentido integrador de Documentos/ Monumentos. [34]

A universalização de padrões fez com que a humanidade sinta cada vez mais a necessidade de salvaguardar os testemunhos do passado cultural. É, portanto, desta necessidade, que são lançados os documentos sobre protecção do património. O primeiro documento legal português sobre a protecção de património é da responsabilidade de D. João V, que conferia um papel activo aos órgãos do poder municipal. Para além dos bens móveis e imóveis, a legislação nacional e internacional,

---

[31]LAGE, Maria Otília Pereira – *Abordar o Património Documental: Territórios, práticas e desafios.* S/l: População e Sociedade, Cadernos Meps, s/d. p. 11

[32]REZENDE, Darcilene Sena – *Património Documental e Construcção de Identidade em Tempos de Globalização – A Classificação Arquivistica como Garantia da Pluralidade de Memória.* Disponivel em: http://www.asocarchi.cl/DOCS/61.PDF

[33]Idem. *Ibidem.*

[34]LAGE, Maria Otília Pereira – *Abordar o Património Documental: Territórios, práticas e desafios.* S/l: População e Sociedade, Cadernos Meps, s/d. p. 23

contempla legados etnográficos, aldeias inteiras, vilas, cidades e paisagens, ou seja, tudo o que testemunha qualidade de vida e percurso cultural do passado humano. [35]

Com a Carta de Veneza (1964), a Convenção para a Protecção do Património Cultural e Natural (1972) e a Carta Europeia do Património Arquitectónico (1975) vai tomando corpo a noção de património cultural universal.[36]

Cartas e Convenções irão plasmar-se numa abundante legislação sobre Património promulgada pelo Estado Português, a partir de 1975, com base na Constituição da República Portuguesa, que contempla desde logo o Património Cultural, e os direitos e deveres do Estado e dos Cidadãos na matéria.[37]

No século XX surgem as classificações, que destroem o monumento de importância histórica local, remetendo-a primeiro, para património nacional e depois, para património do estado. [38] A classificação patrimonial, hoje, não atinge apenas o monumento, mas todo o seu conjunto e envolvência, mas o património classificado ou em classificação deve ser encarado como um contributo para a qualidade de vida, social e cultural das comunidades. [39]

O porquê de o património ser classificado? A classificação do património é o acto que determina se certo bem tem ou não valor cultural. É importante classificar o património para salvaguardá-lo, mas em primeiro lugar, necessita de ser assumido e tomar consciência do seu valor, mas é importante que seja aceite e estimado e não apenas protegido, uma vez que nem tudo é classificável. É importante que a comunidade assuma e tome consciência do património, uma vez que se trata de uma herança e memória de todos nós. [40] O património implica, pois, uma articulação entre a herança (vontade de conservar, valorizar e transmitir certos bens) e a construção (porque os valores são indissociáveis do nosso olhar contemporâneo).[41]

---

[35]ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Património. A Autenticidade da qualidade.* In Espaço e Memória-Revista de Património da Universidade Portucalense, 1, 1996, p. 16.

[36]LAGE, Maria Otília Pereira – *Abordar o Património Documental: Territórios, práticas e desafios.* S/l: População e Sociedade, Cadernos Meps, s/d. p.12

[37] Idem. *Ibidem.* p. 12

[38]ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Património. A Autenticidade da qualidade.* In Espaço e Memória-Revista de Património da Universidade Portucalense, 1, 1996, p. 18.

[39]ALMEIDA, C.A.Ferreira de – *Património-Riegl e Hoje*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1993. p. 409

[40]ALMEIDA, C.A.Ferreira de – *Património-Riegl e Hoje*. Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 1993. p. 412 e 413

[41]JORGE, Vítor Oliveira – *Arqueologia Património e Cultura*. 2ª Edição. Lisbos: Instituto Piaet, 2007. p. 125

Portanto, exige-se a formação de um património classificado a partir da unidade territorial radicada na paróquia ou freguesia, e subindo de valor (num critério hierarquizado) para patamares concelhio, regional, nacional e mundial.[42] A evolução das comunidades é própria do tempo e da história, mas ela deve acontecer por processos continuados, sem sobressaltos, sem que a comunidade local despreze a sua origem, rejeitando a sua identidade.[43]

Criar e recriar numa harmonia dialéctica entre passado e presente, entre presente e História, e só assim, a formação de um repositório patrimonial para o futuro, assente na qualidade, tornam-se, assim, objectivos das políticas patrimoniais[44].

Encontrar o património é viajar pela nossa identidade. Património que é cultura é expressão de um povo.[45]

1.2. Arquivos e Património Documental

Os arquivos têm, perante o património, um papel de destaque, uma vez que são os guardiães da memória de todos nós, e têm como finalidade servir a administração e a história. Ao arquivista é confiada a responsabilidade pelo valioso e insustentável património documental. Perante isto, urge desenvolver este capítulo em torno destas instituições.

Não se pode falar de arquivos sem documentos[46] (preservados nos arquivos com o objectivo cultural, uma vez que podem ser usados para além dos seus próprios criadores[47]) mas pode haver documentos sem arquivos. Os documentos integram o património documental, formam parte dos Arquivos e dos depósitos documentais.[48]

---

[42]ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Património. A Autenticidade da qualidade.* In Espaço e Memória-Revista de Património da Universidade Portucalense, 1, 1996, p. 18

[43]Idem. *Ibidem*. p. 19

[44]Idem. *Ibidem*. p. 21

[45]Idem. *Ibidem*. p. 21

[46]Documento de arquivo é todo o material recebido ou produzido por um governo, organização e instituição, no decorrer das suas actividades.

[47]CASTRO, Astréa de Moraes; CASTRO, Andresa de Moraes e GASPARIAN, Danuza de Moraes – *Arquivistica Arquivologia*. 1.ª Edição. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S.A, 1988.p.141

[48]HERRERA, Antonia Heredia – *Archivistica General Teoria y Practica.* 3.ª Edição. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1988.p. 86

A espontaneidade da formação de um arquivo, o carácter único dos seus documentos, bem como a organicidade dos núcleos que o constituem, permitem diferenciar o arquivo da biblioteca e do centro de documentação. [49]

Os arquivos constituem a memória das instituições e das pessoas, não podendo ser considerados à margem da história geral, uma vez que a sociedade condiciona a sua existência, organização, critérios de conservação e a sua finalidade.[50] Nascem, portanto, como uma necessidade de vida pública e privada, sendo a memória de uma e de outra.[51]

O arquivo é memória e esta, por sua vez, tem potencialidade para informar e alterar a realidade presente. A memória só é pensável como arquivo quando se pretende determiná-lo enquanto monumentalidade. Trata-se de um termo possuidor de definições polissémicas e polémicas, muitas vezes associadas aos conceitos de documento e de memória.[52]

Por outro lado, não é possível estabelecer um só conceito de arquivo. Os ensinamentos teóricos da Arquivística (para alguns países) ou Arquivologia (para outros, denominação mais utilizada no Brasil), remetem-nos para reflexões, primeiro, sobre o termo e segundo, sobre o seu significado (o conceito).

Na actualidade, os acontecimentos são transmitidos por cadeia simultânea e com os recursos da tecnologia da informação. O conceito de arquivo parece ser deliberado como subalterno ao avanço dos novos suportes da informação. Paradoxalmente e sem camuflar o real valor do significado de arquivo, todo e qualquer suporte da informação tem no seu destino um espaço onde será anexado a outros dados, culminando no que se entende por arquivo.[53]

Os arquivos constituem a memória das instituições e das pessoas, não podendo a sua história, ser considerada à margem da história geral, uma vez que a sociedade

---

[49]MOUTA, Maria Fernanda – *O Arquivo, Termos, Conceito e Definição.* Viseu: Edição da autora com o patrocínio do Governo Civil de Viseu, 1989. p. 36 a 37

[50]CARMONA, Concepción Mendo; CORROCHANO, Mercedes de la Moneda; MARCO, Francisco Javier García; MOLINS, Pilar Gay; RAMÍREZ, Antonio B. Espinosa; RODRíGUEZ, António Àngel Ruiz (Editor) e SILLERA, Mª Elvira – *Manual de Archivística.* Madrid: Editorial Sintesis, 1995.p. 19

[51]HERRERA, Antonia Heredia – *Archivistica General Teoria y Practica.* 3.ª Edição. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1988.p.72

[52]ZENY, Duarte – *Arquivo e Arquivologia:Conceituação e perfil profissional.* InRevista da Faculdade de Letras, Ciencias e tecnicas do Património. Porto.2006-2007 I serie. Vol V-VI. p. 142

[53] ZENY, Duarte – *Arquivo e Arquivologia:Conceituação e perfil profissional.* InRevista da Faculdade de Letras, Ciencias e tecnicas do Património. Porto.2006-2007 I serie. Vol V-VI. p. 142.p. 144

condiciona a sua existência, organização, critérios de conservação e a sua finalidade.[54] Portanto, nascem como uma necessidade da vida pública e privada, sendo a memória de uma e de outra.[55]

Para que exista arquivo é necessário que haja uma instituição que desempenhe funções e que desenvolva actividades.[56] A origem dos arquivos remonta às antigas civilizações[57], desde que a escrita começou a estar ao serviço da sociedade humana.[58] Os primeiros arquivos reúnem elementos que são identificados pela arquivística como essenciais: a autenticidade dos próprios documentos, que era garantida pela conservação de registos oficiais e as respectivas cópias eram validadas, quer pela subscrição de testemunhas, quer pela aplicação de selos pendentes. Apenas a evolução da sociedade e a reflexão teórica relativamente ao saber arquivístico terão permitido avanços que nos colocam hoje perante uma nova encruzilhada.[59]

Desde longa data era concedida grande importância aos arquivos, uma vez que constituíam complexos sistemas de informação, em que, para além dos documentos em si, havia uma estrutura organizacional, critérios selectivos de preservação e de disponibilização de serviços.[60]

A prática arquivística das civilizações pré-clássicas e o desenvolvimento que se verificou no mundo Greco-romano assentavam em estruturas sociais e jurídico-

---

[54]CARMONA, Concepción Mendo; CORROCHANO, Mercedes de la Moneda; MARCO, Francisco Javier García; MOLINS, Pilar Gay; RAMÍREZ, Antonio B. Espinosa; RODRíGUEZ, António Àngel Ruiz (Editor) e SILLERA, Mª Elvira – *Manual de Archivístic.*, s/e. Madrid: Editorial Sintesis, 1995.p.19

[55]HERRERA, Antonia Heredia – *Archivistica General Teoria y Practica.* 3.ª Edição. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1988.p.72.

[56]RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Lufs; RIBEIRO, Fernanda e SILVA, Armando Malheiro da – *Arquivistica. Teoria e prática de uma ciência da Informação. Volume I.* Porto: Edições Afrontamento. 1999.p. 59

[57]GONÇALVES, Manuel Silva, GUIMARÃES, Paulo Mesquita e PEIXOTO, Pedro Abreu – *Arquivos de Família: Organização e Descrição.* Extra – série. Vila Real: Sector Editorial dos SDE, 1996. p. 5.

[58]SILVA, Armando Malheiro da, RAMOS, Júlio, REAL, Manuel Luís e RIBEIRO, Fernanda- *Arquivistica. Teoria e prática de uma ciência da informação. Volume I.* Porto: Edições Afrontamento, 1998.p. 45.

[59]GONÇALVES, Manuel Silva, GUIMARÃES, Paulo Mesquita e PEIXOTO, Pedro Abreu – *Arquivos de Família: Organização e Descrição.* Extra – série. Vila Real: Sector Editorial dos SDE, 1996. p. 5.

[60]Idem. *Ibidem.* p. 48.

administrativas, o que implicou avanços na organização dos arquivos,[61] surgindo o conceito de arquivo público, enquanto que o conceito de arquivo de Estado surge a partir do século XVI.[62]

É na transição do Mundo Antigo para a Idade Média que se dá a solidificação do conceito e se assiste à vulgarização do termo arquivo,[63] mas sempre com um sentido utilitário na defesa de direitos adquiridos.[64]

Nos finais da Idade Média, o desenvolvimento dos Estados e das Administrações públicas e senhoriais contribuíram para uma maior necessidade de organização arquivística.[65] Assim, o sistema arquivístico pós-medieval sofre as perturbações das grandes convulsões políticas e é pressionado pela saturação dos depósitos e pelos poderes absolutistas e imperiais.[66]

É no século XVI que se verifica o grande abalo no sistema tradicional. Este prende-se com a fusão de distintos acervos no mesmo depósito. No entanto, o carácter prático da profissão manteve-se inalterável. A mudança sentida no século XVI pode ser atestada pela reforma do trabalho administrativo. Os documentos organizam-se com base numa tabela metódica. A noção de arquivo público recebe, segundo Jean Favier, nesta época, extensões importantes. Os monarcas reclamam o direito de propriedade sobre os acervos documentais de altos funcionários. Tais medidas centralizadoras irão ter repercussões na organização da arquivística, provocando ajustamentos metodológicos.[67]

---

[61]RIBEIRO, Fernanda – *O acesso à informação nos arquivos.* Vol I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. p. 25

[62]DOMÍNGUEZ, Olga Gallego e GOMEZ, Pedro López – *Introduccíon na Arquivistica.* s/l: ANABAD GALICIA. Estúdios n.º 1, s/d.p. 11 e 12

[63]HERRERA, Antonia Heredia – *Archivistica General Teoria y Practica.* 3.ª Edição. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1988.p.70

[64]Idem. *Ibidem.* p.73

[65] RIBEIRO, Fernada – *O acesso à informação nos arquivos.* Vol I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.p.25

[66]HERRERA, Antonia Heredia – *Archivistica General Teoria y Practica.* 3.ª Edição. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1988.p.73

[67]GONÇALVES, Manuel Silva, GUIMARÃES, Paulo Mesquita e PEIXOTO, Pedro Abreu – *Arquivos de Família: Organização e Descrição.* Extra – série. Vila Real: Sector Editorial dos SDE, 1996. p. 6

Durante o século XVIII, assiste-se a uma nova fase, em que o golpe no Antigo Regime passava também pelos arquivos.[68] Nos séculos XVII e XVIII intensificou-se a procura dos arquivos em função do chamado "valor secundário" da documentação. A descoberta da sua múltipla riqueza informativa levará à elaboração de instrumentos de pesquisa (inventários, índices, etc.) e possibilitará a abertura dos arquivos a outras funções que não as estritamente jurídicas e administrativas.[69]

As Monarquias Absolutas e Centralizadoras provocaram o nascimento dos primeiros arquivos de Estado, onde se concentrava toda a documentação gerada pela coroa. [70]

Com a Revolução Francesa dá-se uma mudança na História Europeia, reflectindo-se na direcção dos Arquivos. Passando estes a ser considerados como garantia de direitos e jurisprudência da actuação do Estado,[71] os arquivos foram transformados em Arquivos Nacionais, devendo estar ao serviço dos cidadãos, princípio que se estende a toda a Europa.[72] Por outro lado, foi com a Revolução Francesa que se inovou em alguns aspectos, nomeadamente no que diz respeito à liberalização do acesso aos arquivos e ao estabelecimento de um órgão nacional e independente para supervisionar os arquivos. [73]

É durante a segunda metade do século XIX que se dá o movimento de renovação da historiografia, o que veio valorizar as fontes históricas e as pesquisas nos arquivos, ganhando a arquivística o estatuto de disciplina auxiliar da História.[74]

Nos inícios do século XX, assiste-se a uma ruptura da política centralizadora, verificando-se a transferência dos depósitos do Estado. Todos os aumentos de produção documental que se verificou tiveram efeitos sobre os arquivos, o que teve como consequência a criação de uma estrutura artificial – arquivo intermédio, destinado a

---

[68]HERRERA, Antonia Heredia – *Archivistica General Teoria y Practica.* 3.ª Edição. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1988.p.78

[69]GONÇALVES, Manuel Silva, GUIMARÃES, Paulo Mesquita e PEIXOTO, Pedro Abreu – *Arquivos de Família: Organização e Descrição.* Extra – série. Vila Real: Sector Editorial dos SDE, 1996. p. 5.

[70]CARMONA, Concepción Mendo; CORROCHANO, Mercedes de la Moneda; MARCO, Francisco Javier García; MOLINS, Pilar Gay; RAMÍREZ, Antonio B. Espinosa; RODRíGUEZ, António Àngel Ruiz (Editor) e SILLERA, Mª Elvira – *Manual de Archivística.* Madrid: Editorial Sintesis, 1995.p. 22

[71] Idem. *Ibidem.* p.22

[72]DOMÍNGUEZ, Olga Gallego e GOMEZ, Pedro López – *Introduccíon na Arquivistica.* s/l: ANABAD GALICIA. Estudios n.º 1, s/d.p.13

[73]RIBEIRO, Fernanda – *O acesso à informação nos arquivos.* Vol I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.p. 27

[74]Idem. *Ibidem*. p.29

receber documentos desnecessários para as entidades produtoras, com vista a serem transferidos para os arquivos históricos. É na década de 70 que surgem as primeiras preocupações com a informação e os novos suportes documentais.[75] Nos anos 90 foram a elaboração de normas descritivas e a criação de registos de autoridade que aglutinaram os arquivistas.

Após tecer uma breve evolução da arquivística posso concluir que a realidade arquivística é anterior à das bibliotecas, se bem que em determinadas alturas estas se confundissem.[76] A espontaneidade da formação de um arquivo, o carácter único dos seus documentos, bem como a organicidade dos núcleos que o constituem, permitem diferenciar os arquivos da biblioteca e do centro de documentação. [77]

Sendo um sistema de informação, cuja unidade é determinada pelo carácter relacional dos documentos que o compõem,[78] o arquivo é:

- «o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um dos seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário». [79]
- «conjunto de documentos acumulados por uma pessoa, ou instituição pública ou privada num processo natural, automática e organicamente, de acordo com as suas funções e actividades, servindo de referencia e como testemunho e informação.[80]

---

[75] Idem. *Ibidem*. p. 36

[76]HERRERA, Antonia Heredia – *Archivistica General Teoria y Practica.* 3.ª Edição. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1988.p.71

[77]MOUTA, Maria Fernanda – *O Arquivo, Termos, Conceito e Definição.* Viseu: Edição da autora com o patrocínio do Governo Civil de Viseu, 1989.p. 36 a 37

[78]REAL, Manuel Luís – *A Rede Nacional de Arquivos: Um desafio no sec XXI.* In Cadernos Bad nº 1 do ano de 2004. Lisboa: Cadernos Bad, 2004.p.36

[79]HERRERA, Antonia Heredia – *Archivistica General Teoria y Practica.* 3.ª Edição. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1988.p.117

[80]DOMÍNGUEZ, Olga Gallego e GOMEZ, Pedro López – *Introduccíon na Arquivistica.* s/l: ANABAD GALICIA. Estudios n.º 1, s/d. p.9

Contudo, a definição das diferentes formas de arquivo, enquanto conjunto de documentos, não é consensual em todos os países e não é idêntica conforme os diversos autores, como refere Maria Fernanda Mouta.[81]

Assim, são muitas as definições que se dão de arquivo, dependendo da época, das pessoas e dos países. Por conseguinte a definição de arquivo não é consensual em todos os países nem é dada de igual modo por todos os autores, de acordo com a legislação, a doutrina e as políticas de cada país.

O Concelho Internacional de Arquivos define arquivo como «o conjunto de documentos, produzidos e recebido por qualquer pessoa, física ou moral, ou por qualquer organismo público ou privado e em exercício das suas actividades, conservados pelos seus criadores, ou sucessores para sua própria necessidade».[82]

A Lei de Bases dos Arquivos Franceses define o arquivo como o conjunto de documentos, qualquer que seja a sua data, a sua forma, e o seu suporte material, produzidos ou recebidos por qualquer pessoa física ou moral e por qualquer serviço ou organismo público ou privado no exercício da sua actividade. [83]

Mas arquivo pode ser também identificado como edifício que contém documentos, ou móvel que guarda e conserva os documentos.[84] Com efeito, o mais antigo significado da palavra arquivo, diz que este é um lugar onde se conservam os documentos. Os templos e os palácios das Antigas Civilizações e das cidades Gregas eram os lugares por excelência para a constituição de depósitos. Por outro lado, a concentração de documentos na Idade Média era feita nas Catedrais e nos Mosteiros, ocupando a Igreja um lugar de destaque. [85]

---

[81]MOUTA, Maria Fernanda – *O Arquivo, Termos, Conceito e Definição.* Viseu: Edição da autora com o patrocínio do Governo Civil de Viseu, 1989.p.16

[82]CARMONA, Concepción Mendo; CORROCHANO, Mercedes de la Moneda; MARCO, Francisco Javier García; MOLINS, Pilar Gay; RAMÍREZ, Antonio B. Espinosa; RODRíGUEZ, António Àngel Ruiz (Editor) e SILLERA, Mª Elvira – *Manual de Archivística.* Madrid: Editorial Sintesis, 1995.p.20 e 21

[83]LEAL, Maria José da Silva – *Os Arquivistas Perante os Novos Desafios: Uma Perspectiva Prática.* In Arquivo e Historiografia. Colóquio sobre as Fontes de História Contemporânea Portuguesa. s/d: Temas Portugueses. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.p.18

[84]HERRERA, Antonia Heredia – *Archivistica General Teoria y Practica.* 3.ª Edição. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1988.p.58

[85]CARMONA, Concepción Mendo; CORROCHANO, Mercedes de la Moneda; MARCO, Francisco Javier García; MOLINS, Pilar Gay; RAMÍREZ, Antonio B. Espinosa; RODRíGUEZ, António Àngel

Em suma, pode-se entender que a palavra arquivo tem significados polissémicos, podendo referir-se a:

- Lugar de conservação e guarda de documentos;
- Complexo documental produzido por uma pessoa ou organismo no exercício da sua actividade;
- Unidade orgânica – estrutural de qualquer organismo, privado ou público;
- Serviço público criado para recolher documentos que foram arquivos de pessoas ou organismos e que, ao serem depositados nesse serviço, passam a constituir os fundos;
- Edifício onde se encontra instalado o serviço público;
- Lugar onde se encontra instalada a documentação depositada no serviço publico, ou seja, os depósitos;
- Conjunto de toda a documentação depositada no serviço público, isto é, conjunto de fundos de um arquivo;
- Uma espécie de "estado".[86]

Outro problema que se discute é o da extensão que deve ser dada ao conceito de arquivo enquanto documentação produzida e acumulada por uma pessoa pública, individual ou colectiva. Neste domínio, existe um problema em saber se arquivo é um conceito único que abrange os "arquivos administrativos" (ou correntes) e os " arquivos históricos" (ou definitivos). Perante isto, pode-se dizer que existe um só conceito de arquivo que abrange estas duas realidades, pois os arquivos históricos são os arquivos, administrativos ou de pessoas individuais ou colectivas conservados.

A partir das diferentes definições de arquivo e da evolução que sofreu ao longo do tempo e de acordo com o seu produtor, os arquivos podem dividir-se em duas classes fundamentais: **Públicos** (reunidos por uma entidade pública) e **Privados** (reunidos por uma entidade privada), de acordo com a sua dependência com as instituições enquadradas dentro do direito publico do direito privado.[87] Segundo a idade dos documentos, pode dividir os arquivos em **Arquivos de gestão**, **administrativos**

Ruiz (Editor) e SILLERA, Mª Elvira – *Manual de Archivística.* Madrid: Editorial Sintesis, 1995.p.20 e 21

[86]MOUTA, Maria Fernanda – *O Arquivo, Termos, Conceito e Definição.* Viseu: Edição da autora com o patrocínio do Governo Civil de Viseu, 1989.p. 16 a 17

[87]HERRERA, Antonia Heredia – *Archivistica General Teoria y Practica.* 3.ª Edição. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1988.p.69

(pertencem ás instituições que os produzem e estão obrigados a servi-las nas suas actividades) e **definitivos (históricos** - arquivo em que os documentos perdem a utilidade administrativa e são considerados de conservação permanente, par fins probatórios, informativos ou de investigação[88]). Pela sua finalidade podem, pois, ser Administrativos e Históricos.[89]

Quanto aos arquivos históricos (onde, pela idade dos documentos, se insere o Arquivo da Casa dos Barros), estes são compostos por dois tipos de arquivos: os arquivos centrais, de carácter nacional, e os arquivos locais.[90] Nestes, encontram-se vários fundos procedentes de diferentes instituições. O seu quadro de classificação é a soma dos quadros de classificação de cada um dos fundos. As suas séries estão fechadas e não são, por norma, susceptíveis de movimento no que respeita ao seu aumento, por novos ingressos ou diminuições. [91]

Os arquivos históricos definem-se e orientam-se em função de três perspectivas:

1. Constituição de um fundo documental cujos valores históricos são importantes para os interesses de investigação histórica, como também como testemunho da história das instituições e das colectividades, uma vez que a ideia de arquivo histórico aparece associada à memoria histórica e à essência dos valores históricos de uma sociedade, de tal forma que a significação dos documentos históricos como valores culturais modificam os valores e os mitos culturais;
2. Suporte à investigação histórica;
3. Nova dimensão cultural, identificável através da difusão de programas educativos e culturais, como por exemplo, publicações, ateliers de história, exposições. [92]

---

[88]SANTOS, António Sá e BICAS, Maria Margarida – *Legislação Aplicada às Bibliotecas, Arquivos e Documentação.* Lisboa: Vislis, 1999.p. 11

[89]HERRERA, Antonia Heredia – *Archivistica General Teoria y Practica.* 3.ª Edição. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1988.p.69

[90]DOMÍNGUEZ, Olga Gallego e GOMEZ, Pedro López – *Introduccíon na Arquivistica.* s/l: ANABAD GALICIA. Estudios n.º 1, s/d. p.18

[91]HERRERA, Antonia Heredia – *Archivistica General Teoria y Practica.* 3.ª Edição. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1988.p.332

[92]FERNÁNDEZ, Eduardo Núñez – *Organización y gestión de archivos.* 1ª Edição. Gijón (Asturias): Ediciones Trea, 1999. p. 330 e 331

1.3. Arquivos de Família

É certo que, como se disse, a Revolução Francesa marcou a distinção entre a esfera pública e a esfera privada. No século XIX só se considera arquivo o de carácter público,[93] mas os arquivos de família já eram conhecidos nas civilizações Micénicas e no Oriente antigo. Os gregos conservavam nos arquivos públicos documentos privados e em Roma, as famílias já tinham os seus próprios arquivos. Na Alta Idade Média não se conservavam arquivos devido à decadência do documento escrito. Com o séc. XII, novas práticas jurídicas vêm gerar uma nova concepção dos arquivos. [94]Os senhores laicos e eclesiásticos organizavam os seus arquivos num local específico.

Só a partir do séc. XIX se começam a considerar os arquivos privados como "arquivos", uma vez que, até aí, só aos arquivos públicos era concedido esse tratamento, deixando os arquivos privados normalmente tratados como fundos de manuscritos. Os arquivos privados fugiam, assim, da competência das administrações de arquivo e os seus documentos não eram considerados de importância, uma vez que se pensava que estes arquivos apenas guardavam os documentos que produziam.[95]

No entanto, com as várias mudanças que se verificaram, os arquivos privados começaram a ser considerados como verdadeiros arquivos, repositórios de fontes documentais de indubitável valor para a história das nações e fazendo parte do património nacional, surgindo, portanto, a necessidade de conservar estas fontes. Mas, perante isto, surge uma questão:[96] Porquê serem conservados? «A conservação patrimonial salvar-nos-ia da eliminação dum passado que se queria, a todo o custo, rememorar…», e assim, conserva-se para o maior número de pessoas, apesar das suas divergências culturais.[97]

Com efeito, os arquivos públicos são aqueles cuja propriedade e gestão pertence a um serviço e estabelecimento público, cujos documentos provêm e são emanados do

---

[93]GALLEGO, Olga – *Manual de Archivos Familiares*. Madrid: ANABAD, 1993.p.13

[93] Idem. *Ibidem*. p. 19 e 20

[94] Idem, Ibidem. p.9

[95]GONÇALVES, Manuel Silva, GUIMARÃES, Paulo Mesquita e PEIXOTO, Pedro Abreu – *Arquivos de Família: Organização e Descrição.* Extra – série. Vila Real: Sector Editorial dos SDE, 1996. p.5

[96]PEIXOTO, Pedro de Abreu – *Os Arquivos de Famíli*., s/e. Lisboa: Instituto Português de Arquivos, s/d. p. 33

[97]JORGE, Vítor Oliveira (Coordenador) – *Conservar Para Quê?*. Porto-Coimbra: FLUP e DCTP, 2004.p.62 a 63

exercício de uma função pública da administração territorial e institucional.[98]São, portanto, arquivos universalmente imprescindíveis e inalienáveis, propriedade pública e não podem ser destruídos.[99] Os arquivos privados, por seu lado, surgem como conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por instituições não governamentais, famílias ou pessoas físicas, em decorrência das suas actividades.[100]

Embora a formação de arquivos de pessoas singulares e de famílias remonte a épocas muito recuadas, a noção de "arquivo privado" demorou a ser aceite, porque os conjuntos documentais de pessoas privadas não eram considerados como "arquivos".[101]

Actualmente, ainda há uma grande diferença na forma como as diversas correntes arquivísticas encaram os arquivos privados, mas as recentes preocupações com o conhecimento e preservação do património arquivístico nacional não deixaram de lado os arquivos de família. A sua análise torna-se, portanto, fundamental para o estudo da nossa memória colectiva e torna-se necessária uma urgente intervenção.[102]

Dentro dos arquivos privados distinguem-se os gerados por instituições não governamentais e os gerados por famílias ou indivíduos (arquivos de família).[103]Ao falar nos *Arquivos Familiares e Pessoais* estamos perante um *Sistema de Informação organizado ou operatório*, cujo pólo estruturante e dinamizador é uma entidade – Família e Pessoa, cada qual com estrutura própria e acção fixada sempre por objectivos diversos, uns perenes e outros mutáveis. Aplica-se, assim, a teoria sistémica devidamente adaptada à ontologia do fenómeno informacional e através de um modelo que passaremos a caracterizar nos seus traços essenciais.[104]

---

[98]GALLEGO, Olga – *Manual de Archivos Familiares*. Madrid: ANABAD, 1993.p.13

[99]HERRERA, Antonia Heredia – *Archivistica General Teoria y Practica.* 3.ª Edição. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1988.p.332

[100]BELLOTO, Heloísa Liberalli – *Arquivos Permanentes: Tratamento Documental.* São Paulo: T.A.Queiroz, Editor, LDA, 1991.p.168

[101]GARCIA, Machado e MOURA, Maria Madalena Arruda – *Os Documentos Pessoais no Espaço Público.* In Estudos Históricos. Arquivos Pessoais. Vol II. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Editora, 1998.p.175

[102]PEIXOTO, Pedro de Abreu – *Os Arquivos de Família.* Lisboa: Instituto Português de Arquivos, s/d. p.33.

[103]Idem. *Ibidem*.p.169

[104]SILVA, Armando B. Malheiro da – *Arquivos familiares e pessoais. Bases cientificas para aplicação do modelo sistémico e interactivo.* In Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património. Serie I, Vol III. Porto: Revista da faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património, 2004.p.60

Os arquivos de família inserem-se no contexto mais geral da história da arquivística e em termos de tipologia dos conjuntos documentais, no universo dos arquivos privados[105] (são emanados por indivíduos e pessoas jurídicas privadas, como sendo famílias, associações, empresas, Igrejas, etc.[106]), constituindo um aglomerado de papéis, material audio-visual ou iconográfico, que os vários membros de uma família reuniram e conservaram.[107] são aqueles que são gerados pela actividade de uma pessoa ao longo da sua vida ou pelos diferentes elementos de uma família (conjunto de pessoas unidas pelo parentesco de sangue), através de diferentes gerações. São, portanto, aglomerados de papéis ligados à vida, à obra e às actividades de uma pessoa (que pela actividade ou actividades desempenhadas suscitam interesse). Não sendo documentos funcionais e administrativos, são papéis ligados à vida familiar, profissional, intelectual, de produção científica, artística e política. [108] Por vezes as famílias e pessoas extinguem-se e os seus arquivos são considerados fechados, sem possibilidade de crescimento, outras têm sucessoras e são consideradas abertas. [109]

O conceito de grupo de arquivos de família e pessoais visa estabelecer uma tipologia de fundos por conveniência de gestão.[110]

Um arquivo de família pode ser definido como:

- «*arquivo cujos produtores da documentação são essencialmente privados, podendo... admitir documentos de índole pública, de acordo com as actividades desempenhadas pelos elementos que constituem ou constituíram a família…*».[111]

---

[105]BARATA, Paulo J.S. – *Inventário do Arquivo Mouzinho da Silveira.* Lisboa: Fundos da Biblioteca Nacional. Arquivos, 1994.p. 2

[106]GALLEGO, Olga – *Manual de Archivos Familiares.* Madrid: ANABAD, 1993.p.13

[107]FONSECA, Maria Odila – *Arquivologia e Ciência da Informação.* 1.ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.p. 52

[108]BELLOTO, Heloísa Liberalli – *Arquivos Permanentes: Tratamento Documental.* São Paulo: T.A.Queiroz, Editor, LDA, 1991.p.171

[109]GALLEGO, Olga – *Manual de Archivos Familiares.* Madrid: ANABAD, 1993.p.17

[110]BARATA, Paulo J.S. – *Inventário do Arquivo Mouzinho da Silveira.* Lisboa: Fundos da Biblioteca Nacional. Arquivos, 1994.p. 2

[111]GONÇALVES, Manuel Silva, GUIMARÃES, Paulo Mesquita e PEIXOTO, Pedro Abreu – *Arquivos de Família: Organização e Descrição.* Extra – série. Vila Real: Sector Editorial dos SDE, 1996. p.7 a 9

- *«arquivo que contem documentação gerada ou reunida por uma pessoa ou grupo de pessoas ligadas entre si por laços de parentesco ao longo da sua existência, durante várias gerações,.»*[112]
- «*…conjunto de documentos produzidos e recebidos pelos elementos de uma família, no normal desenvolvimento das suas actividades, particulares ou colectivas, organizadas de acordo com as suas actividades e tendo em conta uma necessidade de utilização futura*».[113]
- *«arquivo que reúne uma heterogénea de documentação, fruto de trabalho e vivencias de vários sujeitos».*[114]

Perante isto, uma família, como qualquer outra instituição, produz o seu arquivo através do desempenho das suas funções e actividade, particulares ou públicas, tendo em conta uma necessidade de utilização futura.[115]

Os Arquivos de família são, assim, repositórios de documentação fundamental para o estudo da nossa memória colectiva,[116] encontrando-se numa situação de urgente intervenção, seja para reconhecimento dos fundos existentes, seja em ordem à organização, descrição e preservação das espécies documentais.[117]

A grande finalidade da organização dos arquivos de família consiste em permitir uma boa administração do património, uma vez que possuem alto valor cultural e contêm testemunhos e informação que permitem reconstruir a história de uma linhagem, rememorar poderes e a autoridade dos seus membros.[118]

Os arquivos de família podem conter documentação que justifique a posse dos bens da família; documentação comprovativa das prerrogativas sociais; documentação de carácter pessoal de cada elemento da família. São, portanto, constituídos por documentos individuais (ex: documentos recebidos, documentos emitidos e expedidos e documentos gerados por ordem interna) que nele se integram por variadíssimas razões.

É esta a razão que nos permite distinguir arquivos de família de arquivos pessoais, uma vez que nestes não existem documentos para além dos necessários para o normal

---

[112]Idem. *Ibidem*. p.263

[113]Idem. *Ibidem* p. 7

[114]Idem. *Ibidem*. p. 263

[115]Idem. *Ibidem*.p.7 a 9

[116]Idem. *Ibidem* p.34

[117]Idem. *Ibidem*. p.34

[118]DOMINGUEZ, Olga Gallego – *Manual de Archivos Familiares*. Madrid: ANABAD, 1993.p.17

desempenho das funções de cada pessoa, não admitindo documentos de outras pessoas.[119]

A documentação dos arquivos de família tem as seguintes características:

- Não obedece a um organograma;
- Não obedece a uma legislação normativa quanto à sua formação;
- A documentação é heterogénea e diversa;
- Não tem uniformidade quanto os tipos documentais e ao seu conteúdo.

Falar no valor de um arquivo de família não é apenas falar do valor que um conjunto de documentos tem. Só uma compreensão total dos problemas do seu tratamento arquivístico, mas fundamentalmente de tudo o que gira à sua volta, pode dar a verdadeira dimensão do valor de um arquivo de família. [120]

Este tipo de arquivos são de grande interesse, valor e importância, tanto para a família que os criou como para a cultura e a sociedade, pois formam parte do património documental.[121] Assim sendo, nos últimos anos, os arquivos de família e pessoais, têm-se tornado alvo de uma atenção institucional e profissional,[122] sendo cada vez maior a necessidade de os arquivistas conhecerem o valor dos conjuntos documentais com que trabalham, por conseguinte impõem-se-lhes uma reflexão sobre o valor desses mesmos arquivos.

Três planos distintos sistematizam as questões relativas ao valor de um arquivo de família, sendo eles o plano afectivo, o plano patrimonial e o plano informativo.[123] O estudo de arquivos de família está dependente da cooperação entre particulares, instituições públicas e técnicos qualificados. Só assim é possível lançarmo-nos na sua salvaguarda, sem conflitos e resguardando interesses mútuos.[124]

Os arquivos de família são, portanto, muito importantes. Considerando a família como uma unidade biológica, socioeconómica e simbólica, composta por pessoas

---

[119]Idem. *Ibidem.* p. 9

[120]PEIXOTO, Pedro de Abreu – *O Valor dos Arquivos de Família.* In cadernos Bad nº 1 do ano de 1995. s/e. Lisboa: Cadernos BAD nº 1, 1995.p.41

[121]DOMINGUEZ, Olga Gallego – *Manual de Archivos Familiares.* Madrid: ANABAD, 1993.p.31

[122]PEIXOTO, Pedro de Abreu – *As Associações Profissionais e o desenho da politica nacional de arquivos – Os arquivos pessoais e de família.* s/e. Lisboa: Revista da Biblioteca Nacional, 2000.p..91

[123]PEIXOTO, Pedro de Abreu – *O Valor dos Arquivos de Família.* In Cadernos Bad nº 1 do ano de 1995. Lisboa: Cadernos BAD nº 1, 1995.p. 41 a 51

[124]Idem. *Ibidem*. p.35

articuladas pelo parentesco e pelas relações entre as diferentes gerações, ao longo do seu processo histórico, os seus arquivos são constituídos por documentos individuais, que nele se integram por variadíssimas razões, mas também por documentos que nos permitem observar as funções e a orgânica da família como entidade própria. Este facto permite distingui-los de arquivos pessoais, uma vez que nestes não existem documentos para além dos necessários para o normal desempenho das funções de cada indivíduo, não admitindo documentos relativos a outras pessoas.[125]

Ao estudar um arquivo de família, é necessário, por parte do arquivista, um estudo do órgão produtor dos documentos, ou seja, da instituição «família».[126]

Paralelamente, é importante tomar conhecimento da legislação Portuguesa que posa ter incidência o domínio dos arquivos de família. Verifica-se que, normalmente, não existe, por parte do legislador, a preocupação em aprofundar as questões da sua definição, na área arquivística.[127] O arquivista deve conhecer as diversas leis e a regulamentação que diz respeito aos arquivos e deve ter em conta o perfil da maior parte dos seus detentores, ou seja, averiguar se o proprietário de um arquivo é uma unidade familiar ou uma instituição.[128]

A maior parte dos arquivos de família estão na posse de particulares, pelo que cabe ao Estado dialogar com eles, com a finalidade de conciliar o direito de propriedade com o direito de defesa do património nacional, bem como o direito dos cidadãos.[129]

Existe uma legislação especificamente dirigida aos arquivos. Contudo, está espalhada pelas mais variadas áreas. No que respeita aos arquivos de família, por ser uma área bem delimitada no conjunto dos arquivos, a tarefa está mais simplificada, mas a consulta de toda a legislação não deixa de ser necessária[130], para enquadrar as preocupações legislativas (ou a falta delas) no que toca aos arquivos de família.

Data de 29 de Dezembro de 1887 o decreto que cria a Inspecção-geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos, tendo como objectivos principais: Direcção,

---

[125]Idem. *Ibidem*. p. 9

[126]CASTRO, Astréa de Moraes; CASTRO, Andresa de Moraes e GASPARIAN, Danuza de Moraes – *Arquivistica Arquivologia*. 1.ª Edição. Rio de Janeiro: Ao Livro Tecnico S.A, 1988.p.252

[127]GONÇALVES, Manuel Silva, GUIMARÃES, Paulo Mesquita e PEIXOTO, Pedro Abreu – *Arquivos de Família: Organização e Descrição.* Extra – série. Vila Real: Sector Editorial dos SDE, 1996.p. 10 a 12

[128]GONÇALVES, Manuel Silva, GUIMARÃES, Paulo Mesquita e PEIXOTO, Pedro Abreu – *Arquivos de Família: Organização e Descrição.* Extra – série. Vila Real: Sector Editorial dos SDE, 1996.p. 10 a 12

[129]Idem. *Ibidem*. p. 10 a 12

[130]Idem. *Ibidem*. p. 10 a 12

Administração e Fiscalização Superior, dos Arquivos e Bibliotecas que pertencem ao Estados.[131] Este decreto divide as bibliotecas e os arquivos do Estado em 2 categorias:

1. Real Arquivo da Torre do Tombo, a Biblioteca Nacional de Lisboa e a Biblioteca Pública de Évora;
2. Arquivos e Bibliotecas existentes nas repartições e serviços do Estado, nos tribunais e suas dependências, instituições públicas de beneficência e outras subsidiadas ou fiscalizadas pelo Estado.[132]

Com vista a definir as funções e o funcionamento dos arquivos, a legislação Portuguesa estabelece os seguintes diplomas, não só para o trabalho em arquivos privados e de família, mas em qualquer arquivo. [133] Sendo eles:

- Decreto de 15 de Dezembro de 1788 – Institui a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda – regulamenta a existência dos arquivos; [134]
- Decreto de 20 de Junho de 1822 – regulamento interno que diz respeito à organização dos serviços;[135]
- Portaria de 14 de Junho de 1837 – menciona o arquivo como anexo da 4ª Repartição;[136]
- Regulamento de 1838 – assume que a função do arquivo é ordenar um conjunto de papéis, até ai sem ordem nem método;[137]
- Decreto de 2 de Agosto de 1843 – Define as funções de arquivo;
- Regulamento de 28 de Setembro de 1844 (artº 2º, nº5) – Atribui à direcção do Pessoal, "a guarda, classificação, e arranjo dos livros, papeis, e documentos que constituem o arquivo geral da Secretaria";[138]

---

[131]SILVA, Armando Malheiro da, RAMOS, Júlio, REAL, Manuel Luís e RIBEIRO, Fernanda - *Arquivistica. Teoria e prática de uma ciência da informação.* Volume I. s/e. Porto: Edições Afrontamento, 1998.p. 45

[132]RIBEIRO, Fernanda – *Para o Estudo do Paradigma Patrimonialista e Custodial. A inspecção das Bibliotecas e Arquivos e o Contributo de António Ferrão (1887-1965).* Porto: Edições Afrontamento, 2008.p. 21

[133]GONÇALVES, Manuel Silva, GUIMARÃES, Paulo Mesquita e PEIXOTO, Pedro Abreu – *Arquivos de Família: Organização e Descrição.* Extra – série. Vila Real: Sector Editorial dos SDE, 1996.p. 10 a 12

[134]RIBEIRO, Fernada – *O acesso à informação nos arquivos.* Vol I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.p.421

[135]Idem. *Ibidem*.p.421

[136]Idem. *Ibidem*.p.422

[137]Idem..*Ibidem*.p.422

- Decreto de 19 de Agosto de 1859 – Define as normas administrativas que ajudam a compreender a estrutura orgânico-funcional do arquivo;[139]
- Decreto de 17 de Setembro de 1885 – inclui algumas disposições arquivisticas de natureza mais técnica e organizacional;[140]
- Decreto de 29 de Dezembro de 1887 – O Artigo 10º diz respeito à elaboração de inventários e Catalogação;[141]
- Decreto-Lei nº 447/88, de 10 de Dezembro de 1988 – Regula vários aspectos da pré-arquivagem de documento, no que diz respeito à sua avaliação, selecção e à elaboração das tabelas de selecção;[142]
- Diploma de 1965 – Dá ênfase ao tratamento técnico documental (trabalhos de inventariação e catalogação); [143]
- Decreto-Lei nº 247/9, de Junho de 1991 – Estabelece o estatuto da carreira de pessoal na área dos arquivos; [144]
- Decreto-Lei nº 121/92, de Julho de 1992 – É referente à gestão de documentos relativos aos recursos humanos, patrimoniais e financeiros dos serviços da administracção pública;[145]
- Decreto-Lei nº 16/93, de 23 de Janeiro de 1993 – Regime geral dos Arquivos e do Património Arquivístico. O objectivo deste decreto é a disciplina normativa da garantia da valorização, inventariação e preservação do património arquivístico nacional e dos arquivos, visando com a sua aprovação, definir os princípios que devem presidir à

---

[138]Idem. *Ibidem*. p. 421.

[139]Idem. *Ibidem*. p. 427

[140]RIBEIRO, Fernada – *O acesso à informação nos arquivos. Vol I.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.p. 428

[141]RIBEIRO, Fernanda – *Para o Estudo do Paradigma Patrimonialista e Custodial. A inspecção das Bibliotecas e Arquivos e o Contributo de António Ferrão (1887-1965).* Porto: Edições Afrontamento, 2008. p. 23

[142]COUTURE, Carol e ROUSSEAU, Jean-Yves – *Os Fundamentos da Disciplina Arquivistica*. 1ª Edição. Salamanca: Publicações Dom Quixote, 1998.p. 155

[143]RIBEIRO, Fernanda – *Para o Estudo do Paradigma Patrimonialista e Custodial. A inspecção das Bibliotecas e Arquivos e o Contributo de António Ferrão (1887-1965).* Porto: Edições Afrontamento, 2008.p. 151

[144] Idem. *Ibidem*.p.156

[145] Idem. *Ibidem*.p.156

organização, inventariação, classificação e conservação dos fundos. Pretende-se assim, que o Decreto-Lei concorra para o desenvolvimento de práticas que permitam a guarda, o acesso e o uso deste património arquivístico.[146]

- Decreto-Lei nº 60/97, de 20 de Março de 1997 – Traça a lei orgânica do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, órgão coordenador da política arquivistica nacional;[147]
- Decreto-lei nº 372/98, de 23 de Novembro de 1998 – Reforça as competências do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo e define as linhas orientadoras da coordenação dos serviços arquivísticos com as várias áreas da vida.[148]
- Decreto – Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro:
    - 1 – Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura.
    - 2- A política do património cultural integra as acções promovidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas, pelas autarquias locais e pela restante Administração Pública, visando assegurar, no território português, a efectivação do direito à cultura e a fruição cultural e a realização dos demais valores e das tarefas e vinculações impostas, neste domínio, pela Constituição e A legislação é um dos eixos fundamentais ao qual se liga o desenvolvimento da arquivística e no qual se alicerçam as políticas nacionais relacionadas com a gestão e organização dos arquivos.[149]

---

[146] http://www.dgci.min-financas.pt/NR/rdonlyres/821D0B4A-1459-484B-8BCD 2C8705C67231/0/decreto-lei_16-93_de_23_de_janeiro.pdf

[147]COUTURE, Carol e ROUSSEAU, Jean-Yves – *Os Fundamentos da Disciplina Arquivistica.* 1ª Edição. Salamanca: Publicações Dom Quixote, 1998.p. 155.

[148]SANTOS, António Sá e BICAS, Maria Margarida – *Legislação Aplicada às Bibliotecas, Arquivos e Documentação.* s/e. Lisboa: Vislis, 1999.p.148

[149]PEIXOTO, Pedro de Abreu – *Perspectivas para o Futuro dos Arquivos de Família em Portugal*. In Cadernos Bad nº 1 do ano de 2002. Lisboa: Cadernos Bad nº 1, 2002.p. 87.

Em Portugal, para além da legislação dispersa e não específica, que afecta a forma como lidamos com a documentação de arquivo, existe um conjunto de diplomas, já muito significativo em termos de conteúdo, que diz directamente respeito a esta área.[150] Sendo os arquivos de família privados, é necessário um enquadramento legislativo específico para este tipo de arquivos na lei portuguesa, que salvaguarde os direitos dos seus proprietários e em simultâneo os aproxime e cative a instituições públicas de arquivo, que são, afinal, as mais preparadas para prestar um serviço técnico de arquivo, desde a organização à preservação documental, à difusão da informação.[151] É, portanto, necessário tomar consciência que urge elaborar uma reflexão sobre a legislação a aplicar aos arquivos de família.[152]

O facto de o Estado não exercer jurisdição directa sobre estes arquivos, e a circunstância de a historiografia só nas décadas mais recentes ter passado a valorizar os arquivos de família, tornam compreensível a falta de um enquadramento legal sobre os arquivos de família.

1.4– Casa e Família

Ao utilizar o conceito de "Arquivos de Família", estamos a definir um campo de fronteira com outros conceitos que importa definir, nomeadamente os de "casa e família", considerando que se encontram ligados, sendo a sua análise importante para uma melhor compreensão do nosso objecto de estudo.

Verifica-se uma articulação entre o termo casa-familia, sendo espaços mais ou menos alargados, definidos por fronteiras, que se complementam, relacionam, mas ao mesmo tempo se contradizem. A "Família" é vista numa vertente social, enquanto detentores de um espaço, e à Casa é concedida a vertente cultural e simbólica (sendo a casa avaliada como um espaço de sociabilidade e de convivência, mas também como um espaço físico, organizado para a habitação).[153]

---

[150]Idem. *Ibidem*. p.87

[151]Idem. *Ibidem*. p.87

[152]PEIXOTO, Pedro de Abreu – *Perspectivas para o Futuro dos Arquivos de Família em Portugal*. In Cadernos Bad nº 1 do ano de 2002. s/e. Lisboa: Cadernos Bad nº 1, 2002.p.87

[153]GUIMARÃES, Susana Cristina Gomes Gonçalves – *A Quinta da Costa: em Canelas, Vila Nova de Gaia: (1766-1816): família, património e casa*. Porto: [Edição do Autor], - Dissertação de mestrado em Estudos Locais e Regionais, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005.p. 14

Nesta acepção, neste trabalho abordarei a Família, porque vou estudar os proprietários enquanto produtores da informação, e a Casa de igual modo, porque é um conceito abrangente, que integra uma forte dimensão de sociabilidade que é inerente à criação e guarda de um arquivo.[154] Abordaremos, pois, os dois conceitos, neste ponto, tendo em conta diferentes perspectivas, bem como a sua evolução ao longo dos tempos.

Para o estudo da "família" é necessário ter em conta que se está a lidar com um conceito, uma criação intelectual e cultural, e não com uma coisa material. Nas últimas décadas, a história da "família" tem-se revelado um domínio de frutuoso diálogo entre as diversas ciências sociais[155], fornecendo informações sobre a vida das pessoas que constituem as famílias, possibilitando uma visão global da forma como se articulam, interpretam e influenciam as realidades em que se movem estes agentes sociais.[156]

É na "família" que está depositado o património (material e moral), tendo esta a responsabilidade de o conservar, para que seja transmitido a todas as gerações,[157]constituindo, deste modo, o primeiro grupo associativo natural, existente mais ou menos em todos os tempos, desempenhando funções, quer do ponto de vista económico (necessárias à riqueza de uma Nação), social (já que constitui a cédula basilar de toda a sociedade) e moral (uma família bem organizada, com os poderes dos seus membros bem diferenciados)[158].

As famílias começam com o casamento e é a própria Natureza que convida os homens para essa união, dela nascem os filhos que, perpetuando as famílias, sustentam a sociedade humana, e compensam as perdas que a morte causa todos os dias. [159]

O conceito de "família", directa ou indirectamente deriva do latim e originalmente referia-se a um grupo de servos (famuli) dependentes de um único patrão, uma vez que para os Romanos o número de escravos possuídos era um dos principais elementos constitutivos de riqueza, assumindo, a palavra, o significado de "Património". Mas o seu campo semântico também se alargou noutras direcções:

---

[154]Idem. *Ibidem*. p. 15

[155]PEREIRA, Gaspar Martins – *Famílias Portuenses na viragem do século: 1880-1910*. Edição nº 543. Porto: Edições Afrontamento, 1995.p.39

[156]LIMA, Maria Antónia Pedroso de – *Grandes famílias grandes empresas: ensaio antropológico sobre uma elite de Lisboa.* Lisboa: Dom Quixote, 2003.p.38

[157]ESTEVES, Alberto – *A Família*. Coimbra: s/e.1932.p.4

[158]Idem. *Ibidem.* p.55 a 57

[159] FLANDRIN, Jean-Louis – *Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga.* Traduzido por M.F.Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Estampa, 1992.p.16

Começou por designar todos aqueles que dependiam do mesmo pai de família (*pater familias*), fossem filhos, servos ou outros, e todos os que descendiam de único fundador e que estavam submetidos a um *pater familias*.[160]

Mas o que é uma família? Como se pode definir? Como se vai poder verificar, o conceito de "família" é um conceito polissémico, uma vez que são dadas várias definições, aplicando-se a realidades diversas.

Num sentido lato, "família" designa um «conjunto de pessoas ligadas entre si pelo casamento ou pela filiação»; ou ainda «a sucessão de indivíduos que descendem uns dos outros», quer dizer, «uma linhagem», «uma raça», uma «dinastia». Mas há também um sentido restrito, que designa «as pessoas aparentadas que vivem sob o mesmo tecto», e «mais particularmente o pai, a mãe e os filhos».[161]

Outras designações são dadas para "família": «todos aqueles que vivem numa mesma casa, sob um mesmo chefe» ou seja, «família gente da casa», incluindo-se na palavra "família" todos os criados, todos os funcionários, grandes e pequenos. Para outros, "família" significa os parentes mais próximos. Neste sentido, diz-se das pessoas de categoria, assim como dos burgueses e do povo. Para outros, quer dizer essencialmente «o pai e a mãe com os filhos», isto é, a família nuclear.[162]

Aquilo a que chamamos "família", oculta uma realidade que abarca diversas formas de solidariedade. Uma une os que se reconhecem ter o mesmo sangue ou um antepassado comum; outra, os que vivem sob o mesmo tecto e partilham os mesmos interesses de produtores ou de consumidores.[163]

Segundo as definições apresentadas nos dicionários, a "família" é um conceito que hoje em dia não é unívoco, portanto, "família" pode ser: uma comunidade de pais e filhos e eventualmente de outros parentes, que vivem juntos sob o mesmo tecto. Mas

---

[160]SARTI, Raffaella – *Casa e Família. Habitar, Comer e Vestir na Europa Moderna.* 1.ª Edição. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.p.64

[161]FLANDRIN, Jean-Louis – *Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga.* Traduzido por M.F.Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Estampa, 1992.p 12 e 13

[162]FLANDRIN, Jean-Louis – *Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga.* Traduzido por M.F.Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Estampa, 1992.p.16

[163]BURGUIÈRE, André; SEGALEN, Martine; ZONABEND, Françoise e ZUBER-KLAPISCH, Christiane (dir)– *História da Família: O Choque das Modernidades: Ásia, África, Ámerica, Europa. Volume III* . 1.ª Edição. Lisboa: Terramar, 1986.p. 30

"família" também pode ser definida como um grupo de pessoas ligadas por laços de parentesco, matrimónio ou afinidade, não necessariamente conviventes. [164]

Assim, a "família" é uma maneira de ordenar a vida social e política e gera um conjunto de valores que marcam a cultura do mundo pré-industrial.[165]

Segundo Gaspar Martins Pereira «*Estudando estratégias, introduzimos a ideia de que as famílias eram criações históricas que adaptavam os papéis e as actividades dos seus membros, as mudanças do mundo em que viviam, a ideia de que as famílias eram séries variáveis de relações humanas e não entidades estáticas dotadas de formas universais*».[166]

Tendo em conta as palavras proferidas por Maria Norberta Amorim, "família" é a primeira unidade de sociabilidade,[167] composta por todas as pessoas que viviam, na mesma casa e do mesmo património. Outros significados são relativos à "família", sendo descrita como o núcleo doméstico, onde se reúnem um homem e uma mulher, companheiros em igualdade, votados à educação. Quanto à "família" primitiva, esta organiza-se em torno da mãe e da sua «gente» e só posteriormente em torno do pai.[168]

É também importante a ideia de que o lar da "família" conjugal está na base de uma pirâmide que se ergue até à tribo, e tem como finalidades criar, educar e ser socialmente solidário.[169] Assim, "família" são os «filhos, que vivem e estão submetidos à potestade e cuidados paternos, incluindo também a mulher, e sobrinhos do pai, se os tiver em casa». [170]

---

[164]SARTI, Raffaella – *Casa e Família. Habitar, Comer e Vestir na Europa Moderna.* 1.ª Edição. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.p.63

[165]CASEY, James – *História da Família.* Lisboa: Editorial Teorema, LDA. 1989. p. 203 a 206.

[166]PEREIRA, Gaspar Martins – *Familias Portuguesas na Viragem do Século (1880-1910)* . Edição nº 543. Porto: Edições Afrontamento, 1995.p. 39

[167]AMORIM, Maria Norberta – A Família *e a sua relação com o meio, uma experiência com genealogias numa paróquia reconstituída (1675-1980).* In separata de cadernos do Noroeste, volume 3, nº 12,1990.p.12

[168]MENDES, Nuno Resende – *"Vínculos quebrantáveis": o morgadio de Boassas e suas relações : (séculos XVI-XVIII).* Porto: [Edição do Autor], - Dissertação de mestrado em Estudos Locais e Regionais, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005.p.84 e 85

[169]CASEY, James – *História da Família.* Lisboa: Editorial Teorema, LDA. 1989.p. 15 a 20

[170]SARTI, Raffaella – *Casa e Família. Habitar, Comer e Vestir na Europa Moderna.* 1.ª Edição. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.p.66

A “família” configura-se como um espaço de interacção das diversas trajectórias individuais dos seus membros, fortemente influenciados pelo contexto sócio-histórico, pela cultura e pela religião onde estão inseridos.[171] A “família” é o local de aprendizagem e de transmissão do saber e da cultura,[172] e o revelador da pessoa[173], o grupo doméstico é o local de estratégias familiares e de preenchimento de um grande número de funções sociais. [174]

No seio da burguesia, a “família” era definida como o local de ordem, detentora de um poderoso modelo normativo em que as divergências eram consideradas um perigoso desvio social.[175]

Mas estes significados dados ao conceito de “família”, nem sempre foram assim, uma vez que entre o século XVI e o século XVII, estava dividido entre a ideia de residência comum e a ideia de parentesco.[176] A palavra “família” designava, então, um grupo doméstico, não um grupo de parentes,[177] enquanto no século XVIII já designava a comunidade dos pais e dos filhos.[178] O século XIX caracteriza-se por uma organização social piramidal, no alto do qual se situa a família burguesa, apoiando-se num capital económico e numa rede de parentesco eficaz.[179]

---

[171] Idem. *Ibidem*.p.84

[172]BURGUIÈRE, André; SEGALEN, Martine; ZONABEND, Françoise e ZUBER-KLAPISCH, Christiane (dir) – *História da Família: O Ocidente: Industrialização e Urbanização. Volume IV.* 1.ª Edição. Lisboa: Terramar, 1986.p.14

[173]FERNANDES, António Teixeira – *Sociedade, família e escola*. Porto: Universidade do Porto.Faculdade de Letras, 2007/2008.p.147

[174]BURGUIÈRE, André; SEGALEN, Martine; ZONABEND, Françoise e ZUBER-KLAPISCH, Christiane (dir) – *História da Família: O Ocidente: Industrialização e Urbanização. Volume IV.* 1.ª Edição. Lisboa: Terramar, 1986.p.17

[175]Idem. *Ibidem*. p.18

[176]FLANDRIN, Jean-Louis –*Famílias:parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga.* Traduzido por M.F.Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Estampa, 1992.p.12 e 13

[177]BURGUIÈRE, André; SEGALEN, Martine; ZONABEND, Françoise e ZUBER-KLAPISCH, Christiane (dir)– *História da Família: O Choque das Modernidades: Ásia, África, Ámerica, Europa. Volume III* . 1.ª Edição. Lisboa: Terramar, 1986.p.30

[178]BURGUIÈRE, André; SEGALEN, Martine; ZONABEND, Françoise e ZUBER-KLAPISCH, Christiane (dir) – *História da Família: O Ocidente: Industrialização e Urbanização. Volume IV.* 1.ª Edição. Lisboa: Terramar, 1986.p.33

[179]Idem. *Ibidem*.p.141

A “família” que hoje conhecemos, pós-moderna, é o resultado da sua história, reunindo elementos da família tradicional (caracterizada pelo tipo de relação que se estabelece na Família e com o cônjuge) e da família moderna (verifica-se efectividade na relação conjugal, a privacidade adquire uma grande importância). [180] A vida da família pós-moderna é marcada por uma preocupação com os rendimentos e com o bem-estar e conforto de todos os seus elementos. [181]

Em jeito de conclusão, pode-se dizer que o conteúdo inicial de “família” foi-se pouco a pouco esvaziando, para passar a designar uma comunidade do marido e da mulher em detrimento da comunidade do senhor e do escravo. Assim, o conceito de “família”, tal como hoje é definido, só existe, pois, desde uma data recente, na nossa cultura ocidental. [182] O conceito de “família” ao longo da História foi passando por diversas alterações, sofrendo influências de cariz cultural, religioso, económico, social e até mesmo político.

O conceito “família” pressupõe a existência de «Casa», uma vez que se trata de dois conceitos interligados,[183] sendo que a família molda as casas segundo as suas exigências e as suas necessidades,[184] referenciando-se, por vezes à “família” como sendo «a família da casa “x”».[185] A “casa” é um componente essencial da vida do homem, resumindo um estilo de vida, sendo importante para o estudo de uma sociedade, em qualquer época que se considere.[186]

Assim sendo, urge abordar e desenvolver o nosso estudo em redor do conceito de “casa”. Não nos detendo muito nesta questão, apenas assinalaremos alguns marcos essenciais na sua evolução.

---

[180]PATEL, Maria Joana Vinagre Marques da Silva – *Família, trabalho e relações conjugais: perspectivas de dominação e de igualdade no feminino e no masculino.* Porto: [Ed. Autor], 2005.p.11.

[181]Idem. Ibidem.p.15

[182]FLANDRIN, Jean-Louis – *Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga.* Traduzido por M.F.Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Estampa, 1992.p.17

[183] SARTI, Raffaella – *Casa e Família. Habitar, Comer e Vestir na Europa Moderna.* 1.ª Edição. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.p 75

[184] Idem. *Ibidem*.p.135

[185]FLANDRIN, Jean-Louis – *Famílias: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga.* Traduzido por M.F.Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Estampa, 1992.p.14

[186]AZEVEDO, Carlos de – *Solares Portugueses.* Lisboa: Livros Horizonte, 1969.p.13

Ao fazer estudos sobre "casa" é necessário ter em conta que esta se configura como uma instituição compósita de valores simbólicos, humanos e materiais, que se articulam no sentido da reprodução, do poder e da memória, de uma linha patrimonial e familiar.[187]

A "casa" não existe fechada sobre si própria, imóvel, mas pressupõe contacto e alargamento de influência ao espaço envolvente. Assim, existe a preocupação de compreender o edifício, a sua funcionalidade, a sua evolução e dinâmica ao longo dos tempos.[188]

A "casa" é o primeiro espaço vital do indivíduo[189], é a unidade social primária, isto é, o nível de identidade social com maiores implicações para a apropriação social do espaço e para a integração estrutural do indivíduo. É também a esse nível que os actores sociais concedem primariamente a integração entre a reprodução social e a reprodução biológica. Deste modo, a "casa" não é apenas uma realidade física, é, sobretudo, um espaço social, quer como lugar de memória, quer pelas relações que encerra e estabelece, quer ainda como símbolo de condição social que se projecta nas expectativas dos sujeitos, determinando em parte a mobilidade dos indivíduos e das famílias.[190]

Assim, o conceito de "casa" é um dos conceitos mais difíceis de definir, uma vez que adquire significados e conotações amplas e abrangentes, podendo assumir vários sentidos no seu uso corrente, mas devemos ter em conta que o conceito de "casa" abrange dois grandes sentidos: espaço físico, organizado para a habitação e um local que envolve ordem social e cultural.[191]

Poderemos dizer que o conceito de "casa" refere-se ao:

- «*conjunto de bens simbólicos e materiais a cuja reprodução alargada estavam abrigados todos os que nela nasciam ou dela dependiam; é o ponto intermédio entre os de «raça» [ligados ao apelido de família] e o de «lar doméstico»*.[192]

---

[187]LOURENÇO, Maria Paula Marçal – *Casa corte e património das rainhas de Portugal: 1640-1754: poderes, instituições e relações sociais*. Lisboa: Edição do Autor. 1999.p.105

[188]GONZÁLEZ, Andrés Barrera – *Casa, herencia y familia en la Cataluña rural*. Madrid: Alianza Universidad, 1990.p.24

[189]Idem.Ibidem.p. 23

[190]PEREIRA, Gaspar Martins – *Famílias Portuenses na viragem do século: 1880-1910*. Edição nº 543. Porto: Edições Afrontamento, 1995.p.83

[191]MENDES, Nuno Resende – **"Vínculos quebrantáveis" : o morgadio de Boassas e suas relações : (séculos XVI-XVIII),** s/d. Porto: [Edição do Autor], - Dissertação de mestrado em Estudos Locais e Regionais, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005. P.147

[192]Idem. *Ibidem*. p.90

- *«conjunto daquelas pessoas que, morando juntas, constituem e formam uma Família,*[193]*é muito mais que as quatro paredes que rodeiam a casa».*[194]

Como se pode verificar, "casa" integra diversas unidades de co-resendência, ligadas entre si por relações de comercialidade, de trabalho ou de parentesco.[195]

Sendo uma entidade corporativa, a "casa" ocupa um lugar de privilégio no universo conceptual e valorativo propício do sistema truncas,[196]conferindo identidade e segurança ao indivíduo. Aqueles que não têm Casa-Património não têm propósito e identidade, estão desarreigados e estão localizados em situações de inferioridade.[197]

Estando referido, de uma forma geral, o conceito de "casa", e tendo em conta o nosso objecto de trabalho, destacaremos uma tipologia de "casa", enquanto edifício. Salientamos a Casa Senhorial/Nobre, que representa os antepassados que passaram por ela, e há-de ser preservada para as gerações vindouras.[198] A casa senhorial, seja urbana ou agrícola, demonstra a importância da família que lá habita, com a respectiva pedra de armas encimando portais e figurando em fachadas.[199]A casa senhorial portuguesa pode ser entendida como:

- Solar – Quando nela tem origem uma família;
- Casa – Quando as suas terras são limitadas por marcos e quando teve origem num emprazamento que tinha este nome. Todavia, casa é um nome mais genérico e só se aplica a uma de um determinado lugar onde há outros, onde vive a família nobre;
- Palácio – Quando residem os Reis;
- Paço ou Paços – Residência dos Reis, Infantes e Bispos;
- Quinta – Quando as suas terras são cercadas por muros;

---

[193] SARTI, Raffaella – *Casa e Família. Habitar, Comer e Vestir na Europa Moderna.* 1.ª Edição. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.p 67

[194] GONZÁLEZ, Andrés Barrera – *Casa, herencia y familia en la Cataluña rural*. Madrid: Alianza Universidad, 1990.p.24

[195] PEREIRA, Gaspar Martins – *Famílias Portuenses na viragem do século: 1880-1910*. Edição nº 543. Porto: Edições Afrontamento, 1995.p.83

[196] GONZÁLEZ, Andrés Barrera – *Casa, herencia y familia en la Cataluña rural*. Madrid: Alianza Universidad, 1990.p.24

[197] Idem. *Ibidem*.p. 239

[198]Idem.Ibidem.p.24

[199]BOTELHO, Cândida de Arruda e SAMPAIO, Jorge Pereirs – *Casas Portuguesas e Brasileiras. Duas Visões. Dois Testemunhos*. Lisboa: Edições Inapa, 2000.p. 3

- Torre – Quando nela existem uma ou teve na sua origem;
- Casas do Mosteiro – Quando (depois da extinção das ordens religiosas) passaram a ser residência de uma determinada família.[200]

A casa senhorial é a residência do núcleo familiar que a habita, tal como outra casa, mas é composta pelos elementos vivos da linhagem, e representa uma entidade cuja capacidade de perpetuação depende do simbolismo acumulado ao longo da sua história social.[201]

É pois da Casa e da Família dos Barros de Sabrosa que trataremos no ponto seguinte, pois esses são os produtores da documentação/ informação contida no arquivo de família que nos propomos tratar.

---

[200]DAMÁSIO, Luís Pimenta de Castro, NOVAIS, Luís e SILVA, Armando B. Malheiro da – *Casas Armoriadas do Concelho dos Arcos de Valdevez.* s/d. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal, 1989.p.5 e 6

[201]LOURENÇO, Maria Paula Marçal – *Casa, corte e património das rainhas de Portugal: 1640-1754:poderes, instituições e relações sociais*. Lisboa: Edição do Autor. 1999.p.106

2 – Contextualização da Produção da Informação

2.1 – O Produtor – A Família dos Barros

Ao estudar um arquivo de família é necessário, por parte do arquivista, levar a cabo um estudo precedente, ou seja, um estudo do produtor dos documentos. No nosso caso, em concreto, trata-se da instituição «Família».

As razões que fundamentam o estudo do órgão produtor prendem-se com o facto de aí termos a resposta para a existência de documentos que comprovam o poder, os contactos, os bens e riqueza da família e, sobretudo, e de aí obtermos conhecimento da estrutura funcional da família, que facilitará o tratamento arquivístico, ou seja, da documentação comprovativa das prerrogativas sociais que se projecta na documentação de carácter pessoal de cada elemento da família.

Pelos diversos estudos, feitos de antemão, tomámos o conhecimento de que a Família e Casa dos Barros se localizava na Vila de Sabrosa, vila que deveu toda a sua opulência à produção de vinho, que aumentou o rendimento das famílias que se vão fixando na região, com reflexos imediatos, permitindo uma vida faustosa, adquirindo moradias em zonas luxuosas da cidade do Porto e a construção de solares nas suas quintas do Douro e nas cidades e vilas da região.[202]

Toda esta riqueza que se vivia na referida vila era visível na existência de muitas casas nobres, com famílias de antiga nobreza[203] (conjunto de indivíduos, que possui, por transmissão hereditária, privilégios sociais e políticos, e direitos superiores aos da maioria da população).[204] Trata-se de uma povoação que tem tido várias famílias ilustres: os que usam apelidos de Teixeira Lobos (Ramo da Casa do morgado de Ribeira de Sabrosa; os Azevedos, casa quase extinta, e que já aí não reside; os Barros Lobos, hoje barões de Provezende; os Pereiras de Magalhães (provável, ainda que

[202]SOARES, António Manuel da Rocha – *Sabrosa da Pré-História à Actualidade.* 1ª edição. Sabrosa: ELO-Publicidade, Artes Gráficas, S.A, s/d. p.68

[203]AZEVEDO, Correia – *Brasões e Casas Brasonadas do Douro.* Porto: s/d. p.224

[204] SOUSA, Fernando e GONÇALVES, Silva – *Memórias de Vila Real.* 1º e 2º Volume. Pag. 432

discutível família do famoso navegador e descobridor do estreito com o seu nome, na extremidade da América do Sul), os Pizarros e os Canavarros, entre outros.[205]

Foi a existência das duas últimas famílias, que deu origem a uma abundância de casas armoriadas que ainda hoje se conservam em Sabrosa. De todas, a mais modesta é aquela em que a tradição diz ter nascido Fernão de Magalhães. As demais representam apreciáveis exemplares da nossa arquitectura civil solarenga.[206]

A família dos Barros e a família dos Canavarros, eram como já referi anteriormente, duas famílias existentes em Sabrosa, e independentes. A casa dos Barros Lobo (Casa dos sete Generais) era um solar formado por duas partes, a Casa de Baixo (Casa dos Barros) e a Casa de Cima (onde se encontram instalados os Paços do Concelho de Sabrosa, tendo sido oferecido por um elemento da família, António de Sousa – Presidente da Câmara de Sabrosa, para esses fins). Ambas as casas ainda hoje possuem o mesmo brasão.

A Casa dos Canavarros (Casa do Outeiro), é um solar magnífico, que data do século XVIII, e foi reconstituído por membros da família Canavarro, que veio de Viseu em meados do século XVIII exercer funções de medicina em Sabrosa. A arquitectura da casa mostra um torreão central, o permite colocar a hipótese de ter sido uma residência senhorial, antes do século XVIII.

Estas duas casas ficaram ligadas pelo casamento entre Gonçalo Lobo Pereira Caldas de Barros (3º Barão de Provezende) com D. Virgínia do Carmo Caupers de Azevedo Canavarro. Esta ligação explica o facto de em algumas fontes se mencionar, não a família dos Barros ou dos Canavarros, mas sim a dos Canavarros de Barros.

Nos inícios a família era composta por oito irmãos, sete rapazes e uma rapariga. Enquanto esta casou com um fidalgo de Cheires, no vizinho concelho de Alijó, aqueles foram seguiram a carreira militar, chegando ao generalato (aliás a Casa dos Barros ainda hoje é reputada como a dos sete generais – como já tinha mencionado).

A casa dos Canavarros de Barros, apesar de ser bastante baixa, representa um tipo de arquitectura que caracterizou os melhores solares de fins do século XVII, princípios do século XVIII. Apesar de se ter procedido à abertura da rua que a ligava

---

[205] LEAL, Augusto Soares d`Azevedo Barbosa de – *Portugal antigo e moderno : diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico...*, reprodução facsimilada de:edição de 1873. Lisboa: Livraria Mattos Moreira e Companhia, 1890.p. 273.

[206]AZEVEDO, Correia – *Brasões e Casas Brasonadas do Douro.* Porto: s/d. p.224.

com a Câmara e de ter diminuindo o seu esplendor antigo, a sua traça mantém-se inconfundível.

Esta família foi deveras próspera, chegando a passar o período de Inverno em Londres, em íntima familiaridade com os monarcas ingleses e toda a nobreza da Corte Britânica. A família detinha uma opulência enorme, que lhe permitiu oferecer ao município de Sabrosa as casas do tribunal.

Reconstituição da família

Teixeiras Lobos de Barros

da

Casa de Sabrosa

1 - D. ANNA TEIXEIRA LOBO DE AZEVEDO*, filha bastarda de João Teixeira Lobo Barboza, F.C.R., Morgado de Vilarinho se S. Romão, casou em Provezende com Jeronimo Lopes de Mattos.*

Filhos:

2 - D. Isabel Joanna*, que segue.*

2 - Antonio Lobo Barboza*, F.C.R., que casou, em Sabrosa, em 10 de Julho de 1738, com D. Michaela Taveira de Barros, filha de Francisco de Barros, de Celeiroz, e de mulher D. Anna Correira. Instituiu, com sua mulher, em Vinculo de Morgado e Capela com os seus bens de Provezende, nomeando para primeiro Administrador seu sobrinho José Antonio Teixeira Lobo de Barros. Não deixou descendentes.*

2 - D. ISABEL JOANNA TEIXEIRA LOBO*, casou com o Dr. Luiz de Barros Correia Lobo, Médico em Sabroso, filho de Francisco de Barros, de Celeiroz, e de sua mulher D, Anna Correia, neto paterno de Gonçallo Lobo, e materno de Pedro Correia e de sua mulher D. Maria Taveira.*

Filhos:

***3 - D. Maria**, nascida em Sabrosa em 12 de Abril de 1739.*

***3 - José Antonio**, nascido em 28 de Junho de 1741, que segue.*

***3 - Luiz**, nascido em 16 de Julho de 1742.*

***3 - DR. JOSÉ ANTONIO TEIXEIRA LOBO BARBOZA**, Bacharel em Direito F.C.R, (Alvará de 11 de Julho de 1804), C.O.C., 1º Administrador do Vinculo de Provezende, Deputado da Junta da Companhia dos Vinhos do Alto-Douro e Membro da Junta Provisional do Reino que se formou em Vila Real durante a primeira invasão francesa, casou, em Celeiroz, em 6 de Fevereiro de 1769, com a sua prima D Rita Quitéria Correia, filha de José Taveira Correia e de sua mulher D. Marianna de Carvalho e Azevedo.*

Filhos:

***4 - Antonio,** nascido no Porto em 22 de Dezembro de 1770, que se segue.*

***4 - D. Maria Joaquina de Azevedo Lobo**, nascida em Sabrosa em 9 de Dezembro de 1790, que casou, em Vilarinho de S. Romão, em 15 de Setembro de 1790, com José Barata Cardoso da Costa e Vasconcellos, de Vilarinho de S. Romão, filho de Christovão Cardoso Cabral da Costa e Vasconcellos, de Ranhados, e de sua mulher D. Josepha Clara de Faria e Beça, neto paterno de Francisco Cardoso de Vasconcellos, de Ranhados, e de sua mulher D. Monica Bernarda Maria Cabral e Mello, e materno de Jeronimo Correia de Faria e de sua mulher D. Bernarda de Beça.*

Filhos:

***5 - Fernando da Costa Barata e Vasconcellos**, nascido em Vilarinho de S. Romão, em 18 de Setembro de 1795, que casou, em Vilarinho em 26 de Abril de 1823, com D. Anna Benedicta Pacheco de Vasconcellos, já viúva de Alexandre José da Veiga.*

***5 - D. Josepha Mafalda**, nascida em 11 de Fevereiro de 1832, com Fernando Cortez Pizarro Homem de Magalhães, de Gouvinhas, filho de Thomaz Homem Pizzaro, F.C.R., Morgado da Capela do Bom Caminho em Chaves, e de sua mulher D, Anna Benedicta de Mendonça Pinto de*

Vasconcellos, neto paterno de José de Souza Cardoso, F.C.R., Capitão de Cavalos, e de sua mulher D. Henruqieta Julianna Gabriela de Quevedo Eça, e materno de Manuel Teixeira de Miranda Medonça de Sequeira, F.C.R., Senhor da Casa de Gouvinhas, e de sua mulher D. Maria Joaquina Pinto de Vasconcelos, de Alfarela de Jales.

5 - D. Luiza, *nascida em 5 de Favereiro de 1801.*

5 - D. Margarida*, nascida em 17 de Novembro de 1804.*

5 - D. Ignacia Adelaide da Costa Barata*, que casou duas vezes: A primeira com Sebastião Pereira, de quem não teve filhos.*

A segunda, em Vilarinho de S.Romão, em 19 de Outubro de 1837, com Bernardo de Lemos Teixeira Pacheco de Aguilar, filho de Francisco Teixeira de Aguilar, de Cedovim (Lamego), e de sua mulher D. Maria Ludovina de Lemos e Alvim.

Filho:

6 - José*, nascido em Vilarinho em 22 de Agosto de 1838.*

4 - Padre José Maria Teixeira de Barros*, que foi Reitor em Provezende.*

4 - D.Anna Bernarda*, que faleceu solteira.*

4 - D. Antonia Joaquina Rita*, que casou com João Botelho Pimentel de Sá Sarmento, F.C.R., Senhor da Casa da Ponte de Celeiroz e Morgado de Nossa Senhora da Graça da Casteiçam, filho de Alexandre Manuel Pimentel Botelho, Morgado de Casteiçam, e de sua mulher D.Antonia Thereza de Sá Ferreira de Moraes Sarmento, Com geração. (Ver Botelhos Pimenteis no Titulo Botelhos).*

4 - Luiz, *nascido em 16 de Janeiro de 1771.*

4- Joaquim*, nascido em 11 de Setembro de 1772.*

4 - ANTONIO LOBO TEIXEIRA DE BARROS BARBOZA*, F.C.R, (Alvará de 30 de Janeiro de 1882), Comendador da Ordem de Cristo e da Torre e Espada, Morgado de Provezende, Comandante de Caçadores nº12, Cavaleiro da Ordem de Aviz, Brigadeiro do Exercito, Governador da Força Armada de Lisboa, Governador das Armas do Porto e da beira Baixa, condecorado com a medalha de comando na Batalha do Bussaco e de todas as Campanhas da Guerra Peninsular e de Izabel a Catolica de Espanha, casou,*

em 27 de Novembro de 1815, com D. Ignacia Delphina Candida Pereira Caldas Bacellar de Vasconcellos, filha de Gonçallo Pereira Caldas, F.C.R., Senhor da Casa de Sinde em Mourão Governador e Capitão-General do Maranhão, Tenente-General e Governador das Armas do Minho, e da sua mulher D. Ignancia Antonia Michaela de Castro Bacelar e Vasconcellos.

Filhos:

***5 - José Antonio de Barros Teixeira Lobo Barboza**, nascido em 3 de Outubro de 1816, F.C.R., 4º Morgado de Provezende e de S. José de Sabrosa, C.O.C., 1º Barão de Provenzende, por Decreto de 10 de Janeiro de 1837, que faleceu solteiro.*

***5 - Gonçallo**, nascido em 21 de Fevereiro de 1818.*

***5 - Dr. Antonio Lobo Pereira Caldas Teixeira de Barros**, nascido em Ponte do Lima em 19 de Abril de 1819, F.C.R., Bacharel em Direito, que casou em 27 de Abril de 1850, com D. Maria Leonnor de Castro Roso de Figueiredo, filha do Dr. Vicente Pereira de Figueiredo, F.C.R., Bacharel em Direito e Juiz de Direito, e de sua mulher D. Thomazia Francisca de Araujo e Castro.*

Filha:

***6 - D. Thomazia Leopoldina Francisca**, nascida em 29 de Abril de 1855, que casou, em 14 de Junho de 1873, com seu primo Frncisco Lobo Pereira Caldas de Barros, F.C.R., herdeiro dos Morgadios de Provezende e de S. José de Sabrosa, e de sua mulher D. Mariada Graça pires de Carvalho e Cunha. Com geração. (ver abaixo).*

***5 - D. Maria Antonia Adelaide,** nascida em 29 de Abrilde 1821, que casou, em 10 de Junho de 1850, com seu primo Gonçallo de Cunha Sotto-Mayor Pacheco Pereira Pamplona, F.C.R., Senhor dos Vinculos da Barreta (Barcelos) de Santo Estevão dos Tintureiros, e de outros,*

filho de Pedro da Cunha Sotto Mayor Faria ferreira Rebetlo, e de sua mulher D. Clara Maxima Pereira Pamplona.

Filha:

6 - D. Ignacia Clara, *nascida em 30 de Dezembro de 1851.*

5 - João Lobo Pereira Caldas de Barros*, nascido em 11 de Abril de 1822, F.C.R., C.O.C., Tenente-Coronel de Infantaria, Comendador da Torre e Espada, que casou, em 30 de Setembro de 1871, com D. Maria Constança Ferreira Girão, já viúva de Antonio Felisberto da Silva e Cunha, filha de Antonio Ferreira Carneiro de Vasconcelos, F.C.R., Senhor dos Morgadios de Vilarinho de S. Romão e de Carregal (Porto), e da Honra do Paço de Avioso, Coronel do Regimento de Milicias da Feira, e de sua mulher D. Maria Aurélia Teixeira Lodo de Souza (ver Morgados de Vilarinho de S. Romão, no Titulo Lobos, a pag. 96 do 2º Volume). Sem geração.*

5 - D. Francisca Ignacia*, nascida em 3 de Outubro de 1823, que faleceu solteira.*

5 - D. Emilia da Gloria*, nascida em 6 de Julho de 1828, que faleceu solteira.*

5 - Pedro Lobo Pereira Caldas de Barros*, nascido em 25 de Agosto de 1829, F.C.R., Major de Infantaria, que casou com D. Maria Rita Soares.*

Filhos:

6 - Alfredo.

6 - Carlos.

6 - D. Aldegundes *que professou*

5 - GONÇALLO LOBO PEREIRA CALDAS DE BARROS*, F.C.R., 2º Barão de Provezende, casou, em 24 de Janeiro de 1846, com D. Maria da Graça de Carvalho e*

Cunha, filha de Manuel Francisco dos Santos Teixeira de Carvalho e de sua mulher D. Maria Emília Pires da Cunha Medeiros.

Filhos:

***6 - D. Maria Amélia da Gloria**, nascida em 15 de Abril de 1847, que faleceu solteira.*

***6 - Francisco Pedro**, nascido em 2 de Janeiro de 1848, que faleceu menino.*

***6 - Gonçallo**, nascido em 11 de Maio de 1850, que segue.*

***6 - Francisco Lobo Pereira Caldas de Barros**, F.C.R., nascido em 6 de Outubro de 1851, que casou, em 14 de Junho de 1873, com sua prima D. Thomazia Leopoldina Francisca Lobo Pereira Caldas de Barros, filha do Dr. Antonio Lobo Pereira Caldas de Barros, F.C.R., Bacharel em Direito, e de sua mulher D. Maria Leonnor de Castro Roso de Figueiredo.*

Filhos:

***7 - D. Maria Leonnor**, nascida em 6 de Abril de 1875, que faleceu em 28 de Julho de 1941.*

***7 - Antonio**, que faleceu novo.*

***6 - GONÇALLO LOBO PEREIRA CALDAS FR BARROS,** F.C.R., 3º Barão de Provezende, casou com D. Virginia do Carmo Caupers de Azevedo Canavarro, filha de José do Carmo de Azevedo Canavarro e de sua mulher D. Ignacia Caupers de Sousa Canavarro, neta paterna do Dr. Joaquim de Azevedo Cabral e de sua mulher D. Michaela de Azevedo, e materna de Cypriano de Sousa Canavarro, F.C.R., Senhor da Casa de Sabrosa, e de sua mulher D. Maria Thereza Caupers Canavarro de Mattos e Goes.*

Filhos:

***7 - D. Maria da Graça**, que faleceu solteira.*

***7 - Gonçallo**, que segue.*

***7 - Cypriano Canavarro Pereira Caldas de Barros**, que emigrou para o Brazil onde casou e faleceu sem deixar descendência.*

***7 - D. Virginia Adelaide**, que faleceu menina.*

***7 - D. Virginia Adelaide**, que faleceu solteira em 1919.*

***7 - D. Maria Thereza**, que casou com João dos Santos Pereira Ribeiro, filho de José Pereira Ribeiro e de sua mulher D. Dulce Leopoldina dos Sntos.*

Filha:

***8 - D. Maria Dulce**, nascida em 1930.*

***7 - D. Maria Luiza**, que casou em 27 de Junho de 1925 com Sebastião Maria da Nobrega Pinto Pizarro, Coronel de Infantaria, Comendador da Ordem de Aviz, Comandante Distrital da Lisgião Portuguesa de Vila Real, filho de Rodrigo da Nobrega Pinto Pizarro e de sua mulher D. Maria das Daôres da Gama Lobo Pizarro neto paterno do Dr. Sebastião Maria da Nobrega Cam e Aboim Taveira Magalhães, Bacharel em Direito, Juiz de Direito em Salsete (Índia), Senhor das Casas da Ribeira do Cabril e de Vilar de Maçada, e de sua mulher D. Maria Preciosa Botelho Feyo Machado de Queiroz, e materno de Francisco Teixeira Lobo Tavares de S. Payo, Senhor dos Morgadios de Alfarela de Jales, da Capela de Nossa Senhora da Conceição de Sabrosa, das Penelas e de Galafura, e da Casa da Porta da Vila em Vila Real, e de sua mulher D. Maria Angelina Pinto Pizarro Pimentel e Castro. Sem geração.*

***7 - D. Maria Benedicta**, que casou com Antonio Teixeira Rebello, filho do Dr. Portirio Teixeira Rebello, C.O.C., Mayor-México do Quadro Colonial e Senador da Republica, e de sua mulher D. Margarida de Sousa Rebello.*

Filhos:

***8 - D. Maria Margarida**, que casou com Antonio Fernando de Faro Loureiro, filho de Miguel da Silveira Alvares Cabral Loureiro, Capitão de Cavalaria, e de sua mulher D. Maria Delfina de Menezes Tovar Faro.*

Filha:

***9 - D. Maria Delfina**.*

***8 - Antonio Gonçalo Canavarro Teixeira Rebello**, nascido em 29 de Junho de 1934.*

***7 - D. Maria Ignacia**, que faleceu solteira.*

***7 - GONÇALLO LOBO PEREIRA CALDAS DE BARROS**, Coronel de Infantaria, Governador Civil de Angra do Heroísmo e de Ponte Salgada, casou com sua prima D. Matilde Luiza Alvares Cabral da Silveira, filha de João Urbano da Silveira e de sua mulher D. Maria Helena de Medeiros.*

Filho:

***8 - Gonçalo**, que sugue:*

***8 - GONÇALO DA SILVEIRA CALDAS DE BARROS**, casou com D. Maria Paula de Medeiros Rodrigues, filha de José Ernesto Rodrigues e de sua mulher D. Evelina de Medeiros Rodrigues, da Ilha de S. Miguel.*

Filha:

9 - D. Maria Helena, nascida em 14 de Outubro de 1943.[207]

Canavarros de Barros

Senhores

Da Casa de Sabrosa

***1 - FELIPE DE SOUSA DE CARVALHO CANAVARRO,** F.C.R., Senhor da casa de Sabrosa, Comendador de Duas Pontes na Ordem de S. Tiago, Tenente-General dos Reaes Exércitos, Governador das Armas do Partido do Porto, filho de Cypriano de Souza Machado de Carvalho Canavarro, F.C.R., Capitão de Cavalos nos Dragões de Chaves, Senhor dos Vinculos de Nossa Senhora da Saude e do Rozario de Sabrosa, e de sua mulher D. Anna Josepha de Vasconcellos Pereira de Azevedo, casou com D. Ignacia Bernada Caupers Sande e Vasconcellos, Açafata e de sua mulher D. Anna Freire de Sande e Vasconcellos.*

---

[207] TEIXEIRA, Júlio A. – *Fidalgos e Morgados de Vila Real e seu Termo.* Volume IV. Reedição Fac-Similada de J.A.Telles da Sylva. Coimbra: Instituto de Coimbra, 1990.p.303 a 309

Filhos:

***2 - Cypriano**, que segue.*

***2 - D. Anna Josepha**.*

***2 - D. Maria Carlota**, que casou com Antonio Teixeira de Azevedo Cabral, Senhor da Casa do Fundo d"Aldeia de Mondrões, filho de Pedro Teixeira de Azevedo Cabral e de sua mulher D. Maria da Felicidade Pinto Pacheco. Com geração. (ver Casa de Mondrões no Titulo Teixeiras)*

***2 - CYPRIANO DE SOUSA CANAVARRO**, F.C.R., Senhor da Casa de Sabrosa e da do Largo da Batalha no Porto, casou com sua prima D. Maria Thereza Caupers Canavarro de Mattos e Goes.*

Filhos:

***3 - Filipe de Souza Canavarro**.*

***3 - D. Ignacia**, que segue.*

***3 - D. Maria Carlota de Souza Canavarro**, que casou, em Sabrosa, em 29 de Julho de 1867, com Antonio José de Vasconcellos, natural da Ilha de S. Miguel (Açores), filho de Antonio José de Vasconcellos e de sua mulher D. Maria Collete de Menezes. Com geração.*

3 - D. IGNACIA DE SOUZA CANAVARRO, herdeira da Casa de Sabrosa, casou com seu primo José do Carmo de Azevedo Canavarro, filho natural de D. Michaela de Azevedo.

Filha:

4 - D. Virgínia do Carmo, que se segue

***4 - D. VIRGINIA DO CARMO CAUPERS DE AZEVEDO CANAVARRO**, F.C.R., herdeira da Casa de Sabrosa, casou com Gonçallo Lobo Pereira Caldas de Barros, F.C.R., 3º Barão de Provezende, Senhor da Casa de Sabrosa, filho de Gonçallo Lobo Pereira Caldas de Barros e de sua mulher D. Maria de Graça Pires de Carvalho da Cunha, neto paterno de Antonio Teixeira de Barros Lobo Barboza, F.C.R., C.O.C.,*

Morgado de Provezende, Comendador da Torre e Espada, Tenente-General dos Reaes Exercitos, condecorado com todas as medalhas da Guerra Peninsular, Governador das Armas do Porto, do Minho, da Beira Baixa e de Lisboa, e de sua mulher D. Ignacia Delfina Candida Pereira Caldas de Castro Bacelar, e materno de Menuel Francisco dos Santos Teixeira de Carvalho e de sua mulher D. Maria Emilia Pires da Cunha Medeiros.

Filhos:

***5 - D. Maria da Graça**, que faleceu solteira.*

***5 - Gonçallo**, que segue.*

***5 - Cypriano Canavarro Pereira Caldas de Barros**, que emigrou para o Brazil onde casou e faleceu sem descendência.*

***5 - D. Virginia Adelaide**, que faleceu de tenra idade.*

***5 - D. Virginia Adelaide**, que faleceu solteira em 1919.*

***5 - D. Maria Thereza**, que casou com João dos Santos Pereira Ribeiro, filho de 5*

***5 - José Pereira Ribeiro** e de sua mulher D. Dulce Leopoldina dos Santos.*

Filha:

***6 - D. Maria Dulce**, nascida em 1930.*

***5 - D. Maria Luiza**, que casou com Sebastião Maria da Nobrega Pinto Pizarro, Coronel de Infantaria, Comendante Distrital da Legião Portuguesa em Vila Real, filho de Rodrigo da Nobrega Pinto Pizarro e de sua mulher D. Maria das Dôres da gama Lobo Pizarro Teixeira Lobo, neto paterno do Dr. Sebastião Maria da Nobrega Cam e Aboim Taveira de Magalhães, Bacharel em Direito, Juiz de Direito em Salsete (India) Senhor das Casas da Ribeira do Cabrile de Vilar de Maçada, e de sua mulher D. Maria Preciosa Botelho Feyo Machado de Queiroz, e materno de Francisco Teixeira Lobo Tavares de S. Payo, Senhor da Casa da Porta da Vila em Vila Real, e dos Morgadios de Alfarela de Jales, da Capela de Nossa Senhora da Conceição de Sabrosa, das Penelas e de Galafura, e de sua mulher D. Maria Angelina Pinto Pizarro Pimentel e Castro. Sem geração.*

***5 - D. Maria Benedicta**, que casou com Antonio Rebello, filho do Dr. Porfirio Teixeira Rebello, C.O.C., Senador da Republica, Major-Médico do Quadro Colonial, e de sua mulher D. Margarida de Souza Rebello.*

Filhos:

***6 - D. Maria Margarida**, que casou com Antonio Fernando de Faro Loureiro, filho de Miguel da Silveira Alvares Cabral Loureiro, Capitão de Cavalaria, e de sua mulher Maria Delfina de Menezes Tovar Faro.*

Filha:

***7 - D. Maria Delfina**.*

***6 - Antonio Gonçalo Canavarro Teixeira Rebello**, nascido em 29 de Junho de 1934.*

***5 - D. Maria Ignacia**, que faleceu solteira.*

***5 - GONÇALO LOBO PEREIRA CALDAS DE BARROS**, Coronel de fantaria, antigo Governador Civil de Ponte Delgada e de Angra do Heroismo, casou com sua prima D. Matilde Luiza Alvares Cabral da Silveira, filha de João Urbano da Oliveira e de sua mulher D. Maria Helena de Medeiros.*

Filho:

***6 - Gonçalo**, que segue:*

***6 - GONÇALO DA SILVEIRA CALDAS DE BARROS**, casou com D. Maria Paula de Medeiros Rodrigues, filha de José Ernerto Rodrigues e de sua mulher D. Evelina de Medeiros Rodrigues, da Ilha de S. Miguel.*

Filha:

***7 - D. Maria Helena**, nascida em 14 de Outubro de 1943*[208].

[208]TEIXEIRA, Júlio A. – *Fidalgos e Morgados de Vila Real e seu Termo.* Volume I. Reedição Fac-Similada de J.A.Telles da Sylva. Coimbra: Instituto de Coimbra, 1990.p.543 a 546

2.2 – Contextos de Produção

2.2.2 – Localização da "Casa / Família"

A Casa dos Barros, como já mencionamos, situa-se na Vila de Sabrosa[209], vila e cabeça de Concelho, com o mesmo nome, da Comarca de Vila Real, Trás-os-Montes.

Actualmente, a Vila de Sabrosa, descobre-se na região Norte de Portugal, a 90 Quilómetros ao E.N.E. de Braga, 360 ao N. de Lisboa.[210] **(ver anexo 1).** Após várias anexações, incorporações e perdas, o concelho de Sabrosa é composto por 15 freguesias (**ver anexo 2**), todas do arcebispado de Braga, a saber: Anta, Celeiroz, Covas do Douro, Gouvães do Douro (antigo concelho, que foi incorporado no de Provesende), Gouvinhas, Parada de Pinhão (por decreto de 24 de Outubro de 1855, foi incorporado no concelho de Sabrosa, que até então tinha pertencido ao extinto concelho de Vilar de Maçada, da comarca d`Alijó, até ao ano de 1861), Paradella de Guiães, Paços, Provesende (foi suprimido como concelho a 31 de Dezembro e incorporado no de Sabrosa), Riba-Penhão (S. Lourenço – por decreto de 24 de Outubro de 1855, foi incorporado no concelho de Sabrosa, bem como Parada de Pinhão), que até então tinha pertencido ao extinto concelho de Villar de Maçada, da comarca d`Alijó), Sabrosa, S. Christovam, Souto Maior, Torre de Penhão e Villarinho de S. Romão (somando um total de 3.500 fogos). Fica assim constituído, definitivamente, o território do Concelho de Sabrosa, distribuído por 15 freguesias.[211] De acordo com os censos de 2001, a sua área territorial é de 180 quilómetros quadrados e conta com de 7.000 habitantes.[212]

Sabrosa está, no dizer de Pinho Leal, situada em um degrau que *alli forma a serra da Azinheira e a meia altura dista montanha, junto ás abas de um outeiro*

---

[209]Segundo Augusto Leal no dicionário *"Portugal antigo e moderno : diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico...,"* na Pag.272, a toponímia, Sabrosa vem do adjectivo latino sabulosus, que significa areiento ou saibroso – a que os latinos davam o nome de Sabulum, território saibrento. Concelho que foi criado por Decreto Real de D. Maria II, em 6 de Novembro de 1836

[210]LEAL, Augusto Soares d`Azevedo Barbosa de – *Portugal antigo e moderno : diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico....* reprodução facsimilada de:ediçao de 1873. Lisboa: Livraria Moreira e Companhia, 1890.p.271

[211]www.cm-sabrosa.pt

[212]www.cm-sabrosa.pt

escalvado e estéril, de rocha granítica; porem, o terreno em que assenta a villa é de formação shistosa, pertencente ao período siluriano.[213] É favorecida por um clima temperado, e por águas excelentes, favorável à produção de frutos, nomeadamente da uva, produzindo assim um excelente vinho.[214]

O território de Sabrosa é um espaço cheio de vestígios e tradições, bem "documentado" por toda a parte, mostrando-nos que desde os tempos pré-históricos o homem o habitou quase permanentemente. Na verdade, a provar isto estão as antas ou dólmenes, as povoações fortificadas da Idade do Ferro, os Castros, as sepulturas paleolíticas, escavadas na rocha, existentes em grande de quantidade de norte a sul do município. São do princípio da nacionalidade a maior parte das povoações do actual concelho, havendo uma em Provesende, que remonta mesmo aos tempos da ocupação romana.[215]

Sabe-se que os monarcas vão intensificar a organização e povoamento do território à medida que a reconquista se consolida. Deste modo, entre 1160 e meados do século XIII, todas as actuais freguesias eram "coutos" ou "municípios rudimentares", embora situados em territórios senhoriais. Assim, D Afonso Henriques dá cartas de foral, em 1160 e 1162, respectivamente a Celeirós e Covas do Douro; D. Sancho I dará foral a Souto Maior (Janeiro) e Sabrosa (Maio de 1196) e a Gouvães em 1202. Seu neto, D Sancho II, fará a doação desta terra à Arquidiocese de Braga.

Julgamos ser deste Reis as doações de parte dos termos de S. Loureço de Riba Pinhão e de Parada do Pinhão, ao Mosteiro de Pombeiro. Torre do Pinhão, embora num lugar diferent, chamado de Seides ou Ceides teve foral dado por D. Afonso II, em 1217. Todas as outras povoações mais tarde freguesias, tiveram o seu foral dado por D. Afonso III. Porém, há duas Freguesias que tiveram um estatuto especial: Santa Maria de Paços e S. Martinho de Anta ou d'Antas.[216]

---

[213]LEAL, Augusto Soares d`Azevedo Barbosa de – *Portugal antigo e moderno : diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico...*, reprodução facsimilada de:edição de 1873. Lisboa: Livraria Mattos Moreira e Companhia, 1890. P.271

[214]SOUSA, Fernando e GONÇALVES, Silva – *Memórias de Vila Real.* 1º e 2º Volume. p.432

[215]SOARES, António Manuel da Rocha – *SABROSA da Pré – História à Actualidade. 1ª* Edição. Sabrosa: ELO-Publicidade, Artes Gráficas, S.A, s/d. Pp. 13 a 28

[216] LEAL, Augusto Soares d`Azevedo Barbosa de – Portugal antigo e moderno : diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico..., reprodução facsimilada de:ediçao de 1873. Lisboa: Livraria Mattos Moreira e Companhia, 1890.p.63

O grande marco da história de Sabrosa é a atribuição da primeira carta de foral conhecida, por D. Sancho I, a 1 de Maio de 1196, aos povoadores de *Soverosa*, agrupados em 10 famílias.[217] Este documento define as fronteiras do concelho medieval que correspondem aos actuais limites da freguesia de Sabrosa. Teve, porém, uma curta duração.

O concelho de Sabrosa foi criado por decreto Real de D. Maria II, em 6 de Novembro de 1836.[218] Nascido com a evolução da reforma do liberalismo, iniciada por Mouzinho da Silveira, não aparecerá no início com a importância que posteriormente irá ter. Isto porque nas reformas administrativas, surgidas entre 1833 e 1835, a então Freguesia e sede de Paróquia, cujo orago é o Divino Salvador, aparece ligada ao Concelho de Vila Real.[219]

Em termos de evolução administrativa, por decreto de 6 de Novembro de 1836, este concelho integrava cinco freguesias, a saber: Souto Maior, Santa Maria de Paços, Vilarinho de S. Romão e Sabrosa como cabeça do novo município.

No ano de 1837, a 12 de Maio, foi cedido ao Concelho de Sabrosa, um brasão d`armas, composto por um escudo partido em faixa: na 1.ª em campo de prata, um chafariz, lançando agua, na 2.ª uma arvore com seus frutos pendentes, tudo alusivo às boas aguas e saborosas frutas. Timbre, um braço, empenhando uma espada, aludindo aos serviços de muitos militares seus naturais em prol da independência nacional (de acordo com o decreto que concedeu as armas).[220] O mesmo diploma apontava já para o estudo de uma melhor ordenação do País, a que não era alheio o momento político que se vivia. Concelhos apareciam ou desapareciam, consoante as concepções/opções políticas dos governantes, bem como a sua estrutura e designação orgânica.

De facto, em 31 de Dezembro 1853 o concelho passa a integrar todo o território das freguesias do Sul, por extinção do Concelho de Provesende e dois anos depois, em

---

[217] SOARES, António Manuel da Rocha – *SABROSA da Pré – História à Actualidade.* 1ª Edição. Sabrosa: ELO-Publicidade, Artes Gráficas, S.A, s/d. p. 32 a 35

[218] LEAL, Augusto Soares d`Azevedo Barbosa de – *Portugal antigo e moderno : diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico...,* reprodução facsimilada de:edição de 1873. Lisboa: Livraria Mattos Moreira e Companhia, 1890.p.271

[219] www.cm-sabrosa.pt

[220] LEAL, Augusto Soares d`Azevedo Barbosa de – *Portugal antigo e moderno : diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico...,* reprodução facsimilada de:edição de 1873. Lisboa: Livraria Mattos Moreira e Companhia, 1890. p.271 a 273

24 de Outubro de 1855, alarga para nordeste, absorvendo as freguesias de S. Lourenço, Parada e Torre de Pinhão, que antes pertenciam ao de Vilar de Maçada, que foi extinto. Esta Freguesia passará para o município de Alijó. Porém, em 1861, perderá para este a já importante povoação comercial do Pinhão, na margem esquerda do rio com o mesmo nome. Fica assim constituído, definitivamente, o território do Concelho de Sabrosa, distribuído por 15 freguesias.[221]

As terras férteis de Sabrosa permitem a produção, não só do afamado vinho, mas também de azeite, castanha, pão e legumes, boas frutas, pouco peixe no rio Pinhão, que a cerca da parte do nascente; e tem também muitas *agoas* e terras regadias.[222] Os naturais deste lugar, ainda que lavradores são *gente pulida e de Limpo trato*, segundo o autor das *Memórias de Vila Real*.[223]

Actualmente, o norte de Sabrosa, confina com uma paisagem granítica; a sul assiste-se a uma zona xistosa, com alguns afloramentos também graníticos. A criação de gado bovino, caprino e ovino ocorre sobretudo na parte alta (norte e oeste). Na parte sul do Concelho, de textura xistosa, a cultura da vinha e da oliveira sempre foi o sustentáculo económico das populações, especialmente a partir dos séculos XV/ XVI, altura em que o vinho e o azeite passam a integrar os produtos mais comerciáveis nos territórios que vão integrando o Império Português, bem como nas trocas com outros países europeus.[224]

A riqueza desta Vila aumenta depois da criação, em 1756, da Companhia Geral dos Vinhos do Alto Douro e da sua Região Demarcada, pelo Marquês de Pombal, devido ao incentivo do plantio da vinha e da oliveira, com castas e plantas mais produtivas e de melhor qualidade (obrigando ao enxerto das castas brancas nas vinhas destinadas a produzir vinhos tintos) e aperfeiçoando e uniformizando o sistema de cultura no Douro.[225] A produção do vinho generoso ou fino, ou do"Porto" como passará a ser conhecido internacionalmente, aumenta o rendimento das famílias que se vão fixando na região com reflexos imediatos.[226]

---

[221]Idem, Ibidem. p. 271

[222]SOUSA, Fernando e GONÇALVES, Silva – *Memórias de Vila Real.* 1º e 2º Volume. p.432.

[223]Idem. *Ibidem*. p. 432

[224]www.cm-sabrosa.pt

[225]Idem, Ibidem. Pag. 63

[226] SOUSA, Fernando e GONÇALVES, Silva – *Memórias de Vila Real.* 1º e 2º Volume.p. 434.

2.2.2 - A casa da "Casa dos Barros"

A casa é um produto do Homem, um facto cultural, e será no próprio Homem e nas leis da sua criação cultural que se devem procurar a razão de ser e a explicação decisiva da casa.[227] A arquitectura de uma casa é feita considerando que cada uma nasce de acordo com objectivos muitos concretos, ou seja, de acordo com a actividade que os habitantes da casa, desempenham. Como se trata de uma casa que se situa na região do Douro, é de prever que obedeça a uma arquitectura direccionada à produção. Assim, obedece a aspectos práticos da cultura da vinha.

Como é sabido, o solar (palavra que deriva de *solum* – que significa «chão ou assento»*)* era o símbolo de linhagem e do lugar ou edifício ligado a uma família, sinónimo de edificação própria famílias nobres. [228]

Em grande parte dos casos é quase inevitável a mistura ou sobreposição de estilos, uma vez que nem sempre se pode pretender que uma casa de interesse histórico ou artístico seja inteiramente representativa de uma época ou de um estilo. Assim, é frequente que uma casa seja característica do século XVIII e passa por ser quinhentista por conservar uma porta ou janela manuelina, portanto, é necessário ter em conta uma mistura de estilos, o que não lhe retira a dignidade, mas permite acompanhar a evolução dos gostos e as diferentes alterações. [229]

Na casa nobre setecentista todo o esforço arquitectónico e decorativo se concentra na fachada, sendo no Norte que se identifica um maior esforço neste sentido. A casa nobre setecentista revela-se horizontalmente, adoptando geralmente dois andares: um chamado «andar nobre», dominante e de maior importância, e os baixos da casa que se destinam às arrecadações.[230] Esta situação verifica-se em várias casas nobres do Douro, sendo a casa dos Barros uma delas. As fachadas setecentistas são articuladas com pilastras lisas e pouco salientes que as dividem em três ou mais secções, e são decoradas com vários ornatos. Relativamente à escadaria, esta conhece agora um desenvolvimento maior, chegando mesmo a desempenhar um papel importante no

---

[227]OLIVEIRA, Ernesto Veiga e GALHANO, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa.* 2ª edição. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1994.p. 14

[228]FAUVRELLE, Natália – *Quintas do Douro. As Arquitecturas do Vinho do Porto***.** 1ª edição. Porto: GEHVID, s/d. p. 64

[229]AZEVEDO, Carlos – *Solares Portugueses***.** 2ª edição. Lisboa: Livros Horizontes LDA, s/d. p. 14 e 15

[230] Idem. *Ibidem*. p. 70e 71

exterior da casa. O seu interior, apesar de simples, apresenta uma decoração de grande interesse. Na casa do século de setecentos o tratamento do jardim atinge uma expressão monumental, seguindo as tendências da época.[231] Este é, pois, o quadro arquitectónico referencial em que deveremos compreender a casa, espaço físico, da Família Barros.

Relativamente à casa na região do Douro, o autor Gustavo Matos Sequeira, denomina-a de casa solarenga, mas diz que *«Muitos solares, se lhes suprimissem o brasão, ficariam reduzidos às proporções de uma casa modesta»*. Assim, o critério que leva à classificação destas casas como solares é a simples existência de um brasão, que nem sempre está presente na casa.[232]

A maior parte dos trabalhos sobre casas brasonadas dão mais importância à história de cada casa e da sua genealogia do que propriamente, aos pormenores arquitectónicos do edifício. No Douro, a classificação do fenómeno arquitectónico tem que ter em conta a realidade agrária, rural. Assim, pode-se referir que será uma arquitectura rural. Mas o que é uma arquitectura rural? Arquitectura rural não é construída no campo em oposição à inserida em malha urbana, mas sim aquela que é construída em função da dinâmica produtiva agrícola, devendo muito a factores económicos, sociais e técnicos.[233]

Este tipo de arquitectura é considerado muitas vezes como «arquitectura popular», «arquitectura vernacular». Este tipo de classificação, é aplicada à habitação das quintas vitivinícolas da região do Douro. A arquitectura popular distingue-se pela sua simplicidade, por ser prática, ou seja, por criar aberturas onde são necessárias sem ter qualquer cuidado com o conjunto da fachada. A casa popular apresenta janelas pequenas, economizando-se o vidro, material dispendioso em tempos mais recuados. Para as classes mais abastadas, a quem pertenciam as quintas, as janelas, além de ventilarem e iluminarem o interior, serviam para projectar a imagem de quem as habitava.[234]

Em Portugal, o século XVIII foi o século do barroco, surgindo em primeiro lugar na talha dourada dos altares e só depois na própria arquitectura (surge nos finais do século XVIII). Relativamente à arquitectura civil, é no século XVIII que a casa nobre

---

[231] Idem. *Ibidem*. p. 71 a 76

[232]OLIVEIRA, Ernesto Veiga e GALHANO, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa.* 2ª edição. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1994. Pag. 14

[233] Idem. *Ibidem*. Pag. 15

[234] Idem. *Ibidem*.p.16

adquire uma expressão conforme às novas tendências, sendo ainda necessário ter em conta as diferenças entre a arquitectura do Norte e a do Sul do país. No Norte dá-se um salto do gótico para o barroco, sendo aqui que a arquitectura é mais caracteristicamente barroca.

Relativamente às plantas, estas revelam-se conservadoras, repetindo tipos conhecidos e não trazem inovações, verificando-se a planta em U. Rara é a casa nobre que se possa considerar verdadeiramente monumental.[235] Mas como é uma arquitectura rural, não encontramos uma planta-tipo, faltando um padrão comum. A existir, este e, sem dúvida, a presença de espaços ligados ao funcionamento básico da casa ou à projecção da sua imagem. [236]

Quanto à Casa dos Barros (apesar de não ter tido acesso à planta), esta é um edifício de traça barroca construído na sua maior parte em meados do séc. XVIII. Da mesma época é também a capela, devotada a S. José, que faz parte integrante do conjunto arquitectónico, o qual se desenvolve sob a forma de um U, cuja base é a fachada principal, virada a nascente, onde sobre a varanda do primeiro andar se ostentam as armas de Teixeira Lobo Correia Taveira.[237]

Sob a referida varanda fica a porta principal do edifício que dá acesso a um átrio. Deste, pode subir-se ao andar superior por uma escada de pedra que se desenvolve sob um arco abatido, apoiado numa colunata de granito. (**ver figura 1**) Também pelo átrio e através de um corredor de pedra em abóbada de berço, somos conduzidos ao jardim interior da casa, o qual dá acesso aos velhos lagares e à capela, na qual se destaca um magnífico retábulo em talha dourada, do séc. XVIII, e estatutária sacra da mesma época. No mesmo andar situa-se a biblioteca (**ver figura 2**) que se desdobra por dois salões, o primeiro dos quais com lareira e um belíssimo chão em granito e a cozinha que, seja simples ou elaborada, é sempre um espaço essencial (ver **figura 3**).

---

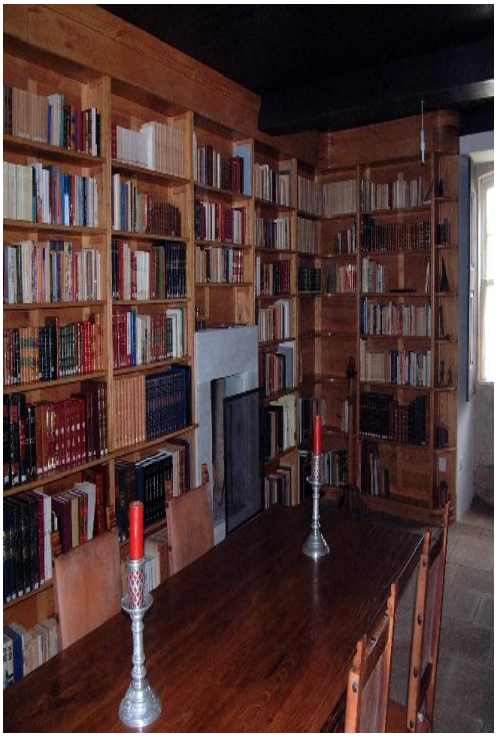
[235]AZEVEDO, Carlos – *Solares Portugueses. 2ª* edição. Lisboa: Livros Horizontes LDA, s/d. p. 65 a 71

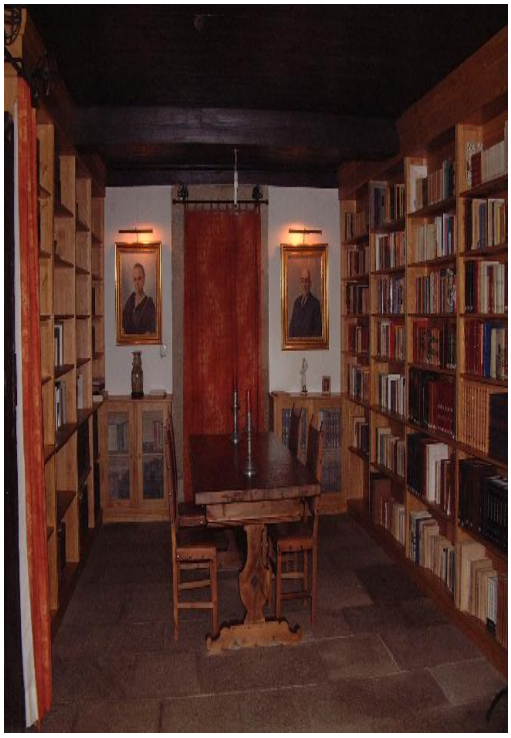
[236]FAUVRELLE, Natália – *Quintas do Douro. As Arquitecturas do Vinho do Porto. 1ª* edição. Porto: GEHVID, s/d.p.69

[237]Http://www.casadosbarros.jazznet.pt/CASADOSBARROS/texto/a_casa.htmhttp

(***Figura 1*** - Átrio da entrada principal)

Fonte – http://www.casadosbarros.jazznet.pt/CASADOSBARROS/texto/a_casa.htmhttp





(*Figura 2* – A biblioteca)

Fonte – http://www.casadosbarros.jazznet.pt/CASADOSBARROS/texto/a_casa.htmhttp

(***Figura*** 3 – A cozinha)

Fonte – http://www.casadosbarros.jazznet.pt/CASADOSBARROS/texto/a_casa.htmhttp

No piso superior, a escadaria de pedra que lhe dá acesso introduz-nos na zona dos salões: quarto amplas divisões com tectos de madeira em castanho que dão para a frontaria. Dois deles permitem a passagem para o corredor que faz a ligação, a sul, com a zona da sala de jantar, e a Norte com a ala dos quartos, situada sobre os lagares.

Um dos trunfos maiores desta casa será, sem dúvida, o espaço exterior que a rodeia, incluindo não só dois jardins, onde o visitante poderá usufruir de todo o sossego característico de uma vila do interior, como também uma bonita eira, a partir da qual se estende a piscina, tendo como cenário as vinhas que tão célebre tornaram esta região que é Património da Humanidade.

Quanto aos anexos, não tive qualquer tipo de informação que me comprovasse a sua existência. Quando falo de anexos não me refiro apenas a anexos de apoio à sua actividade (arquitectura de produção), pois existe na casa velhos lagares, mas estou-me a referir a anexos de apoio à habitação, sobretudo, dos trabalhadores da casa e da vinha.

O espaço mais decorado numa casa é, essencialmente, a fachada principal da casa e a capela (caso exista), um vez que são as áreas de maior exposição para quem visita. Os elementos e as formas que decoram os edifícios de uma casa, além de seu conteúdo estético, reflectem o gosto pessoal e os valores culturais, espirituais e psicológicos da sociedade em que estão inseridos.[238] O jogo decorativo de uma fachada é complementado pelas janelas, pelas varandas e pela pedra de armas. Relativamente às

[238]FAUVRELLE, Natália – *Quintas do Douro. As Arquitecturas do Vinho do Porto*, 1ª edição. Porto: GEHVID, s/d. p. 59

janelas, estas podem ter um formato simples, com uma moldura que pode restringir-se apenas ao lintel e ao peitoril ou tomar uma forma um pouco mais complexa. Podem ser de sacada, fechadas por portadas de madeira, ou portas de vidro, podem ter desenhos e ser coloridas com diversas formas.[239]

No caso da casa dos Barros, podemos encontrar janelas de formato bastante simples, como as tradicionais janelas de guilhotina com uma moldura que segue a configuração da janela, regra geral em granito, sendo as da fachada da frente da casa diferentes das traseiras(**ver figura 4**)

(**Figura 6** – Janelas da casa dos Barros)

Fonte – http://www.casadosbarros.jazznet.pt/CASADOSBARROS/texto/a_casa.htmhttp

Este é um esquema muito comum no Douro e na arquitectura rural Portuguesa, sendo que na maior parte das casas solarengas a linguagem decorativa tem influência erudita.[240]

No que diz respeito aos portais exteriores, a decoração segue o mesmo caminho das janelas, ou seja, tem uma decoração muito simples, a porta principal é em madeira com lintel e ombreiras em granito simples, enquanto as portas traseiras são em madeira (como é possível verificar na **figura 5**). Relativamente às portas interiores, o exemplo é o mesmo, sendo em madeira com lintel e ombreiras em granito simples, sem qualquer desenho decorativo.

[239]Idem. *Ibidem*. p.59

[240]FAUVRELLE, Natália – *Quintas do Douro. As Arquitecturas do Vinho do Porto.* 1ª edição. Porto: GEHVID, s/d. p.60

(**Figura 5** – Aspecto das portas nas salas da casa dos Barros)

Fonte – http://www.casadosbarros.jazznet.pt/CASADOSBARROS/texto/a_casa.htmhttp

As varandas completam o jogo decorativo de uma fachada principal. Na casa dos Barros encontramos uma varanda na parte central da fachada principal (como nos mostra a **figura 6**) que, apesar de pequena, revela uma abertura da casa. Esta anuncia a pedra de armas da família, portanto, tem uma ombreira mais trabalhada, de acordo com a arquitectura da casa. Contudo, na casa dos Barros também podemos encontrar uma varanda com escadaria virada para as traseiras da casa, que se destaca do resto da construção pelo seu valor decorativo expresso na vegetação (**figura 6**)

(**Figura 6** – As varandas da casa dos Barros)

Fonte – http://www.casadosbarros.jazznet.pt/CASADOSBARROS/texto/a_casa.htmhttp

O jardim de qualquer casa pode ter um papel ornamental, medicinal e alimentar, sendo muito grande e útil ao funcionamento da casa. O jardim é encarado como prolongamento do campo de cultivo. O jardim do Douro segue o gosto do jardim de

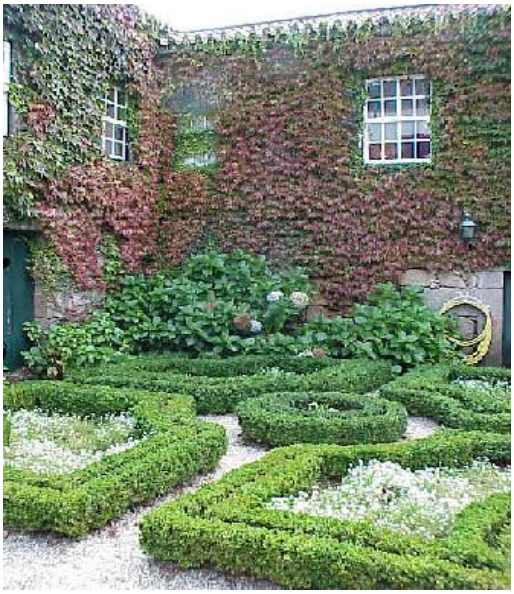
recreio, adopta conceitos cenográficos do barroco, devido ao próprio terreno onde se implanta. Regra geral desenvolve-se diante da casa, sendo delimitado por pequenos alegretes em pedra ou definidos por arbusto trabalhados.[241] Na casa dos Barros, tal como em outras casas, o jardim ocupa um lugar de destaque, o qual dá acesso aos velhos lagares e à capela. (figuras 7, 8, 9,10, 11, 12)

(**Figura 7** - Jardim da Capela)

(**Figura 8** - Jardim Secreto

Fonte – http://www.casadosbarros.jazznet.pt/CASADOSBARROS/texto/a_casa.htmhttp

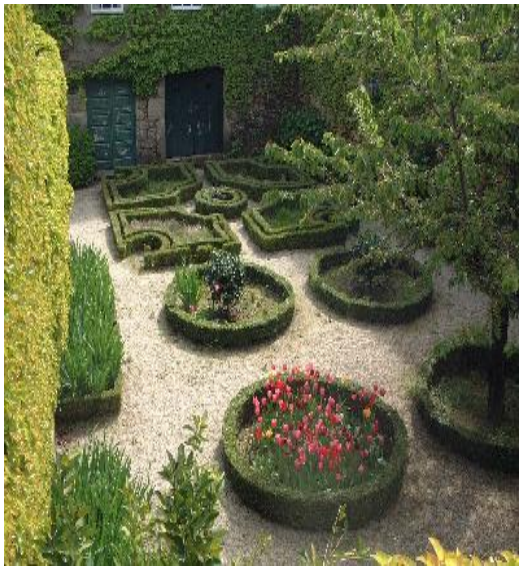
[241]FAUVRELLE, Natália – *Quintas do Douro. As Arquitecturas do Vinho do Porto.* 1ª edição. Porto: GEHVID, s/d. p. 82 e 83.



(**Figura 9** - Jardim Secreto)

(**Figura 10** - Jardim Secreto

Fonte – http://www.casadosbarros.jazznet.pt/CASADOSBARROS/texto/a_casa.htmhttp



(**Figura 11** - Jardim Secreto)

(**Figura 12** - Jardim Secreto

Fonte – http://www.casadosbarros.jazznet.pt/CASADOSBARROS/texto/a_casa.htmhttp

Pedra de Armas da Família

A colocação da pedra de armas na frontaria da casa nem sempre se encontra presente, de acordo com o estatuto da família que possui a casa, mas simboliza um estatuto social e privilégios concedidos directamente pela realeza, obtendo um carácter perpétuo.[242]

(***Figura 13*** – Brasão de armas da família dos Barros)

Fonte – http://www.casadosbarros.jazznet.pt/CASADOSBARROS/texto/a_casa.htmhttp

Como já foi afirmado, Vila Real foi das povoações em Portugal com mais famílias nobres, e em consequência disto, está o facto de existirem muitas casas e solares com os seus respectivos brasões.

Muitos desses brasões ainda existem hoje em Vila Real, vários deles encontram-se apeados no edifício do Governo Civil, outros nas próprias casas e solares de origem.[243] Entre os diversos brasões, destaca-se o que existe no Palácio da Torre, que foi propriedade dos Marqueses de Vila Real. Foi esta família que deu origem ao brasão de armas da cidade, pois no brasão de armas da cidade é possível verificar a divisa ALEEO, tal como a que se verifica no brasão dos marqueses. Para além deste brasão, muitos outros existem, com significados diferentes, mas com grande importância. Seria deveras importante abordá-los, contudo, por uma questão de objecto de trabalho, apenas vou abordar o da família dos barros.[244]

---

[242]FAUVRELLE, Natália – *Quintas do Douro. As Arquitecturas do Vinho do Porto.* 1ª edição. Porto: GEHVID, s/d. p.77

[243]AZEVEDO, Correia de – *Vila Real de Traz os Montes.* Porto: Tipografia do Carvalhido, s/d. p.177 a 193

[244]AZEVEDO, Correia de – *Vila Real de Traz os Montes.* Porto: Tipografia do Carvalhido, s/d. p.177 a 193

Apesar de algumas casas possuírem brasão, isso não lhes confere necessariamente um estatuto de «solar». Algumas podem aparentar um projecto de raiz erudita, o que não invalida que alguns solares possam ter terras para a produção, como é o caso da casa dos Barros.[245] A pedra de armas desta família, tanto a que se encontra na Câmara, como a do tribunal e a da própria família, marcam a ligação dos Teixeira Lobos de Barros, de Sabrosa, com os Canavarros, pelo casamento já anteriormente referido.[246]

O Brasão dos Senhores de Sabrosa representa um escudo esquartelado (como é visível na **Figura 13**):

- Primeiro quartel representa os Lobos,
- Segundo quartel representa os Correias,
- Terceiro quartel representa os Teixeiras,
- Quarto quartel representa os Taveiras,
- Timbre é composto por um Lobo.[247]

A partir daqui se poderá verificar que esta família está ligada a outras famílias, obtendo um brasão de armas que demonstra este facto. Contudo, não foi possível obter informações que me permitam ter o conhecimento de como se processaram todas estas ligações. Esperamos vir, no futuro, a aprofundar esta matéria. A esta pedra de armas é associada a própria casa, que fica conhecida pelo nome da família que a habita há várias gerações.

Área Envolvente

Dada a sua privilegiada situação em plena Região Demarcada do Douro, o cultivo da vinha e a produção de vinho generoso (vulgarmente denominado "Vinho do Porto") foi, desde o séc. XVIII, a principal actividade desenvolvida pela Casa dos Barros. Toda

---

[245]OLIVEIRA, Ernesto Veiga e GALHANO, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa,* 2ª edição. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1994.p.14.

[246]AZEVEDO, Correia – *Brasões e Casas Brasonadas do Douro.* Porto: s/d. p. 227

[247]TEIXEIRA, Júlio A. – *Fidalgos e Morgados de Vila Real e seu Termo.* Reedição Fac-Similada de J.A.Telles da Sylva. Coimbra: Instituto de Coimbra, 1990.p.243

a produção das suas actuais três quintas é vinificada pela Casa dos Barros em instalações próprias e modernizadas, mas preservando e privilegiando os métodos tradicionais, nomeadamente a vinificação em lagares de granito, onde as uvas, depois de desengraçadas, são pisadas a pé. Numa atitude manifestamente inovadora, a Casa dos Barros, juntamente com mais quinze lavradores que no seu conjunto representam toda a Região Demarcada do Douro, constituíram a *Lavradores de Feitoria, Vinhos de Quinta, S.A.*

Seguidamente, apresento um conjunto de imagens (**ver figura 14, 15, 16, 17 e 18**) em que a actividade da família está explícita, demonstrando um pouco da área envolvente da casa.

(***Figura 14*** – Aspectos das vinhas do Douro)

Fonte – http://www.casadosbarros.jazznet.pt/CASADOSBARROS/texto/a_casa.htmhttp

(***Figura 15*** – Aspectos das vinhas do Douro) (***Figura 16*** – Aspectos das vinhas do Douro)

Fonte – http://www.casadosbarros.jazznet.pt/CASADOSBARROS/texto/a_casa.htmhttp

(***Figura 17*** – Aspectos das vinhas do Douro)

(***Figura 18*** – Aspectos das vinhas do Douro)

Fonte – http://www.casadosbarros.jazznet.pt/CASADOSBARROS/texto/a_casa.htmhttp

Seguindo uma estratégia de rentabilização de patrimónios edificados desta região, também esta casa foi aproveitada para fins turísticos, assumindo o estatuto de casa de turismo rural. Contudo, actualmente ela não é utilizada par tais fins, mas sim apenas para a realização de festas e para recepções, como é possível verificar no seu endereço electrónico.

O aproveitamento de casas solarengas para fins turísticos tem sido uma realidade, sobretudo na Região do Douro. Outro exemplo desta realidade é o solar dos Canavarros também em Sabrosa (outrora propriedade da família dos Barros), que foi aproveitado os mesmos fins, sendo hoje um hotel.

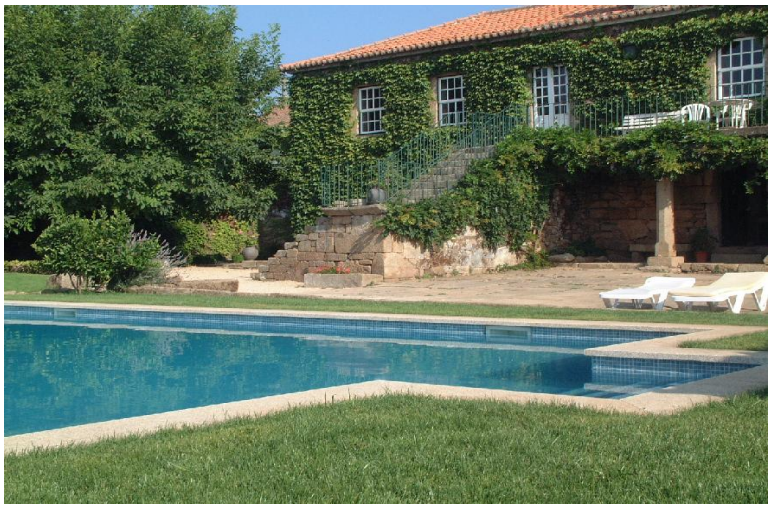
Algumas questões importantes decorrem das intervenções feitas para viabilizar este aproveitamento. Será que para ser aproveitada para fins turísticos a sua arquitectura e organização inicial foram alteradas? De uma coisa não nos podemos esquecer: o que o que esteve por trás da criação destes pontos de turismo foi o Douro, uma vez que este tem um papel cada vez maior nas actividades a desenvolver nesta região e tem transformado a região e trazido cada vez mais visitantes, havendo, portanto, necessidade de criar melhores condições de estadia.

Entre as várias instalações que a casa oferece aos seus visitantes, destaca-se o quarto de Stº António (ver **figura 19**) a sala dos Canavarros (ver **figura 20**), a biblioteca, o seu belo jardim e a sua piscina (ver **figura 21**).

Assim, verifica-se uma mistura agradável entre a produção de vinho e o turismo, o que resulta num património histórico-natural memorável, formando-se uma união perfeita, que dá origem ao *enoturismo.*

(***Figura 19*** – Quarto de STº António) (***Figura 20*** – Sala dos Canavarros)

Fonte – http://www.casadosbarros.jazznet.pt/CASADOSBARROS/texto/a_casa.htmhttp



(***Figura 21*** – Aspecto da piscina

Fonte – http://www.casadosbarros.jazznet.pt/CASADOSBARROS/texto/a_casa.htmhttp

Em suma, poder-se-á afirmar que, ontem como hoje, o Douro e as actividades económicas dele decorrentes alimentaram o dinamismo ecpnómico da Família que estudamos.

3 - Relatório de Estágio Curricular

3.1 - Introdução

No âmbito curricular do Mestrado em História e Património, variante Arquivos Históricos foi realizado o estágio no Arquivo Municipal de Vila Real, cuja duração fora de 400horas, tendo decorrido entre os meses de Setembro de 2008 e Março de 2009, durante o período de funcionamento laboral da entidade de acolhimento, sob a orientação profissional do Dr. Pedro de Abreu Peixoto (AMVR) e científica da Professora Doutora Amélia Polónia (FLUP).

O estágio curricular é, sem dúvida, uma componente fundamental do curso, pois permite colocar em prática os conhecimentos adquiridos na componente curricular, conhecer a realidade profissional e institucional em que se irá trabalhar e cumprir os objetivos delineados no projecto inicial de estágio (**ver anexo 3**) de estágio, que incluem a organização, tratamento e disponibilização do Arquivo da Casa dos Barros.

Pretendeu-se, com o estágio, contribuir para o enriquecimento e conhecimento da História local e tentar envolver a comunidade e alertá-la para a necessidade de proceder à preservação do património documental. Como tal, procurou-se tirar o máximo partido desta oportunidade, através da diversificação de actividades desempenhadas.

A escolha do Arquivo Municipal de Vila Real como local para a realização do estágio prende-se, sobretudo, com o facto de este se situar perto do local de residência e por ter gostado do ambiente da instituição aquando das visitas ao mesmo, para fins de investigação. Além disso, o arquivo dispõe de um edifício recente, devida e correctamente equipado e informatizado, o qual me permitiria cumprir os objectivos inerentes a um estágio.

O presente relatório de estágio é constituído por quatro partes, a saber: a primeira diz respeito a uma introdução, onde são especificados os objectivos de estágio; a segunda prende-se com a caracterização, ainda que breve, da instituição tutora da documentação (AMVR); a terceira é constituída por três fases: a primeira é dedicada à identificação das actividades desenvolvidas no estágio, no âmbito da arquivística, e dos resultados obtidos, bem como à indicação das dificuldades sentidas, a segunda faz

menção às tarefas complementares desenvolvidas e a terceira faz referência às acções de formação complementares frequentadas.

Por último, o relatório de estágio é constituído pela conclusão em que se aponta os aspectos essenciais do trabalho desenvolvido em estágio. Em jeito de conclusão, pretendeu-se reflectir sobre o trabalho efectuado, sublinhando as actividades concretizadas, expor as dificuldades encontradas, e as estratégias implementadas e os resultados obtidos.

3.2. A instituição de acolhimento: o Arquivo Municipal de Vila Real

Como já foi referido, o Arquivo Municipal de Vila Real, é a instituição tutora do acervo da Casa dos Barros de Sabrosa, tendo a documentação sido doada pela herdeira da família, não sendo, portanto, a entidade detentora a produtora da documentação. Torna-se necessário proceder ao levantamento das políticas, por ele adoptadas, uma vez que podem influenciar a organização de "Arquivos de Família". Não se procederá, contudo, a um estudo pormenorizado, mas apenas a uma pequena contextualização.

Tendo por base que *todo e qualquer sistema de informação arquivística (= arquivo) resulta da acção de um organismo (o seu produtor), em evolução dinâmica e tem uma estrutura orgânico-funcional própria, reflexo da própria estrutura do organismo que o produz*[248], verificamos que a organização deste arquivo é um reflexo da instituição camarária.

Urge, portanto, apresentar a estrutura da Câmara Municipal de Vila Real (**ver organograma 1**), nomeadamente o seu organograma, onde se verifica a existência da divisão de Cultura e Turismo, que de acordo com *Diário da República, 2.a série—N.o 195—10 de Outubro de 2007*[249]*, está encarregado da coordenação promoção, planeamento, concepção, implementação, monitorização e apoio técnico e normativo às medidas de política cultural, de animação e turística, recorrendo nomeadamente a*

[248]RIBEIRO, Cândida Fernanda Antunes – O acesso à informação nos arquivos. Porto: Oficina Gráfica da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1998, pág. 28. Disponível em: http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id06id131&sum=sim.

[249] http://www.cm-vilareal.pt/images/autarquia/regulamento_servicos.pdf

programas, estudos, planos, projectos e acções que proporcionem aos munícipes o acesso às mais variadas manifestações culturais e de animação, através da criação, promoção e apoio institucional e de estímulo ao conhecimento e edificação da sua identidade cultural e, por outro lado, transmitam a todos (nacional e internacionalmente) o potencial turístico e cultural do concelho.

Compete-lhe:

a) Apoio às colectividades culturais e à salvaguarda do património através da gestão da concessão de apoios directos, nomeadamente financeiros, para comparticipações ao funcionamento, construção ou beneficiação de instalações, logísticos, designadamente cedência de palcos, transportes e outros, e técnicos, incluindo formação e aconselhamento;

b) Promoção da sustentabilidade das associações de carácter cultural e de animação do concelho através da criação de oportunidades de actuação e de convívio interassociações, apoiando a organização e a presença em eventos e encontros, e da contratualização da aquisição de serviços às associações mediante protocolos de apoio;

c) Promoção e incentivo à criação cultural e à produção de eventos de carácter cultural, de animação e turísticos através da divulgação da informação sobre as redes e parcerias existentes, do envolvimento de parceiros públicos e privados de modo consistente e organizado, da articulação das redes actuais e futuras e da gestão do apoio do município às redes referidas, em estreita colaboração com a CULTURVAL;

d) Actuação, enquanto estrutura de orientação e representação técnica do município, nas organizações e estruturas culturais e de animação e promoção turística com intervenção no concelho, designadamente o Eixo Atlântico, e nas demais parcerias neste âmbito, assegurando a articulação com outras instituições do sector e com a administração central;

e) ***Promoção de actividades no âmbito da valorização e divulgação do património, nomeadamente património cultural, histórico, artístico e arqueológico do município, assegurando o planeamento e a execução das acções nos domínios da sua inventariação, estudo, salvaguarda, classificação, conservação e promoção em articulação com as instituições públicas e privadas do sector****;*

f) Apoio e promoção de medidas e acções tendentes à preservação e divulgação dos valores culturais regionais, nomeadamente etnografia, artesanato, folclore e outras manifestações culturais.

g) Fomentar a constante qualificação do projecto museológico municipal, assegurando o cumprimento das funções museológicas previstas em regulamento interno, bem como o preceituado na legislação aplicável;

h) Coordenação, planeamento e gestão das acções municipais destinadas ao apoio do turismo e sua integração com as intervenções promovidas e ou apoiadas pelo município nos sectores da cultura e animação;

i) ***Programação e gestão dos equipamentos culturais, de animação e turísticos do município, nomeadamente o Museu de Vila Real, o Arquivo Municipal, a Biblioteca Municipal, o Grémio Literário e outros equipamentos, assegurando o cumprimento das respectivas funções previstas nos respectivos regulamentos internos, e a articulação com outros órgãos e instituições do sector através da promoção e desenvolvimento de actividades e projectos conjuntos, e em especial através da cooperação e complementaridade das acções desenvolvidas no teatro e no conservatório;***

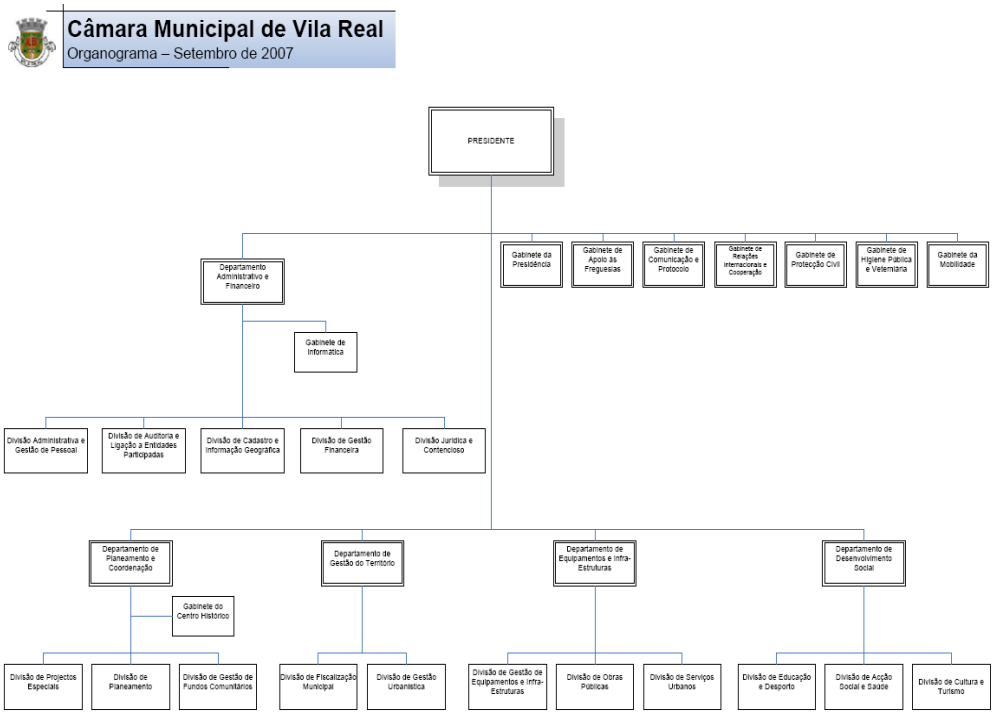
j) ***Apoio e implementação de funções educativas através da cooperação com o sector da educação e com outras instituições de carácter cultural e de animação na promoção de acções conjuntas****;*

k) Promoção e apoio a medidas que visem o desenvolvimento e qualificação da oferta turística, nomeadamente através de acções de animação e promoção turística e da publicação de edições de carácter promocional, e da concepção e implementação de circuitos temáticos pluridisciplinares;

l) Promoção da representação do município em eventos de âmbito local, regional, nacional e internacional, relacionados com o turismo;

m) Produção de estudos e planos de intervenção turística para o concelho, nomeadamente de um plano turístico municipal.[250]

[250] *Diário da República, 2.a série—N.o 195—10 de Outubro de 2007*



Organograma 1 – Organograma da Câmara Municipal

Fonte: http://www.cm-vilareal.pt

É, pois, a Divisão de Cultura e Turismo a que tutela o Arquivo Municipal de Vila Real. É no ano de 1978 que se inicia um processo de transferência gradual da documentação, que constitui o Arquivo Histórico Municipal de Vila Real para o Arquivo Distrital da mesma cidade. Várias foram as razões que estiveram na base desta transferência:

- Instalações adequadas;
- Eficaz preservação das espécies documentais;
- Necessidade de proceder à sua organização e descrição.

Ainda hoje esta documentação se encontra incorporada no Arquivo Distrital, num total de 1.339 unidades de instalação, assumindo particular relevância pela sua cronologia e pelo seu valor informativo, possuindo documentação que ilustra a evolução do município de Vila Real (desde o séc. XVI até à actualidade), integrando um livro de actas de vereação que remonta ao ano de 1541. Alguma documentação aqui incorporada

foi alvo de uma classificação levada a cabo pelo Ministério da Cultura, no âmbito dos inventários móveis[251].

Este arquivo, em termos gerais, encontra-se em aceitável estado de conservação, contudo alguns documentos sofreram os efeitos de um prolongado período de exposição a um ambiente hostil.[252]

O Arquivo Municipal foi instalado numa espaçosa vivenda ao estilo Brasileiro das primeiras décadas do séc. XX, que se encontrava em estado de quase total degradação, tendo sido entretanto recuperado.[253]

O presente *chalet*, nº 3 da Rua Augusto Rua, originariamente pertencente ao benemérito Joaquim Vitorino de Oliveira, importante homem de negócios no Estado do Pará, foi posteriormente passando de mãos, até à fixação do seu arrendamento ao Colégio de Nossa Senhora da Boavista, que inicialmente se instalou nas três peças arquitectónicas, que se enfileiram nesta artéria de grande equilíbrio urbano.

A reconstrução do edifício e a sua adaptação às novas funções pretendeu trazer de volta à cidade um património edificado de enorme valor, tendo alterado, necessariamente, o seu interior e o logradouro, mas mantendo inalterável a fachada e alçados, recorrendo mesmo à produção manual de novos azulejos para o revestimento externo da fachada principal, com matriz efectuada pelos antigos, os quais não foi possível recuperar em obra, devido ao seu acentuado estado de degradação.[254]

A informação municipal cruza-se diariamente com a vida do munícipe, a quem serve particularmente, razão pela qual o Arquivo Municipal pretende desenvolver os meios de divulgação do património à sua guarda, bem como servir de apoio à actividade pedagógica e lúdica do Concelho.

Na primeira linha está a criação do projecto "Atelier de Arquivo", que pretende assumir-se como um acto pedagógico por excelência, em intersecção com outros saberes. Direccionado para alunos do 3º ciclo de escolaridade e do secundário, desenvolve uma actividade em consonância com os docentes das unidades escolares da

---

[251]GONÇALVES, Manuel Silva e GUIMARÃES, Paulo Mesquita – *Arquivo Municipal de Vila Real: Inventário.* Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real e Câmara Municipal de Vila Real, 2002. p.13 e 14

[252] Idem. Ibidem. p.13 e 14.

[253]RAMOS, Pedro Chagas – *O Arquivo Municipal de Vila Real – DA História, para a História.* Vila Real: Arquivo Municipal de Vila Real, 2004.p.3

[254] http://arquivo.cm-vilareal.pt/

região, que terão nos fundos documentais da instituição uma fonte viva de informação e de trabalho.

A divulgação da história do município e do seu património documental, a par da sensibilização para a importância dos arquivos, está igualmente presente nos objectivos da instituição, através de visitas guiadas ao Arquivo e mostras do património à sua guarda. No seguimento da estratégia de divulgação de informação, procede o Arquivo Municipal à publicação de instrumentos de descrição e de estudos históricos que se considerem oportunos, bem como à elaboração de exposições documentais e ao cruzamento com actividades de outros órgãos municipais e instituições exteriores.

A classificação dos documentos é realizada de acordo com o esquema multinível proposto nas ISAD (G) pelo Conselho Internacional de Arquivos e adoptadas pelo Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo.

É possível individualizar dois fundos documentais no seu acervo: o da Câmara Municipal de Vila Real e o da extinta Administração do Concelho de Vila Real. Após a sua classificação, as unidades de instalação foram ordenadas de uma forma sequencial e atribuíram-se cotas arquivísticas às unidades de instalação, das quais constam a entidade detentora (ADVR), o grupo de arquivos (AL), a designação do fundo documental (CMVR e ACVR), as subsecções, a série e a sub série e o número de ordem dentro da série.[255]

Este arquivo está vocacionado para a gestão do património documental do Município, sendo nesse contexto um serviço de gestão transversal a toda a Câmara Municipal, adoptando as valências de arquivo intermédio e de arquivo histórico e actuando em todas as fases do circuito documental.

Tem um especial cuidado na criação de circuitos técnicos, visando utilizadores diferenciados, dotando o arquivo de espaços de recepção documental, triagem, higienização, acondicionamento e depósito, que permitem ir de encontro ao ciclo de organização, de acordo com as valências mencionadas. Quer em termos técnicos, quer em termos de consulta, o edifício está dotado do equipamento básico necessário para a prossecução de uma actividade em que se procura um patamar elevado de utilização do digital, seja no tratamento técnico, seja na disponibilização de conteúdos.

---

[255] GONÇALVES, Manuel Silva e GUIMARÃES, Paulo Mesquita – **Arquivo Municipal de Vila Real: Inventário,** Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real e Câmara Municipal de Vila Real, 2002, Pp.14 e 15.

Contemporaneamente, os fundos à guarda do Arquivo Municipal apresentam datas extremas de 1515 (Foral Manuelino considerado "Peça de Valor Excepcional") a 1998 (Documentação de obras, contabilidade e pessoal).[256]

Para além dos objectivos principais do AMVR, entre os quais se encontra o assegurar as condições de equilíbrio físico ideais para o acervo documental da autarquia, este serviço guarda, por vontade dos seus proprietários, os espólios do coleccionador **Achiles de Almeida**, em adiantada fase de inventariação, e organiza o arquivo da **Casa dos Barros**, originária da Freguesia e Concelho de Sabrosa.

3.3 - Actividades Desenvolvidas, resultados e dificuldades

O Trabalho arquivístico é extraordinariamente interessante, desafiador e recompensador e de privilégio, por nos ser confiada a responsabilidade pelo valioso e insubstituível património documental da sociedade·.

Segundo a sociedade Australiana de Arquivistas (ASA), «A *Missão do Arquivista: Garantir que os documentos que tenham valor como prova autêntica de actividades administrativas, organizacionais, culturais e intelectuais sejam criados, mantidos e utilizados*». É, portanto, um trabalho essencial para assegurar a eficiência e responsabilização das organizações e contribuir para a compreensão da vida, através da gestão e preservação da memória social e organizacional. [257]

Os arquivistas identificam, avaliam, organizam e conservam a informação relacionada com a gestão da actividade de instituições ou pessoas, independentemente do suporte em que está registado. Contudo, é um trabalho condicionado pelo tipo de arquivo em que se está a trabalhar. Se trabalha no sector de arquivo definitivo, ou histórico, como é o caso, é necessário, proceder-se ao estudo da instituição que deu origem à informação. Procede -se então à classificação, ordenação e descrição de documentos, inserindo-os no contexto de produção e tendo em atenção os futuros utilizadores dessa informação, pois o grande objectivo é o de tornar a informação clara e acessível para todos os utilizadores.

---

[256] http://arquivo.cm-vilareal.pt/

[257] Idem. *Ibidem*. p. 58.

Tendo estes ensinamentos em mente, elaborei um plano de actividades a elaborar no local de estágio (ver anexo 2), tendo sempre sido auxiliada pelos já mencionados orientadores.

Em termos concretos, as tarefas levadas a cabo foram as seguintes:

Em primeiro lugar, procedi ao **desdobramento e a limpeza** de todos os documentos, bem como ao seu acondicionamento em capilhas próprias e à atribuição de uma cota sequencial (001,002…138), como forma de proceder ao seu inicial tratamento, bem como a uma localização mais rápida da documentação.

Em segundo lugar, procedi **á recolha da informação (recenseamento),** documento a documento. A recolha da informação de cada documento permitiu proceder à **descrição da documentação**. Para tal elaborei uma ficha de recolha de dados, com os seguintes campos (**Ver quadro 1 e anexo 4)**

- Nº de Ordem;
- Titulo;
- Data de produção descritiva;
- Produtor;
- Dimensão e suporte;
- Sumário;
- Notas.

Com a recolha da informação foi possível ter conhecimento da documentação que o acervo compreende. Com este primeiro contacto, ou seja, com a realização desta tarefa, pude, de uma maneira geral, ter o conhecimento das funções desempenhadas pela família, o que me permitiu proceder a uma inicial organização intelectual da documentação.

Fichas de Recolha da Dados

FUNDO – *ARQUIVO DA CASA DOS BARROS (1753-1955)*

Nível – Documento

Nº ORDEM	TITULO	DATA DE PRODUÇÃO DESCRITIVA	PRODUTOR	DIMENSAO E SUPORTE	SUMARIO	NOTA
001	Maço 2 nº 29 Escripto de venda d'um dia d'agoa da fonte da Borralheda??, que fez Vicente Giogo Alves, em 7 de Maio de 1779	Sabrosa 7 de Maio de 1779	Vicente Diogo Alves	Capa com 1fl Papel, 210 * 312 mm	Venda de hum dia de agoa de rega da fonte da Borralheda por Vicente Diogo Alves, a José António de Barros Correia, pelo preço de doze mil reis	Um Documento de foro económico
002	Títulos de Penhora mercantil	Régua 4 Setembro de 1905 Régua 4 Setembro de 1905		1 fl Papel, 115*182 mm 1 fl Papel, 115*182 mm	Declaração de levantamento de uma letra por parte de Domingos Vasquez Ozório, no valor de cem mil reis, a vencer no dia 5 de Outubro do corrente ano, tendo como garantia o pagamento da mesma letra de câmbio e de 22 cascos vazios. Declaração de levantamento de uma letra por parte de Domingos Vasquez Ozório, no valor de cem mil reis, a vencer no dia de 19 Fevereiro do corrente ano, tendo como garantia o pagamento da mesma letra e três tóneis.	3 Documentos (sendo que dois, apesar de estarem na mesma folha, são dois documentos).

Quadro 1 – Exemplo de ficha de recolha de dados

Em termos gerais, o acervo documental encontra-se em bom estado de conservação, contudo, alguns documentos sofreram os efeitos de degradação, resultante quer de um mau manuseamento, quer de um mau acondicionamento.

O Arquivo da Casa dos Barros é constituído por 138 capas, encontrando-se os documentos fisicamente reunidos em 2 caixas, onde constam documentos simples e documentos compostos. O arquivo, na sua totalidade, deu entrada no AMVR pelas mãos dos herdeiros, sendo, portanto, a entidade que detêm a sua custódia. Possui documentos cujos limites cronológicos oscilam entre 1753-1955, sendo o documento mais antigo, um referente à Capela de São José (Capela da Casa dos Barros), de 1753.

Os documentos reflectem a constituição da Família, a sua gestão patrimonial e financeira e por último integram documentos pessoais, podendo a partir destes, tomar conhecimento da família que lhe deu origem e sua respectiva evolução.

Recolhidos os elementos dos documentos, o passo seguinte foi proceder à elaboração de uma **lista de tipologias documentais** para proceder a uma melhor, divisão intelectual da documentação, ou seja, proceder a uma classificação provisória da documentação, sem retirar a documentação do lugar. (**ver Anexo 5**)

Lista de Tipologias Documentais

80. Pedido de certidão de baptismo e respectiva certidão;
81. Documento de actividade profissional de António Lobo Pereira de Barros;
82. Despesas;
83. Correspondência recebida – Bilhete-postal;
84. Duplicado dos artigos pela qual se desenrola o processo ordinário contra D. Maria Leonor Pereira Caldas de Barros;
85. Titulo de venda de móveis e listagem de móveis;
86. Documentos Pessoais – Receitas de culinária (contém documentos impressos e escritos à mão)
87. Cartão pessoal de visitas;
88. Cartão pessoal de visitas;
89. Cartão pessoal de visitas;
90. Envelope (vazio);
91. Escritura de venda de uma porção de água;
92. Nota de autorização de transferência de lugar de Delegado – António Lobo Pereira de Barros;
93. Autorização de Posse
94. Oficio a autorizar António Lobo Pereira Caldas para a posse de novo lugar;
Informação de como foi obtido o terreno para a capela de São José e Pedido de licença para edificar uma capela;
Pedido de licença para erigir a capela em louvar a S. José;
Pedido de autorização para a instalação de um confessionário e de uma sepultura;
Licença para a colocação de confessionário e sepultura;
Pedido de licença para que a capela de S. José seja benzida e nela rezada missa;
Licença para que a Capela de São José seja benzida e nela se celebre os ofícios de missa;
95. Correspondência Expedida
96. Declaracão de casamento:

Concluída a fase de análise documental, passou-se ao **tratamento intelectual da documentação.** Contudo, uma dificuldade se colocou, após a recolha de dados dos documentos. Verificou-se uma organização, sem lógica aparente, da documentação, sendo que alguma documentação se encontra cozida a uma capa, com título, em que é rapidamente perceptível que a época em que foi organizado, é posterior ao da data de produção.

Também se verifica que algumas capas se encontram com um documento, mas outras capas têm mais que um, agregados por critérios nem sempre claros. Perante esta situação a política adoptada, durante o tratamento da documentação, foi a mesma do início ao fim, ou seja tentei ser o mais coerente possível.

Para proceder ao tratamento intelectual da documentação é necessário primeiro proceder à Descrição d**a Documentação**, que é uma componente da organização documental, mediante o esquema multinível, que é proposto pelas **ISAD (G)**[258]**.** A minha finalidade foi a aplicação de uma grelha de descrição, (tendo em conta o instrumento de descrição escolhido – Catálogo, uma vez que descreve documento a documento) que seguiu um esquema de divisão em secções e subsecções (tendo em conta o contexto funcional em que a documentação foi produzida), séries e sub-séries

[258]"*ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*: adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999". Conselho Internacional de Arquivos; Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. 2.ª ed. Lisboa: IAN/TT, 2004.

(baseadas se nas tipologias da própria documentação), ou seja no agrupamento dos documentos da mesma classe em grupos e subgrupos, de acordo com a estrutura de funções identificadas para a entidade produtora.

A secção é a unidade arquivística constituída pela sub-divisão funcional de um fundo, a subsecção é a subdivisão de uma secção. Para a sua constituição temos de ter em conta a actuação da família, ou seja as suas funções, uma vez que estão relacionadas com os interesses e as actividades da família.

Quanto às séries (unidade arquivística constituída por um conjunto de documentos simples ou compostos, que deverão corresponder ao exercício de uma função ou actividade), estas dizem respeito às características da documentação, e os critérios adoptados serão quantos à tipologia documental.

Estrutura e níveis de descrição arquivística

- Entidade Detentora –
- Grupo de Arquivos a que pertence –
- Fundo em estudo –
- Secção –
- Subsecção –
- Série –
- Subsérie –
- Documento –

A descrição da documentação foi feita após ter procurado "agrupar" a documentação por tipologias e funções. Aferi que existia um grande conjunto de documentos em que o seu conteúdo ou formato eram relativos ao Património, pelo que decidi reuni-los, em termos intelectuais, numa Secção que denominei de "Gestão Patrimonial". Aqui pode-se encontrar documentos relativos ao património conservado ou alienado pela família ao longo de vários anos e documentos que digam respeito ao património em geral.

No entanto, dentro desta Secção, verifiquei que existiam duas tipologias de documentos diferentes, às quais chamei de **Documentos de Posse e Administração de Propriedades**, onde se incluem documentos que comprovam a posse de património por parte da família, tais como "Registos de Propriedades", "Escrituras de Emprazamento"

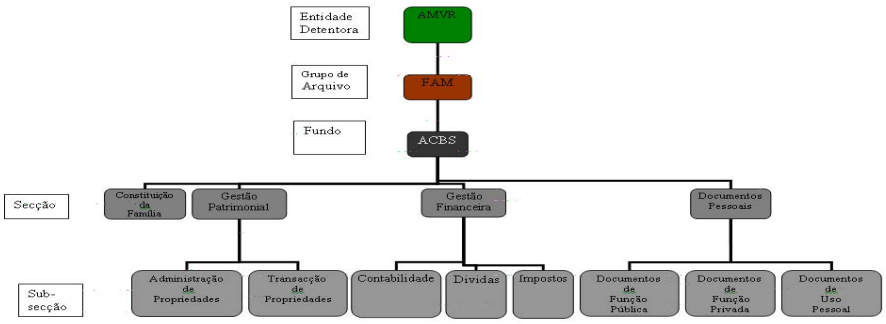
etc. e **Documentos de Transmissão de Bens**, onde se incluem documentos tais como" Escrituras de Compra e venda de propriedades", etc.

Outro tipo de documentos foram "reunidos" numa Secção denominada de **Gestão Financeira**, devido à sua tipologia. Aqui "arrumei" documentos relacionados com as actividades económicas da família. Dentro desta Secção, procedi a uma subdivisão da documentação, criando três Sub-secções, denominadas de **Contabilidade**, onde se incluem documentos como "Receitas e Despesas", "Dívidas", incluindo documentos como "Declarações de Dívidas" e por último de **Impostos,** aglutinando documentos como " Recibos de Pagamentos de Contribuições".

Um outro grande grupo de documentos foi designado de **Documentos individuais**, o qual compreende todos os documentos que digam respeitos aos elementos da família. Dentro desta Secção verifica-se, também dois grandes grupos de documentos, os documentos respeitantes às funções privadas dos indivíduos, como " Correspondência recebida e expedida", " Notas Pessoais" e documentos que dizem respeito às funções pública de cada elemento, como " Documentos de Mercê Régia" " Diplomas" etc.

E por último, verifica-se um pequeno conjunto de documentos, que fornecem informações essenciais para a compreensão orgânica da família, permitindo de certa forma contextualizar a produção de certos documentos, nomeadamente " Certidões de Registo de Baptismo" e " Declarações para Matrimónio".

Como forma de compreender melhor esta proposta de divisão, é apresentado o seguinte "organograma" relativo à estrutura de classificação orgânico-funcional do acervo documental, contudo, como se pode verificar apenas se refere ao nivel da série, pelo que seja importante ver em todos os níveis. (**ver anexo 6**



Assim sendo, após a organização intelectual da documentação, o passo seguinte foi descrever documento a documento (de acordo com as ISAD (G), com o objectivo de

identificar o contexto e o conteúdo da documentação e promover a sua acessibilidade. Uma vez convenientemente organizado e descrito pode assumir-se o arquivo, como uma fonte de inegável valor para a história local e nacional.

As ISAD (G) identificam e definem 26 campos, que podem ser combinados para constituir a descrição de uma unidade arquivística, baseando-se no principio de que a descrição procede do geral para o particular, contudo é possível utilizar somente parte destes elementos, para elaborar uma determinada descrição, como, por exemplo, o código de referência, título, produtor, data, dimensão da unidade de descrição e nível de descrição.

O fundo constitui o nível mais elevado e pode ser descrito como um todo ou representado em vários níveis de descrição, podendo ainda estes níveis serem subdivididos. No nível do fundo, temos que dar informação relativa ao fundo como um todo e, nos níveis seguintes e subsequentes, dar informação sobre as partes a descrever.

As ISAD (G) estão organizadas em sete zonas de informação descritivas:

- Zona da identificação - destinada à informação essencial;
- Zona do Contexto - destinada à informação sobre origem e custódia da unidade de descrição;
- Zona do Conteúdo e estrutura - destinada à informação sobre o assunto e organização da unidade;
- Zona das condições de acesso e de utilização - destinada à informação sobre a acessibilidade da unidade;
- Zona da documentação associada;
- Zona das notas;
- Zona do controlo da descrição;

A descrição efectuada obedeceu, pois, a um **quadro de classificação**, que no caso dos arquivos de família, não deve ser pré-definido, dada a singularidade, quer da sua orgânica, quer suas actividades funcionais.

Quadro de Classificação

Fundo – Arquivo da Casa dos Barros

A – Constituição da Família (Secção)

001 - Certidões de Registo de Baptismo (Série)

002 - Confirmações de Registo de Baptismo (Série)

003 - Declaração de Autorização para Casamento (Serie)

004 - Requerimentos (Série)

B – Gestão Patrimonial (Secção)

A – Administração de Propriedades (Subsecção)

001 - Certificados de Inscrição de Escrituras (Série)

002 - Certificados de Inscrição de Tombos (Série)

003 - Certificados de Registo Predial (Série)

004 - Contratos de Arrendamento (Série)

005 - Declarações de Arrendamento (Série)

006 - Declarações de Posse de Propriedades (Série)

007 - Documentos Relativos à Capela de Sº José (Série)

001 - Declarações de Posse de Propriedades (Subsérie)

002 - Licenças (Subsérie)

003 - Pareceres (Subsérie)

004 - Requerimentos (Subsérie)

008 - Escrituras de Emprazamento (Série)

009 - Escrituras de Obrigação e Ratificação de Foro (Série)

010 - Escrituras ou Apólices de Seguros (Série)

011 - Notas Descritivas (Série)

012 - Notas de Registo (Série)

013 - Ofícios, Comunicados e Informações (Série)

014 - Requerimentos (Série)

B – Transacção de Propriedades (Secção)

001 - Certidões de Registo de Transmissão de Propriedades (Série)

002 - Contratos de Cedência (Série)

003 - Contratos de Compra e Venda (Série)

004 - Contratos de Permuta (Série)

005 - Contratos de Venda (Série)

006 - Declarações de Venda (Série)

007 - Escritura de Cessão e Transferência de Propriedades (Série)

008 - Escrituras de Compra e Venda (Série)

C – Gestão Financeira (Secção)

A – Contabilidade (Subsecção)

001 - Declarações de Levantamento (Série)

002 - Escrituras de Quitação (Série)

003 - Recibos (Série)

004 - Requisições de Vales Nominais (Série)

005 - Receitas e Despesas (Série)

B – Dividas (Subsecção)

001 - Declarações de Dividas (Série)

C – Impostos (Subsecção)

001 - Avisos para Pagamentos de Contribuição Directa (Série)

002 - Recibos de Pagamentos de Contribuição Predial (Série)

003 - Recibos de Pagamento de Foros (Série)

D – Documentos Individuais (Secção)

A – Documentos de Função Pública (Subsecção)

001 - Alvarás (Série)

002 - Cartas de Mercê (Série)

003 - Cartas de Nomeação (Série)

004 – Cartas padrão (Série)

005 - Cartas-patente (Série)

006- Cédulas (Série)

007 - Certificados (Série)

008 - Comunicados (Série)

009 - Confirmações de Registo (Série)

010 - Correspondência Recebida (Série)

011 – Currículos Militares (Série)

012 - Declarações (Série)

013 - Diplomas (Série)

014 - Informações (Série)

015 – Notas de Autorização (Série)

016 - Ofícios (Série)

017 - Passaportes (Série)

018 - Portarias de Nomeação (Série)

019 - Requerimentos (Série)

B – Documentos de Função Privada (Subsecção)

001 - Correspondência Recebida (Série)

002- Documentos de Actividade Profissional (Série)

001 - Apontamentos (Subsérie)

002 - Agravos de Petição (Subsérie)

003 - Activos (Subsérie)

004 - Apelações Comerciais (Subsérie)

005 - Cartas Precatórias e Citatórias (Subsérie)

006 - Certidões (Subsérie)

007 - Correspondência expedida (Subsérie)

008 - Correspondência Recebida (Subsérie)

009 - Escrituras de Caução (Subsérie)

010 - Inventários (Subsérie)

011 - Notas de Activos (Subsérie)

012 - Notas de não Conciliação (Subsérie)

013 - Notas de Resultado (Subsérie)

014 - Noticias de Imprensa (Subsérie)

015 - Notificações (Subsérie)

016 - Petições (Subsérie)

017 - Processos de Falência de Bernardo José da Costa Basto (Subsérie)

C – Documentos de Uso Pessoal (Subsecção)

001 - Apontamentos e Notas (Série)

002 - Aviso de Correspondência Registada (Série)

003 - Bilhetes-postais (Série)

004 - Cartões de Visita (Série)

005 - Cartões Postal (Série)

006 - Correspondência Expedida (Série)

007 - Correspondência Recebida (Série)

008 - Documentos de Produção Literária (Série)

009 - Documentos de Uso Doméstico (Série)

010 - Notificações. (Série)

A classificação da documentação e respectiva descrição arquivística (de acordo com as ISAD (G)) deu origem à elaboração de um instrumento de descrição arquivística, tendo-se optado, por um catálogo (**ver anexo 7** que inclui todos os documentos pertencentes ao fundo documental em estudo, descreve singularmente as unidades documentais e as agrupa, segundo os critérios por nós definidos explicados. Um catálogo tem, pois, como finalidade, indicar a descrição, o conteúdo e a localização de cada documento, incluindo uma sumarização do seu teor.

Terminada esta tarefa, o passo seguinte consistiu em descrever intelectualmente a documentação, recorrendo à indexação de conteúdos, elaborando índices ideográficos (por assunto), índices antroponímicos (nomes próprios), índices cronológicos e índices toponímicos, Acrescentamos a estes um índice de instituições referidas (**ver anexo 8**), dado o seu significado na globalidade do acervo. Lembramos o carácter essencial desta tarefa, pois a indexação actua na pesquisa como ponto de acesso à informação, como uma porta de entrada, por assunto, num sistema informativo, permitindo uma maior e melhor recuperação da informação. Paralelamente foi importante elabora tabelas de equivalência. (**ver anexo 9)**

Por último, procedi à elaboração de um instrumento de descrição criado e disponível através de uma base de dados (**ver anexo 10)** futuramente acessível online. As opções tomadas, consensuais com as orientações da instituição de acolhimento são consentâneas com as actuais políticas de acesso e divulgação da informação, nomeadamente histórica, disponível em suporte documental.

Com efeito, dado o volume desmedido de informação produzida e a rapidez com que a mesma se reproduz graças às facilidades da tecnologia, é indubitável que se torna impossível conservar tudo no seu suporte original. A reprodução em suporte digital surge, pois, como alternativa não só aceitável, como imperativa, ainda que levante questões quanto á sua durabilidade e permanência, a que só os avanços tecnológicos poderão dar respostas.

A ideia clássica que associa inequivocamente “memória” com “património”, pressupondo uma materialização dos registos informacionais em suportes estáticos e permanentes, de que o papel é o exemplo mais comum, dificilmente se mantém na era

da informação digital. O documento tradicional (objecto que se guardava em instituições destinadas a preservar a memória) deu já lugar a uma realidade virtual, que se constrói e reconstrói permanentemente, que se transfere de lugar e de suporte físico em fracções de segundos e que se reproduz sem limites passando a localizar-se, simultaneamente, numa pluralidade de espaços e tempos[259].

Em simultâneo, divulgar a informação arquivística por via de publicações impressas torna-se cada vez mais dispendiosa, morosa, espaçosa e implica canais de difusão eficazes, o que por vezes não é possível conseguir.

Na era do digital, a conservação da memória passou, pois, a ser um imperativo imediato, uma decisão a tomar no acto da criação da própria informação, sob pena de, posteriormente, não ser possível mantê-la, em condições de integridade, conforme sublinha Fernanda Ribeiro.[260]

Hoje em dia, com as facilidades de comunicação de dados, disponíveis a baixo preço por via da Internet, a aposta começa, cada vez mais, a ser nas redes informáticas, em detrimento das tradicionais formas de difusão.[261]

A gestão e preservação da informação digital é um dos grandes desafios das organizações do nosso tempo, incidindo, de forma especial, nos programas e projectos desenvolvidos, em desenvolvimento ou a desenvolver.[262]

Justificada a opção tomada, recorremos a uma base de dados criada pela empresa SHP (desenvolver sigla) designada InfoGest/ArqGest – SEIGA – Sistema Electrónico Integrado de Gestão de Arquivos, a qual foi adquirida pela instituição de acolhimento.

---

[259]RIBEIRO, Fernanda – **"Gestão da Informação/ Preservação da memória na Era pós-costudial: um equilíbrio precário?"** in Conservar para quê: actas da 8.I Mesa-Redonda de Primavera. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005. Disponível: http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8861.PDF –

[260]Idem. Ibidem.

[261]RIBEIRO, Fernada – *O acesso à informação nos arquivos*. Vol I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.p.77.

[262]PINTO, Maria Manuela Gomes de Azevedo - *Do «efémero» ao «sistema de informação» a preservação na era digital*. Lisboa: Páginas a&b: Arquivos e Bibliotecas, 2005, pág. 54. Disponível em: http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id07id1114&sum=sim.

3.4 - Actividades de suporte ao Projecto

Para além das tarefas descritas no relatório de estágio, outras tarefas foram realizadas, e que fazem parte do projecto, mas que não são realizadas no local de estágio, mas sim paralelamente, sendo elas:

- Definição clara do objecto e do objectivo de estudo;
- Pesquisa, recolha e selecção sistemática de bibliografia (geral e específica), referente ao objecto de estudo. Bibliografia que contribui para o conhecimento da instituição enquanto casa e família e para o conhecimento do acervo documental existente;
- Pesquisa, recolha e selecção de bibliografia técnica;
- Contacto com metodologias aplicadas para o tratamento do objecto de estudo;
- Desenvolvimento da contextualização histórica do produtor da informação;

3.5. Outras tarefas complementares desenvolvidas

No âmbito de estágio outras tarefas foram realizadas, não estando expressas no projecto de estágio, sendo elas:

- Atendimento do público do AMVR;
- Colaboração em todas as actividades do dia a dia do Arquivo;
- Participação na realização da exposição intitulada medicina e "artes médicas" em vila real séc. XVII-XVIII – exposição documental.

Para além disso, e como forma de valorização profissional e de actualização e aprofundamento de conhecimentos históricos e técnicos, frequentei algumas acções de formação, de que destaco:

- Participação no II Congresso Internacional – Casa Nobre: Um Património para o Futuro, realizado em Arcos de Valdevez (Casa das Artes) nos dias 14 e a5 de Novembro de 2008;

- Participação na Formação – Gestão de Colecções, realizada pela BAD, Delegação Regional da Zona Norte, na Faculdade de Filosofia da Universidade de Braga, no dia 12 de Dezembro de 2008;
- Participação no Ciclo de Conferencias "2009-2013": Estratégias para o Património, realizadas na Exponor, nos dias 5,6 e 7 de Fevereiro.

3.6 – Produtos do Estágio

- Criação de um Catálogo, disponível no arquivo (**ver anexo 7**);
- Índices (**ver anexo 8**);
- Tabelas de equivalência (**ver anexo 9**);
- Base de Dados – Arqgest (**ver anexo 10).**

3.7 – Conclusões

Com a realização deste relatório foi possível proceder a uma reflexão sobre o trabalho e as actividades desenvolvidas no decorrer do estágio. O estágio curricular, tal como o nome indica, obedece a critérios e metodologias próprias, as quais visam o cumprimento dos objectivos inerentes a um estágio desta natureza.

A realização de estágio torna-se uma mais valia, uma vez que prepara os estagiários para o mercado de trabalho. Neste sentido, penso ter conseguido retirar o máximo partido desta oportunidade.

Em relação ao estágio efectuado no AMVR, posso referir que:

- Fui bem integrada;
- Foi disponibilizada ajuda (quer por parte do orientador, quer por parte dos técnicos e restantes funcionários);
- Tive facilidade de acesso à documentação;
- Foram-me disponibilizados todos os meios técnicos do arquivo (computador pessoal e gabinete);
- Tive sempre boas condições de trabalho;
- Beneficiei de um bom ambiente de trabalho;
- Foi-me possível participar em outras actividades do arquivo.

Os desafios colocados e os correspondentes ensinamentos, foram vultuosos e situaram-se ao nível do:

- Tratamento, organização e disponibilização de um arquivo;
- Contacto com documentação importante e relevante para a História Local, relevante para estudos futuros;
- Desenvolvimento de um trabalho prático que abrange três importantes áreas:
    - História;
    - Arquivística;
    - Património.

Contudo, nem só de desafios e de aspectos positivos se reveste este estágio, pois algumas dificuldades se colocaram, nomeadamente a pouca familiaridade com aspectos mais técnicos, que um só semestre de especialização em Arquivos Históricos não resolve e que só se adquirem em contacto directo com a documentação; falta de experiência arquivística, e sobretudo, a existência de falhas a nível informático, que tornaram o trabalho mais moroso e desgastante.

O balanço é, todavia, francamente positivo, tanto em termos profissionais e científicos, como humanos, e por isso agradeço vivamente à Câmara Municipal de Vila Real e muito particularmente ao Sr. Director do Arquivo Municipal de Vila Real, Dr. Pedro Peixoto a disponibilidade, a atenção e os muitos ensinamentos que comigo partilhou, bem como a paciência e o profissionalismo com que acompanhou o meu trabalho e me ajudou a superar as dificuldades. Um agradecimento é também devido a toda a equipa do Arquivo que me acolheu no seu quotidiano laboral, me integrou e me ajudou.

4 – Produtos

4.1 – Produtos Finais

Definida a contextualização do produtor da informação, analisadas as unidades de trabalho e descritas desde o fundo até ao documento, organizado o quadro de classificação, a fase seguinte, consistiu na elaboração de produtos, que são uma prova final de todo o trabalho elaborado no contexto de estágio e nos permitem aceder, conhecer e recupera informação, de uma forma mais rápida e segura.

Elaboramos, portanto um instrumento de acesso, índices, tabelas de equivalência e por último uma base de dados.

4.1.1 – Instrumentos de Acesso à informação

Com o desenvolvimento das estruturas sociais e das administrações públicas e privadas, em estreita ligação com o poder político das classes dominantes, a necessidade de organização da informação tornou-se indispensável. Arquivos e bibliotecas foram concentrando/conservando informação, o que implicou a sua classificação e arrumação ordenada, bem como a elaboração de instrumentos de acesso (índices, inventários, catálogos, etc.) destinados a viabilizar a recuperação dos registros informacionais para fins operativos das próprias administrações,[263] e tinham como preocupação a salvaguarda das fontes documentais.[264]

O acesso, conhecimento e recuperação da informação dependem em boa medida de instrumentos de descrição apropriados, actualizados e elaborados com o rigor exigido pelos padrões e normas nacionais e internacionais[265] (ISAD (G)[266] (Norma geral

---

[263] PINTO, Maria Manuela Gomes de Azevedo - *Do «efémero» ao «sistema de informação» a preservação na era digital*. Lisboa: Páginas a&b: Arquivos e Bibliotecas, 2005, pág. 54. Disponível: http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id07id1114&sum=sim

[264]RIBEIRO, Fernanda – *Para o Estudo do Paradigma Patrimonialista e Custodial. A inspecção das Bibliotecas e Arquivos e o Contributo de António Ferrão (1887-1965).* Porto: Edições Afrontamento, 2008.p 23.

[265] http://www.clickdoc.pt/pdfs/servicos/TDOA.pdf

internacional de descrição Arquivística), a ISAAR (CPF)[267] (Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Pessoas Colectivas, Pessoas Singulares e Famílias) e as Orientações para a Descrição....).

Mas o que são instrumentos de acesso à informação? Para Fernanda Ribeiro « são *aquilo que mais visivelmente ressalta do trabalho arquivistico, constituindo uma representação da realidade informacional que constitui o seu objecto e servem de meio para aceder a essa mesma realidade, devendo traduzir com rigor todo o processo de conhecimento científico que, necessariamente, antecede a sua produção.»*[268]

Os instrumentos de acesso são essenciais obras de referência, uma vez que identificam, resumem e localizam diferentes graus e amplitudes de um fundo documental (constituindo uma espécie de família hierárquica, do geral para o particular)·, uma vez que têm como intuito referenciar e/ou descreve as Unidades Arquivísticas, quantificando as respectivas *unidades de instalação*, tendo em vista o seu controlo e a acessibilidade,[269] permitir o acesso aos dados e à sua interpretação.[270]

É fundamental que os instrumentos de acesso sejam rigorosos na representação do seu objecto e exactos no estabelecimento de pontos de acesso que contêm.[271]

Independentemente do nível de análise considerado, a representação das unidades arquivisticas é feita através de duas operações técnicas, a saber, classificação e descrição.[272]

---

[266] Disponivel em: http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/isadg.pdf

[267] http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/isaar.pdf

[268] RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à informação nos arquivos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior. 2003. ISBN 972-31-1017-2. 2 vol. p. 633. Também disponível em: http://ler.letras.up.pt/revistas/index.htm.

[269]ALVES, Ivone , GARCIA, Maria Madalena, LOMELINO, Maria Paula, NASCIMENTO, Paulo Coelho e RAMOS, Margarida Maria Ortigão – *Dicionário de Terminologia Arquivistica*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro. Organismo de Normalização Sectorial para a Informação e Documentação. 1993. p. 59

[270]COUTURE, Carol (Dir) – *La Normalisation en Archivistique. Un pas de plus dans l`évolution d`une discipline*. s/e. Québec: Documentor: Associação des Archivistes du Québec, 1992. p.138

[271] RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à informação nos arquivos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior. 2003. ISBN 972-31-1017-2. 2 vol. p. 634. Também disponível em: http://ler.letras.up.pt/revistas/index.htm.

[272] RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à informação nos arquivos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior. 2003. ISBN 972-31-1017-2. 2 vol. p. 634. Também disponível em: http://ler.letras.up.pt/revistas/index.htm.

Há uma grande quantidade de instrumentos de acesso e descrição documental, mas os mais antigos instrumentos de acesso à informação que se conhecem são os registos que resultam da actividade produtora do arquivo e constituem um meio de controlo quotidiano da informação e os inventários[273] que são produzidos depois de se ter acumulado a documentação que deixara de ter um uso administrativo, com a finalidade de referenciar a documentação e permitir a sua utilização,[274] portanto, descrevem de forma sumária e breve as séries documentais existentes[275], em função das actividades do seu produtor.[276]

Ao longo do século XVII, XVIII e XIX, ganham forte desenvolvimento os Índices, que são o complemento necessário aos inventários e catálogos, obtendo informação sobre nomes de pessoas e lugares.[277]

Na primeira metade do século XIX surgem os catálogos (que vamos abordar seguidamente) e os extractos ou sumários de documentos, que são ordenados por datas e que tinham como função fornecer um resumo do conteúdo de cada documento.[278]

A partir da década de 60, impõem-se os guias[279], que se destinava a fornecer aos utilizadores uma visão da realidade informacional dos arquivos.[280] No que diz respeito às tipologias dos instrumentos de acesso à informação, é determinada pelo nível de análise arquivística adoptado, o qual pode variar entre o arquivo e os documentos.

---

[273] Descrevem conjuntos ou unidades documentais na ordem a que foram arranjados

[274] RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à informação nos arquivos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior. 2003. ISBN 972-31-1017-2. 2 vol. p. 636. Também disponível em: http://ler.letras.up.pt/revistas/index.htm.

[275]DOMÍNGUEZ, Olga Gallego e GOMEZ, Pedro López – *Introduccíon na Arquivistica*. s/e. s/l: ANABAD GALICIA. Estudios n.º 1, s/d. p.74

[276]DOMINGUEZ, Olga Gallego – *Manual de Archivos Familiares*. s/e. Madrid: ANABAD, 1993. p.68

[277]DOMÍNGUEZ, Olga Gallego e GOMEZ, Pedro López – *Introduccíon na Arquivistica*. s/e. s/l: ANABAD GALICIA. Estudios n.º 1, s/d. p.76

[278]RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à informação nos arquivos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior. 2003. ISBN 972-31-1017-2. 2 vol. p. 638. Também disponível em: http://ler.letras.up.pt/revistas/index.htm.

[279] É o instrumento mais abrangente, tendo como finalidade dar uma visão de conjunto dos serviços de arquivo.

[280]RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à informação nos arquivos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior. 2003. ISBN 972-31-1017-2. 2 vol. p. 639. Também disponível em: http://ler.letras.up.pt/revistas/index.htm.

Assim sendo, sempre que se visa a construção de pontos de acesso temos de ter sempre em atenção o nível de descrição que vamos a trabalhar. Desta forma, e como tínhamos definido, desde o início, que iríamos trabalhar ao nível da descrição documento, portanto, o objectivo final seria, inevitavelmente, a construção de um catálogo.

- **Catálogo (ver anexo 7)**

Os catálogos[281] descrevem peças documentais ou unidades arquivísticas individuais, seleccionadas pela sua tipologia, temática, e ordenadas cronológica e alfabeticamente.[282] Elaborar um catálogo só se justifica se tivermos a trabalhar com documentos cujo interesse histórico o exija ou em fundos pequenos, tornando-se fácil o seu agrupamento,[283] uma vez que a sua elaboração exige muito tempo.[284]

De acordo com Fernanda Ribeiro o conteúdo de um catálogo corresponde ao 3º nível – profundo, em que a análise não é feita com exaustividade, mas com um grau de profundidade e especificidade, incidindo sobre cada documento (simples ou composto), quer eles façam parte de uma serie, ou existam de forma isolada[285]).

Resumindo um catálogo *««... describe ordenadamente y de forma individualizada lãs piezas documentales o las unidades archivisticas de uma serie o de um conjunto documental que guardan entre ellas uma relacion o unidade tipológica, temática o institucional.»*[286]

---

[281] Os documentos encontram-se dispostos segundo um criterio temático, cronológico e onomástico.

[282]DOMÍNGUEZ, Olga Gallego e GOMEZ, Pedro López – *Introduccíon na Arquivistica.* s/e. s/l: ANABAD GALICIA. Estudios n.º 1, s/d. p.75.

[283]DOMINGUEZ, Olga Gallego – *Manual de Archivos Familiares.* s/e. Madrid: ANABAD, 1993. p.68.

[284]CARMONA, Concepción Mendo; CORROCHANO, Mercedes de la Moneda; MARCO, Francisco Javier García; MOLINS, Pilar Gay; RAMÍREZ, Antonio B. Espinosa; RODRíGUEZ, António Àngel Ruiz (Editor) e SILLERA, Mª Elvira – *Manual de Archivística*. s/e. Madrid: Editorial Sintesis, 1995. p. 54.

[285]RIBEIRO, Fernanda – *O Acesso à informação nos arquivos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior. 2003. ISBN 972-31-1017-2. 2 vol. p. 653. Também disponível em: http://ler.letras.up.pt/revistas/index.htm.

[286]HERRERA, Antonia Heredia – *Archivistica General Teoria y Practica.* 3.ª Edição. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1988. p. 274.

O catálogo é um instrumento que permite ao utilizador obter conhecimentos ao nível do documento (simples e composto).

O catálogo que elaboramos durante a realização do estágio, seguiu as regras impostas pelas normas internacionais (ISAD (G) e ISSAR (CPF)).

- **Índices (ver anexo 8)**

Os índices são também, tal como o catálogo, um instrumento que identifica e localiza a documentação, e têm como finalidade apontar nomes, lugares ou assuntos em ordem alfabética e remetendo-nos para a localização do documento (fazem referencia directa ao documento), podendo ser complementar de inventários e catálogos, ou podem ter personalidade própria, indexando documentos.[287]

Portanto, os índices são documentos que registam, de acordo com uma ordenação pré-estabelecida (sequencial ou sistemática), os descritores, designações ou títulos de um documento, acompanhados das correspondentes referências de localização.[288]

Assim sendo, elaboramos índices Antroponímico (nomes próprios), Toponímico (nomes de lugares); Cronológicos (por datas) e de Assuntos (simples). Estes índices consistem em ordenar, numa lista, os assuntos dos documentos de forma alfabética (relativamente aos índices antroponímico e toponímico) e cronológica (por datas), acompanhados de uma referência (que neste caso vão ser as páginas do catálogo) o que nos facilita e agiliza o acesso às unidades arquivísticas distribuídas no catálogo.

Quanto ao índice Antroponímico (**ver anexo 8.1**) foi elaborado tendo em conta as seguintes regras:

1. Recuperação de nomes de pessoas singulares;
2. Inclusão de elementos identificativos a adicionar aos nomes;
3. Exclusão de nomes próprios, que não eram seguidos de apelidos;

---

[287]BELLOTO, Heloísa Liberalli – *Arquivos Permanentes: Tratamento Documental*. São Paulo: T.A. Queiroz, Editor. 1991.p.134

[288]ALVES, Ivone; GARCIA, Maria Madalena; LOMELINO, Maria Paula; NASCIMENTO, Paulo Coelho e RAMOS, Margarisa MARIA Ortigão – Dicionário de Terminologia Arquivística. s/e.Lisboa: Instituto da Bibolioteca Nacional e do Livro, 1993.p.57

4. Em caso de nomes similares, optamos pela indicação de remissão para o seu nome correspondente.

O índice Toponímico (**ver anexo 8.2**), que nos localiza espaço, foi elaborado com a finalidade de recuperar todos os nomes geográficos de lugares (cidades, freguesias, propriedades, etc.). Optámos por separar todos os nomes que apesar de terem o mesmo nome, podem referir-se a sentidos diferentes.

Relativamente ao índice Cronológico (**ver anexo 8.3**), que nos localiza no tempo, foi elaborado no sentido de recuperar todos os documentos que especificavam a data crónica (com o ano o mês e o dia em que foi elaborado o documento). Em certos casos, alguns elementos apesar de não serem especificados foram colocados, noutros casos fizemos uma dedução em comparação com outros documentos e em outros casos fizemos uma aproximação (colocando essas datas em parêntesis).

E por último elaboramos um índice de instituições (**ver anexo 8.4**) simples, recuperando os principais assuntos explícitos nos documentos.

- **Tabelas de Equivalência (ver anexo 9)**

Uma tabela de equivalência é um instrumento de descrição documental complementar, neste caso do catálogo. Tem como finalidades estabelecer, como o nome indica, correspondência e relação entre as diferentes cotas, as anteriores e actuais, das unidades de instalação.[289]

Relativamente ao presente trabalho, elaboramos duas tabelas, a primeira corresponde a cota antiga (topográfica), que se encontra por ordem crescente (001... 138) com a cota intelectual; a segunda tabela corresponde a cota intelectual em ordem de acordo com a classificação que lhe foi dada (PT-AMVR-A-001...PT-AMVR-D-C-002).

[289]ALVES, Ivone; GARCIA, Maria Madalena; LOMELINO, Maria Paula; NASCIMENTO, Paulo Coelho e RAMOS, Margarida MARIA Ortigão – *Dicionário de Terminologia Arquivística.* s/e.Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993.p.93.

4.1.2 – Base de Dados (ver anexo 10)

Hoje em dia, todas as administrações recorrem ao computador para criar, tratar, utilizar e conservar as informações necessárias às suas actividades, ou seja, uma grande memória começa a estar registada nos computadores.[290]

O processo informático pressupõe uma memorização das informações, quando se trata da conservar os lucros com vista a futuras utilizações.[291]

As *novas tecnologias são instrumentos valiosos, se bem aplicadas e utilizadas,*[292] *mas na preservação digital, para além da preservação física de suportes especialmente frágeis (disquetes, fitas e discos magnéticos, discos ópticos, etc.), temos que equacionar a rápida evolução tecnológica (hardware e software) e as necessidades de migração dos formatos de codificação entretanto tornados obsoletos*.[293]

Para concluirmos esta abordagem, recorremos às palavras de Fernanda Ribeiro, que refere que *a automatização veio, afinal de contas, valorizar os instrumentos de acesso, graças às múltiplas possibilidades de pesquisa que os sistemas informáticos encerram e, de modo algum, põe em causa ou altera a fundamentação teórica que está subjacente à sua elaboração. Tais instrumentos constituem produtos finais de duas etapas prévias - primeiro a análise arquivística e depois a representação das unidades arquivísticas -, que são determinantes da sua exactidão e da sua eficácia*.[294]

Portanto, cada vez mais os arquivistas começam a ter responsabilidades de gerir arquivos, sob diversas formas, suportes e conteúdos variados, e a avaliação, classificação e descrição de um arquivo é igual independentemente do suporte de informação. [295]

---

[290]COUTURE, Carol (Dir) – *La Normalisation en Archivistique. Un pas de plus dans l`évolution d`une discipline*. s/e. Québec: Documentor: Associação des Archivistes du Québec, 1992.p.239

[291] Idem, *Ibidem*. p.240.

[292]LIMA, Maria João Pires - *"Avaliar para preservar o património arquivístico"* in *Conferência sobre arquivos universitários*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997. pág. 84. Disponível em: http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3511.pdf.

[293] PINTO, Maria Manuela Gomes de Azevedo - *Do «efémero» ao «sistema de informação» a preservação na era digital*. Lisboa: Páginas a&b: Arquivos e Bibliotecas, 2005, pág. 54. Disponível em: http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id07id1114&sum=sim.

[294]RIBEIRO, Fernanda – *O acesso à informação nos arquivos*. Vol I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. p.81

[295] Idem. *Ibidem*. p.241

No AMVR, a era digital está bem patente, começando com a aposta na digitalização dos documentos e na disponibilização de uma base de dados de descrição arquivística de acordo com ISAD (G) *General International Standard Archival Description*.

A Base de Dados disponível no AMVR, tal como outras, armazena documentos, permitindo um acesso rápido à informação, contudo, como se encontra numa fase de introdução de dados, ainda não se encontra disponível através da internet, mas que é um dos objectivos a atingir. A base de dados foi instituída pela empresa SHP e designa-se por InfoGest/ArqGest – SEIGA – Sistema Electrónico Integrado de Gestão de Arquivos (**Ver anexo 11**)

O ***InfoGest*** foi criado estrategicamente com o ***ArqGest***, que é uma ramificação do sistema principal, é uma aplicação informática que tem como objectivos:

- Assumir-se como um apoio eficaz à gestão documental, em qualquer instituição, promovendo a rapidez e facilidade de acesso à informação.
- Pode ser utilizado na sua versão mono-posto ou em rede. A permuta de informação inter-institucional ficará, igualmente, simplificada usando o "Sistema de Pesquisa InterArquivos" que se constituirá como um instrumento que permitirá obter de forma fiável, célere e eficaz aos conteúdos dos documentos contidos nas bases de dados das instituições que irão implementar o programa.[296]

  O "Sistema de Pesquisa InterArquivos" efectuará pesquisas cruzadas entre as instituições, através da Internet, salvaguardando sempre a autonomia de acesso definida por cada uma das instituições. Através do "Sistema de Pesquisa InterArquivos" será possível a um qualquer utilizador, e em qualquer parte do país (e do mundo), aceder aos conteúdos; incluindo imagens digitalizadas e multimedia; que as várias instituições disponibilizam através da Internet pretendendo cobrir a totalidade do ciclo vital dos documentos (fase activa, semi-activa e inactiva).

[296] http://infogestnet.dyndns.info/siteSHP/

- E de forma a conferir maior funcionalidade, o programa ***ArqGest*** é composto por três módulos, ***ArqAdm***, ***ArqInt*** e ***ArqHist***, que poderão funcionar de forma articulada ou isoladamente.[297]

Uma vez que o arquivo em que me encontro a trabalhar (Arquivo da Casa dos Barros) é um arquivo histórico é necessário ter em conta as funcionalidades do *ArqHist* (**ver anexo 12)**

- Acesso à Pesquisa Inter- Arquivos, através do módulo InfoGestNet;
- Associação de ficha de metadados a todas as imagens digitalizadas;
- Conversão automática de registos oriundos de outros sistemas;
- Descrição simples e cómoda de unidades e autoridades arquivísticas, com base, respectivamente, na ISAD (G) e ISAAR (CPF);
- Disponibilização de estatística pormenorizada e constantemente actualizada, relativamente a registos, operações realizadas e utilizadores;
- Facilmente personalizável por alteração das pré- definições;
- Funcional sistema de indexação para fácil recuperação da informação por termos de acesso e produção de índices;
- Pesquisa simplificada por quadro de classificação, termos de acesso, campo e texto livre;
- Produção de instrumentos de descrição com recurso aos formatos pré - definidos, possibilitando ainda a definição do formato pretendido pelo operador;
- Rápida localização no depósito do documento original;
- Permite o reconhecimento óptico de caracteres (OCR);
- Migração para formato EAD, tem as seguintes vantagens consideráveis:
    - É independente de software e de hardware, constituindo uma garantia de durabiliade dos dados contra a rápida obsolescência de ambos;
    - Representa facilmente a natureza complexa e hierárquica da informação em arquivo;
    - Permite a troca de dados arquivísticos entre instituições de arquivos diferentes, podendo vir constituir a base de um sistema nacional de informação arquivística;

[297] http://infogestnet.dyndns.info/siteSHP/

- Vem facilitar a conversão de instrumentos de descrição existentes mas não informatizados e a sua consequente disponibilização em linha.

Portanto o registo tem por objectivo demonstrar que o documento foi produzido ou recebido e capturado pelo sistema de gestão arquivística de documentos, bem como facilitar sua recuperação.[298]

Para conhecer como se estrutura e como funciona a base de dados, o ideal seria podermos mostrá-la no presente trabalho, contudo, não nos foi possível, uma vez que a cópia integral da mesma, não é permitida pela empresa que desenvolveu o software, e como tal só apresentaremos algumas partes. (**ver anexo 10)**

4.2 – Actividades de Extensão Cultural Previstas (propostas de dinamização do ACB).

Este projecto não se encontra concluído. A sua efectiva potenciação só ocorrerá com a utilização da informação que ele disponibilizou por utilizadores interessados.

Procuramos contribuir para a preservação e tratamento técnico de um valioso património documental, mas agora há que potenciar os seus contributos para a comunidade e alertá-la para a necessidade de preservação do património documental e da memória local, pois, como foi definido por nós no início deste trabalho, os motivos para a escolha deste arquivo prendem-se com a finalidade de contribuir para o conhecimento de aspectos de uma comunidade, para o enriquecimento da história local e, sobretudo para a reconstituição da memória de uma família.

Actualmente, assistimos a uma tomada de consciência do valor do património e das vantagens de o preservar, uma vez que *um património não se manifesta enquanto tal, senão quando é preciso pensar em defendê-lo.*[299]

O arquivo, como guardião de um património que é comum a todos, toma um lugar de destaque, uma vez que, para além das suas competências de gestor da informação e de disponibilização de documentos, começa a desenvolver actividades, que embora lhe sejam em essência secundárias, são a melhor forma de preservar o

[298] http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/earqbrasilv1.pdf

[299]LAGE, Maria Otília Pereira – *Abordar o Património Documental: Territórios, práticas e desafios*. S/l: População e Sociedade, Cadernos Meps, s/d.p.9

património e de o relacionar com as sociedades, dando-lhe projecção na comunidade. Referimo-nos ao serviço cultural que pode desempenhar.

Pretendemos, assim, neste capítulo, apontar um conjunto de iniciativas, com a finalidade de dinamizar e difundir culturalmente o Arquivo da Casa dos Barros.

Apesar de se tratarem de propostas, sabemos que seriam exequíveis, uma vez que o próprio Arquivo Municipal de Vila Real[300] leva a cabo funções educativas. Contudo, não apuramos as bases financeiras para a sua viabilização.

É necessário tornar o arquivo atraente à consulta do historiador, que encontra aqui a sua matéria-prima; do administrador, que aí tem um arsenal de provas e do cidadão comum, que aí obtém dados que informam e definem a comunidade em que vive.[301] Deste modo, cabe a um serviço de difusão cultural, lançar elementos de dentro do arquivo para fora[302], estabelecer ligações com outros serviços municipais que tenham a cultura e a preservação do património como fins últimos, tais como a Biblioteca Municipal, o Grémio Literário; os Museus; etc.

Quando falamos em difusão cultural uma panóplia de actividades podem ser apontadas com a finalidade de tornar o arquivo mais atraente, nomeadamente:

- **Serviço educativo**

Com a abertura ao público que se verifica por parte dos arquivos é possível desenvolver actividades em parceria com as escolas, contribuindo para a formação dos alunos, como activos perante o património documental. É necessário, no entanto, ter em conta que temos que aplicar diferentes actividades, de acordo com os diferentes níveis de aprendizagem.

A comunicação dos documentos de um arquivo materializa-se com uma estrita relação entre professores e arquivistas, mostrando aos alunos testemunhos escritos, que

---

[300]Entre as actividades de difusão cultural que desempenhou, até ao momento, destacamos : "o Atelie de Arquivo, interagindo com a Comunidade"; Exposição Documental – "Medicina e "Artes Médicas" em Vila Real, séc XVII-XIX"; "Documento em Destaque" e o "Circuito do Documento".

[301]BELLOTO, Heloísa Liberalli – *Arquivos Permanentes: Tratamento Documental*. São paulo: T.A. Queiroz, Editor. 1991. p. 149

[302]Idem. Ibidem.p.147

podem contribuir para o conhecimento de algumas temáticas lançadas pelo professor na sala de aula, e que se incluem no programa das disciplinas leccionadas.[303]

Entre as várias formas de dar a conhecer os documentos aos alunos, encontram-se as **visitas de grupo** (organizadas pelo arquivista, com vista a mostrar as potencialidades do arquivo), tendo o aluno um contacto directo com a instituição/edifício, com as diferentes etapas para o tratamento da informação e com os documentos, neste caso, do Arquivo da Casa dos Barros. Facultando a possibilidade de os documentos serem, se não manuseados, pelo menos visualizados, poderá o aluno a partir daí elaborar trabalhos de grupo ou individuais. Esta é uma actividade destinada a alunos de grupos etários superiores, destinando-se aos mais novos apenas uma mera vista.

Dentro do serviço educativo, podem ainda serem realizadas **palestras, debates, jogos didácticos sobre a história local** em geral e sobre a **Casa dos Barro**s em particular, quer no Arquivo Municipal, quer nas escolas, estando deste modo a interagir com as várias disciplinas leccionadas, nomeadamente: História, Área de Projecto, etc.

- **Divulgação e Reprodução de Documentos**

É possível proceder-se a transcrições selectivas de documentos, cujo interesse seja manifesta, e depois à sua publicação, nomeadamente *on line*. Podemos criar, neste contexto, o documento do mês, que se refira a um acontecimento concreto, e divulgá-lo, por exemplo, em jornais regionais e no próprio boletim municipal.

A própria publicação integral do trabalho poderá constituir uma forma de o comunicar para o exterior.

- **Exposições, debates e conferências**

As exposições representam a comunicação dos documentos à sociedade e são um serviço expressivo da cultura.[304] Com as exposições podemos adquirir novas

[303]HERRERA, Antonia Heredia – *Archivistica General Teoria y Practica.* 3.ª Edição. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1988. p. 380.

[304]HERRERA, Antonia Heredia – *Archivistica General Teoria y Practica.* 3.ª Edição. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1988. p. 379

formas, tornando o arquivo mais atraente. Podemos criar exposições destinadas ao público em geral, mas também se podem criar exposições destinadas a um público mais jovem. Neste caso concreto, poderíamos criar exposições documentais, com várias temáticas, onde expúnhamos os documentos de maior importância, em que ficaria patente a memória do arquivo.

Os debates e as conferências, neste caso destinadas a camadas mais abrangentes, destinavam-se a debater, em primeiro lugar, a importância do património documental em geral, e neste caso específico, a importância e o papel dos arquivos e deste arquivo de família para a história nacional e, sobretudo para a história local, estando, de certo modo, a incentivar os proprietários de outros arquivos de família, a confiarem os seus espólios documentais.

Para a concretização desta actividades teríamos de contar, em primeiro lugar, com o financiamento da Câmara Municipal, com a autorização da herdeira da Casa dos Barros, com a ajuda de todos os técnicos do Arquivo Municipal e de todos os que reflectem sobre tas temáticas centrais deste nosso estudo: património documental e Arquivo de família.

- **Construção de um arquivo virtual**

Na era do digital, a conservação da memória passou a ser um imperativo imediato, uma decisão a tomar no acto da criação da própria informação, sob pena de, posteriormente, não ser possível mantê-la em condições de integridade.[305]

Hoje em dia, com as facilidades de comunicação de dados, disponíveis a baixo preço via Internet, a aposta começa, cada vez mais, a ser nas redes informáticas, em detrimento das tradicionais formas de difusão.[306]

Num mundo cada vez mais dependente da informação digital, as Tecnologias de Informação e Comunicação aplicadas à produção de informação permitem reduzir

[305]RIBEIRO, Fernanda – *"Gestão da Informação/ Preservação da memória na Era pós-costudial: um equilíbrio precário?"* in Conservar para quê: actas da 8.I Mesa-Redonda de Primavera. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005. Disponível: http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8861.PDF –

[306]RIBEIRO, Fernanda – *O acesso à informação nos arquivos.* Vol I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.p.77

custos e aumentar, quer a eficácia desses processos, quer o volume de informação produzida.[307]

Se os recursos digitais se impõem como um meio preferencial para documentar as funções e actividades de indivíduos, instituições e governos, a Internet, por seu lado, afirma-se como o meio anteposto de difusão de ideias e conhecimento, aumentando proporcionalmente o problema da utilização de tecnologias e meios proprietários, bem como o da sua rápida desactualização e consequentes incompatibilidades e dificuldades de acesso.[308]

Na preservação digital, para além da preservação física de suportes especialmente frágeis (disquetes, fitas e discos magnéticos, discos ópticos, etc.), temos que equacionar a rápida evolução tecnológica (hardware e software) e as necessidades de migração dos formatos de codificação, entretanto tornados obsoletos, ou, ainda, a capacidade de reinterpretação no futuro dos formatos armazenados, não esquecendo a questão da vulnerabilidade do meio digital e a necessidade de garantir a autenticidade, a integridade e fiabilidade da informação a preservar.[309]

Assim, o documento tradicional (objecto que se guardava em instituições destinadas a preservar a memória) deu já lugar a uma realidade virtual, que se constrói e reconstrói permanentemente, que se transfere de lugar e de suporte físico em fracções de segundos e que se reproduz sem limites passando a localizar-se, simultaneamente, numa pluralidade de espaços e tempos.[310]

Neste contexto, hoje em dia, com as facilidades de comunicação de dados, disponíveis a baixo preço por via da internet, a aposta começa, cada vez mais, a ser nas redes informáticas, em detrimento das tradicionais formas de difusão.

A ideia clássica que associa inequivocamente "memória" com "património", pressupondo uma materialização dos registos informacionais em suportes estáticos e

---

[307]PINTO, Maria Manuela Gomes de Azevedo - *Do «efémero» ao «sistema de informação» a preservação na era digital*. Lisboa: Páginas a&b: Arquivos e Bibliotecas, 2005, pág. 54. Disponível: http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id07id1114&sum=sim

[308]Idem. *Ibidem.*

[309]Idem. *Ibidem.*

[310]RIBEIRO, Fernanda – *"Gestão da Informação/ Preservação da memória na Era pós-costudial: um equilíbrio precário?"* in Conservar para quê: actas da 8.I Mesa-Redonda de Primavera. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005. Disponível: http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8861.PDF –

permanentes, de que o papel é o exemplo mais comum, dificilmente se mantém na era da informação digital. Portanto, divulgar a informação arquivística por via de publicações torna-se cada vez mais dispendiosa, morosa, espaçosa e implica canais de difusão eficazes, o que por vezes não é possível. Assim sendo, propúnhamos a criação de um arquivo virtual que permitia ao utilizador *através da pesquisa ter acesso (sem registo) à informação sobre os fundos e visualizar os documentos já digitalizados.*[311]

Após a criação do arquivo virtual sugeríamos a criação de um catálogo virtual da documentação.

Em todas estas actividades espero poder vir a participar, continuando a dar o meu contributo para um projecto que transcende a Universidade e o Arquivo e se espera que se projecte na comunidade de cidadãos.

[311]RIBEIRO, Fernanda – *O acesso à informação nos arquivos*. Vol I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.p.77

Conclusão

A conclusão que termina e encerra esta investigação é uma verdadeira síntese de toda a reflexão.

Ao longo desta investigação, sobre "Casa dos Barros – Reconstituição da Memória. 1753-1955", Fomo-nos apercebendo que o que à priori parecia simples mostrou ser de uma complexidade imensa e em grande número, mas mesmo assim, o realizamos com uma forte motivação, dedicação, uma vez que, estamos perante uma temática que nos suscita interesse a nível pessoal.

A forma de encararmos o tema foi evoluindo, assim como as ideias que detínhamos acerca dos arquivos, do seu funcionamento e das suas problemáticas. Mas à medida que fomos construindo esta dissertação, recebemos informações que levantavam novas questões e nos faziam procurar novas soluções. Foram muitas as dúvidas e as dificuldades que nos faziam pensar que esta investigação não tinha fim. Porém o processo para chegar a esta mesma síntese ou conclusão do trabalho está presente, os passos foram dados, uns melhor do que outros, mas todos com o mesmo desejo e interesse de aprender, descobrir e divulgar.

Contudo, no âmbito deste projecto não foi possível, por diversos motivos, dar um acompanhamento exaustivo que o tema merecia, tendo sido umas temáticas mais elaboradas do que outras. Mas de uma maneira geral, foram todas abordadas, de forma a poder tirar varias conclusões.

O balanço é, todavia, francamente positivo, tanto em termos profissionais e científicos, como humanos, e por isso agradeço vivamente à Câmara Municipal de Vila Real e muito particularmente ao Sr. Director do Arquivo Municipal de Vila Real, Dr. Pedro Peixoto a disponibilidade, a atenção e os muitos ensinamentos que comigo partilhou, bem como a paciência e o profissionalismo com que acompanhou o meu trabalho e me ajudou a superar as dificuldades. À Professora Dr.ª Amélia Polónia pela sua forte motivação, preocupação, disponibilidade que mostrou ao longo de todo este processo. Um agradecimento é também devido a toda a equipa do Arquivo que me acolheu no seu quotidiano laboral, me integrou e me ajudou.

Agradeço aos herdeiros da “Casa dos Barros de Sabrosa”, que sem eles tal projecto não seria possível.

Estamos cientes que este projecto contém algumas lacunas, que, posteriormente, põem ser aperfeiçoadas, uma vez que possuímos ainda pouca experiencia a nível arquivístico, que só o tempo aperfeiçoará.

Todavia, e como já referimos, de certa forma o nosso projecto inicial foi concretizado, procedemos à elaboração de um quadro teórico ao tema, à contextualização do produtor da informação, aplicamos a vertente arquivística, com a classificação e descrição da informação, aplicamos as normas internacionais, elaboramos instrumentos de acesso à informação, c (catálogo, índices, tabelas e base de dados) contudo, não nos foi possível, por problemas a nível informático do Arquivo Municipal de Vila Real, proceder à digitalização da documentação, que seria deveras importante, uma vez que vivemos numa era em que as tecnologias da informação ocupam um papel, cada vez, mais importante. Apontamos um leque de actividades que podem contribuir para a dinamização e expansão do arquivo, estando, deste modo, contribuir para o conhecimento e enriquecimento da história local, em geral, e da “CASA DOS BARROS”, em particular.

Quanto à realização de estágio torna-se uma mais valia, uma vez que nos prepara para o mercado de trabalho. Neste sentido, penso ter conseguido retirar o máximo partido desta oportunidade.

Em relação ao estágio efectuado no AMVR, posso referir que:

- Fui bem integrada;
- Foi disponibilizada ajuda (quer por parte do orientador, quer por parte dos técnicos e restantes funcionários);
- Tive facilidade de acesso à documentação;
- Foram-me disponibilizados todos os meios técnicos do arquivo (computador pessoal e gabinete);
- Tive sempre boas condições de trabalho;
- Beneficiei de um bom ambiente de trabalho;
- Foi-me possível participar em outras actividades do arquivo.

Em suma esperamos com a realização deste trabalho estar a contribuir, para um estudo que abrange três grandes área: Histórica, Patrimonial e Arquivística, objectivos em que se insere este mestrado.

Bibliografia

ALBURQUERQUE, Teresa (Coordenação Geral) – *Casa de Mateus. Catálogo do Arquivo.* 1ª Edição. Mateus: Cromotipo, Artes gráficas Lda, 2005.

ALMEIDA, C.A.Ferreira – *Património-Riegl e Hoje*. in Revista da Faculdade de Letras. Porto: Faculade de Letras, 1993.

ALMEIDA, Maria Antónia de Figueira Pires – *Fontes e Metodologias para o Estudo das Elites Locais.* Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-ISCTE), (http://cies.iscte.pt/documents/CIES-WP7_000.pdf).

ALVES, Ivone; GARCIA, Maria Madalena; LOMELINO, Maria Paula; NASCIMENTO, Paulo Coelho e RAMOS, Margarisa MARIA Ortigão – *Dicionário de Terminologia Arquivística*. .Lisboa: Instituto da Bibolioteca Nacional e do Livro, 1993.

ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *A Casa Nobre no Porto nos Séculos XVII e XVIII. Introdução ao seu Estudo.* Separata da Revista Poligrafia. Nº 4. s/d. Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1995.

ALVES, Joaquim Jaime B. Ferreira – *Da Torre Solarenga à Torre de Aparato: Formas da Casa Nobre do Século XVIII.* In: Congresso Casa Nobre. Um Património para o Futuro, 1, Arcos de Valdevez.S/I:s/n, 2007.

AMORIM, Maria Norberta – A Família *e a sua relação com o meio, uma experiência com genealogias numa paróquia reconstituída (1675-1980).* In separata de cadernos do Noroeste, volume 3, nº 12,1990.

AZEREDO, Carlos de – *As populações a Norte do Douro e os Franceses em 1808 e 1809.* s/e. Porto: Museu Militar do Porto, 1984.

AZEVEDO, Carlos de – *Solares Portugueses.* Lisboa: Livros Horizonte, 1969.

AZEVEDO, Correia – *Brasões e Casas Brasonadas do Douro.* s/e.s/l: s/editora, 1974.

AZEVEDO, Correia de – *Vila Real de Traz os Montes.* Porto: Tipografia do Carvalhido, s/d.

BELLOTO, Heloísa Liberalli – *Arquivos Permanentes: Tratamento Documental.* São Paulo: T.A. Queiroz, Editor, 1991.

BOTELHO, Cândida de Arruda e SAMPAIO, Jorge Pereirs – *Casas Portuguesas e Brasileiras. Duas Visões. Dois Testemunhos*. Lisboa: Edições Inapa, 2000.

BURGUIDRE, André (direcção) – *Histoire de la Famille. I, II e III Volumes.* Paris: Armand Colin - Le livre de Roche, 1986.

BURGUIÈRE, André; SEGALEN, Martine; ZONABEND, Françoise e ZUBER-KLAPISCH, Christiane (dir)– *História da Famíla: O Choque das Modernidades: Ásia, África, Ámerica, Europa*. *Volume III* . 1.ª Edição. Lisboa: Terramar, 1986.

BURGUIÈRE, André; SEGALEN, Martine; ZONABEND, Françoise e ZUBER-KLAPISCH, Christiane (dir) – *História da Família: O Ocidente: Industrialização e Urbanização. Volume IV.* 1.ª Edição. Lisboa: Terramar, 1986.

CAPELA, José Viriato; BORRALHEIRO, Rogério e MATOS, Henriques – *As Elites do Norte de Portugal na Administração Municipal. (1750-1834). O Caso do Municipio de Amarante.* In: Congresso Histórico, 98, (Actas), Amarante. S/I:s/n, 2000.

CARMONA, Concepción Mendo; CORROCHANO, Mercedes de la Moneda; MARCO, Francisco Javier García; MOLINS, Pilar Gay; RAMÍREZ, Antonio B. Espinosa; RODRíGUEZ, António Àngel Ruiz (Editor) e SILLERA, Mª Elvira – *Manual de Archivística*. s/e. Madrid: Editorial Sintesis, 1995.

CARTROGA, Fernando; MENDES, José Amado e TORGAL, Luis Reis – *História da História em Portugal Seculos XIX-XX. I e II Volumes* . Edição nº 4011. Lisboa: Temas e Debates, 1998.

CASEY, James – *História da Família*. Lisboa: Editorial Teorema, LDA, 1989.

CASTRO, Astréa de Moraes; CASTRO, Andresa de Moraes e GASPARIAN, Danuza de Moraes – *Arquivistica Arquivologia.* 1.ª Edição. Rio de Janeiro: Ao Livro Tecnico S.A, 1988.

CONTINOLO, Giuseppe – *Como Organizar o Arquivo.* s/e. Lisboa: Editorial Pórtic, LDA, s/d.

COSTA, Avelino de Jesus da – Álbum de Paleografia e Diplomática Portuguesa. 6.ª Edição. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Instituto de Paleografia e Diplomática, 1997.

COSTA, Avelino de Jesus da – Normas Gerais de Transcrição e Publicação de Documentos e Textos Medievais e Modernos. 2.ª Edição. Braga: [s/n], 1982.

COUTURE, Carol (Dir) – La Normalisation en Archivistique. Un pas de plus dans l`évolution d`une discipline, s/e. Québec: Documentor: Associação des Archivistes du Québec, 1992.

COUTURE, Carol e ROUSSEAU, Jean-Yves – *Os Fundamentos da Disciplina Arquivistica.* 1ª Edição. Salamanca: Publicações Dom Quixote, 1998.

DAMÁSIO, Luís Pimenta de Castro, NOVAIS, Luís e SILVA, Armando B. Malheiro da – *Casas Armoriadas do Concelho dos Arcos de Valdevez.* s/d. Arcos de Valdevez: Câmara Municipal, 1989.

Diário da República, 2.a série—N.o 195—10 de Outubro de 2007

DOMÍNGUEZ, Olga Gallego e GOMEZ, Pedro López – *Introduccíon na Arquivistica*. s/l: ANABAD GALICIA. Estudios n.º 1, s/d.

DOMINGUEZ, Olga Gallego – *Manual de Archivos Familiares.* Madrid: ANABAD, 1993.

ESTEVES, Alberto – *A Família*. Coimbra:s/e.1932.

FAUVRELLE, Natália – *Quintas do Douro. As Arquitecturas do Vinho do Porto***.** 1ª edição. Porto: GEHVID, s/d.

FAVIER, Jean – *Les Archives*. 3.ª Edição. Paris : Presses Universitaires de France, 1985.

FERNANDES, António Teixeira – *Sociedade, família e escola*. Porto: Universidade do Porto.Faculdade de Letras, 2007/2008.

FERNÁNDEZ, Eduardo Núñez – *Organización y gestión de archivos.* 1ª Edição. Gijón (Asturias): Ediciones Trea, 1999.

FLANDRIN, Jean-Louis – *Famílias:parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga.* Traduzido por M.F.Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Estampa, 1992.

FONSECA, Maria Odila – *Arquivologia e Ciência da Informação*. 1.ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FONTE, Barroso – *Dicionário dos mais ilustres transmontanos e alto durienses.* s/e. Guimarães: Compolito, 2003.

FRADA, João José Cúcio – Guia *Prático para Elaboração e Apresentação de Trabalhos Científicos.* 3ª edição. Lisboa: Edições Cosmos, 1993.

GALLEGO, Olga – *Manual de Archivos Familiares*. Madrid: ANABAD, 1993.

GARCIA, Machado e MOURA, Maria Madalena Arruda – *Os Documentos Pessoais no Espaço Público.* In Estudos Históricos. Arquivos Pessoais. Vol II. s/e. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Editora, 1998.

GONZÁLEZ, Andrés Barrera – *Casa, herencia y familia en la Cataluña rural.* Madrid: Alianza Universidad, 1990.

GUIMARÃES, Susana Cristina Gomes Gonçalves – *A Quinta da Costa: em Canelas, Vila Nova de Gaia: (1766-1816): família, património e casa.* Porto: [Edição do Autor], - Dissertação de mestrado em Estudos Locais e Regionais, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005.

GONÇALVES, Manuel Silva e GUIMARÃES, Paulo Mesquita – *Arquivo Municipal de Vila Real: Inventário.* Vila Real: Arquivo Distrital de Vila Real e Câmara Municipal de Vila Real, 2002.

GONÇALVES, Manuel Silva e GUIMARÃES, Paulo Mesquita – *Arquivo da Casa da Calçada de Provezende: Catálogo.* s/d. s/d: Arquivo Distrital de Vila Real, 2005.

GONÇALVES, Manuel Silva, GUIMARÃES, Paulo Mesquita e PEIXOTO, Pedro Abreu – *Arquivo do Paço de Cidadelhe.* s/l: Arquivo Distrital de Vila Real e Câmara Municipal de Mesão Frio, 1996.

GONÇALVES, Manuel Silva, GUIMARÃES, Paulo Mesquita e PEIXOTO, Pedro Abreu – *Arquivos de Família: Organização e Descrição.* Extra – série. Vila Real: Sector Editorial dos SDE, 1996.

GUIMARÃES, Susana Cristina Gomes Gonçalves – *A Quinta da Costa: em Canelas, Vila Nova de Gaia: (1766-1816): família, património e casa.* Porto: [Edição do Autor], - Dissertação de mestrado em Estudos Locais e Regionais, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005.

HERRERA, Antonia Heredia – *Archivistica General Teoria y Practica.* 3.ª Edição. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1988.

HESPANHA, A.M – *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal Séc XVIII.* Coimbra: Almedina, 1952.

"ISAD (G): Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística: adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999". Conselho Internacional de Arquivos; Trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. 2.ª ed. Lisboa: IAN/TT, 2004.

JORGE, Vitor Oliveira – *Arqueologia, Património e Cultura*. 2.ª Edição. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

JORGE, Vítor Oliveira (Coordenador) – *Conservar Para Quê?*. Porto-Coimbra: FLUP e DCTP, 2004.

LIMA, Maria Antónia Pedroso de – *Grandes famílias grandes empresas: ensaio antropológico sobre uma elite de Lisboa*. Lisboa: Dom Quixote, 2003.

LAGE, Maria Otília Pereira – *Abordar o Património Documental: Territórios, práticas e desafios*. S/l: População e Sociedade, Cadernos Meps, s/d.

LEAL, Augusto Soares d`Azevedo Barbosa de – *Portugal antigo e moderno : diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico....* Reprodução facsimilada de: ediçao de 1873. Lisboa: Livraria Mattos Moreira e Companhia, 1890.

LEAL, Maria José da Silva – *Os Arquivistas Perante os Novos Desafios: Uma Perspectiva Prática.* In Arquivo e Historiografia. Colóquio sobre as Fontes de História Contemporânea Portuguesa. s/d: Temas Portugueses. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

LEAL, Maria José e PEREIRA, Miriam Halpern (Coord) – *Arquivo e Historiografia. Colóquio sobre as Fontes de Historia Contemporânea Portuguesa.* Lisboa : Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.

LIMA, Maria João Pires de – *Avaliar para Preservar o Património Arquivístico.* Disponível: http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo5471.pdf.

LOURENÇO, Maria Paula Marçal – *Casa, corte e património das rainhas de Portugal:1640-1754:poderes, instituições e relações sociais*. Lisboa:Edição do Autor. 1999.

LUNNINGHAN, Adrian – *A Alma e a Consciência do Arquivista: Reflexões sobre o poder. A Paixão e o positivismo de uma profissão missionária*. in Cadernos BAD nº 2 de 2005. S/L: Cadernos BAD, 2005.

MATTOSO, José – *A Nobreza Medieval Portuguesa*. s/d. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.

MENDES, Nuno Resende – *"Vínculos quebrantáveis" : o morgadio de Boassas e suas relações : (séculos XVI-XVIII)*. Porto: [Edição do Autor], - Dissertação de mestrado em Estudos Locais e Regionais, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – *O Crepúsculo dos Grandes (1750 – 1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988.

MOUTA, Maria Fernanda – *O Arquivo, Termos, Conceito e Definição*. Viseu: Edição da autora com o patrocínio do Governo Civil de Viseu, 1989.

MURILLO, Manuel Vásquez – *Manual de Selección Documental.* 3.ª Edição.Carmona: S&C ediciones, 1995.

NORTON, Manuel Artur – *A Heráldica em Portugal Raízes, Símbolos e Expressões Histórico-Culturais*. Braga: [Edição do Autor], Dissertação de doutoramento em História, apresentada à Universidade do Minho, 2001.

NORTON, Manuel Artur – *Genealogia e Linhagia.* s/e.Porto: Centro de Estudos de Genealogia e História da Família. Universidade Moderna do Porto, 2000.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga e GALHANO, Fernando – *Arquitectura Tradicional Portuguesa.* 2ª edição. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1994

OLIVEIRA, Luiz sa Silva Pereira – *Privilégios da Nobreza e Fidalguia de Portugal.* edição fac-similada da 1ª edição. Lisboa: Associação da Nobreza Histórica de Portugal, 2002.

OSSWALD, Maria Helena – *Estruturas familiares e sistemas de transmissão : Dotes, casamentos, bens.* s/l: Edições do autor, 1970.

PALETTA, Fátima Aparecida Colombo e YAMASHITA, Marina Mayumi – *Relato de Experiências. Preservação do Património Documental e Bibliográfico com Ênfase na Higienização de Livros e Documentos Textuais.* Disponicel em www.arquivistica.net.

PATEL, Maria Joana Vinagre Marques da Silva – *Família, trabalho e relações conjugais: perspectivas de dominação e de igualdade no feminino e no masculino.* Porto: [Ed. Autor], 2005.

PEIXOTO, Pedro de Abreu – *A aplicação das ISAD (G) aos arquivos de Família*. s/l: Edições Colibri nº4, 1999.

PEIXOTO, Pedro de Abreu – *Os Arquivos de Família.* Lisboa: Instituto Português de Arquivos, s/d.

PEIXOTO, Pedro de Abreu – *O Valor dos Arquivos de Família*. Lisboa: Cadernos BAD nº 1, 1995.

PEIXOTO, Pedro de Abreu – *Perspectivas para o Futuro dos Arquivos de Familia em Portugal.* In Cadernos Bad nº 1 do ano de 2002. Lisboa: Cadernos Bad nº 1, 2002,

PEREIRA, Gaspar Martins – *Famílias Portuenses na viragem do século : 1880-1910*. Edição nº 543. Porto: Edições Afrontamento, 1995.

PINTO, Maria Manuela Gomes de Azevedo – *A Formação de arquivistas no quadro da ciência da informação: o caso da Universidade do Porto.* Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, s/d. Disponível em: http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3089.pdf

PINTO, Maria Manuela Gomes de Azevedo - *Do «efémero» ao «sistema de informação» a preservação na era digital.* Lisboa: Páginas a&b: Arquivos e Bibliotecas, 2005, pág. 54. Disponível: http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id07id1114&sum=sim

PINTO, Maria Manuela Gomes de Azevedo – *O Novo Paradigma da Arquivística: Um Estudo de Caso.* Arquivo Municipal de Vila do Conde Disponível: http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3090.pd

RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Lufs; RIBEIRO, Fernanda e SILVA, Armando Malheiro da – *Arquivistica. Teoria e prática de uma ciência da Informação*. *Volume I*.s/e. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

RAMOS, Pedro Chagas – *O Arquivo Municipal de Vila Real – Da História, para a História.* Vila Real: Arquivo Municipal de Vila Real, 2004.

REAL, Manuel Luís – *A Rede Nacional de Arquivos: Um desafio no sec XXI.* In Cadernos Bad nº 1 do ano de 2004. Lisboa: Cadernos Bad, 2004.p.36.

REZENDE, Darcilene Sena – *Património Documental e Construcção de Identidade em Tempos de Globalização – A Classificação Arquivistica como Garantia da Pluralidade de Memória*. Disponivel em: http://www.asocarchi.cl/DOCS/61.PDF

RIBEIRO, Fernanda – *Da arquivística técnica à arquivística científica: a mudança de paradigma.* In Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2002, vol.1, pp. 97-110. Disponível: http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3511.pdf

RIBEIRO, Fernanda – *"Gestão da Informação/ Preservação da memória na Era pós-costudial: um equilíbrio precário?"* in Conservar para quê: actas da 8.I Mesa-Redonda de Primavera. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de

Letras da Universidade do Porto, 2005. Disponível: http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo8861.PDF

RIBEIRO, Fernanda – *O acesso à informação nos arquivos.* Vol I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

RIBEIRO, Fernanda – *"Organizar e representar informação: apenas um meio para viabilizar o acesso?"* in I Encontro de Ciências e Tecnologias da Documentação e Informação – a Informação nas organizações: o desafio da era digital. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005. Disponível: http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1239.pdf

RIBEIRO, Fernanda – *Para o Estudo do Paradigma Patrimonialista e Custodial. A Inspecção das Bibliotecas e Arquivos e o Contributo de Antonio Ferrão (1887-1965).* 1.ª Edição. Porto: Ediçoes Afrontamento, 2008.

ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – *Conceito de Património num Autor do século XVIII.* In: Separata da revista Poligrafia Nº2, 1993.

ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – Património - *A Autenticidade da qualidade.* In Espaço e Memória-Revista de Património, Universidade Portucalense. s/d.

SANTOS, António Sá e BICAS, Maria Margarida – *Legislação aplicada às bibliotecas, arquivos e documentação.* Lisboa: Vislis, 1999.

SARTI, Raffaella – *Casa e Familia. Habitar, Comer e Vestir na Europa Moderna.* 1.ª Edição. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.

SERRÃO, Joel (dir) – *Dicionário de História de Portugal.* s/e. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971.

SILVA, Armando B. Malheiros da – *Arquivos Familiares e Pessoais. Bases Cientificas para a aplicação do Modelo Sistémico e Interactivo.* Porto: Revista Faculdade de

Letras. Ciencias e Tecnicas do Patimónio, 2004. Disponivel em: http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4083.pdf

SOARES, António Manuel da Rocha – *SABROSA da Pré – História à Actualidade.* 1.ª Edição. Sabrosa: ELO-Publicidade, Artes Gráficas, S.A, s/d.

SOUSA, Fernando de – *Vila Real. A Memória de uma Cidade. II série – Vol.VI.* Porto: Separata da «Revista da Faculdade de Letras», 1989.

SOUSA, Fernando e GONÇALVES, Silva – *Memórias de Vila Real.* 1º e 2º Volume.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e – *Metodologias da investigação, Redacção e Apresentação de Trabalhos Científicos.* 1ª edição. Porto: Livraria Civilização Editora, 1998.

TAVORA, Luís de Lancastre e – *Dicionário das famílias Portuguesas.* s/e. Lisboa: Quetzal Editores, 1989.

TEIXEIRA, Júlio A. – *Fidalgos e Morgados de Vila Real e seu Termo.* Reedição Fac-Similada de J.A.Telles da Sylva. Coimbra: Instituto de Coimbra, 1990. Vol I e Vol IV.

VASCONCELOS, Francisco de – *A Nobreza do séc XIX em Portugal.* s/e. Porto: Centro de Estudos e Genealogia, Heráldica e História da Família, 2003.

VIEIRA, Jorge Luís Bandeira – *As Elites Portuguesas na segunda metade do século XIX: O exemplo do Visconde das Devesas (1856/1884).* s/e. Porto: [Edição de Autor] Dissertação de Mestrado em Estudos Locais e Regionais, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006.

VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa de – *Elucidário das Palavras, Termos, e Frases, Que em Portugal Antiguamente se Usarão.* E que Hoje Regularmente se Ignorão (…). 2.ª Edição. Lisboa: A.J. Fernandes Lopes, 1865.

ZENY, Duarte – *Arquivo e Arquivologia:Conceituação e perfil profissional.* InRevista da Faculdade de Letras, Ciencias e tecnicas do Património. Porto.2006-2007 I serie. Vol V-VI.

Suporte digital:

http://infogestnet.dyndns.info/siteSHP/

Http://www.casadosbarros.jazznet.pt/CASADOSBARROS/texto/a_casa.htmhttp

http://www.clickdoc.pt/pdfs/servicos/TDOA.pdf

Http://www.cm-sabrosa.pt

http://www.cm-vilareal.pt/images/autarquia/regulamento_servicos.pdf

http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/earqbrasilv1.pdf

http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/isaar.pdf

http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/isadg.pdf